



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**RAYANE LIMA DUDA**

**A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE  
VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO JUIZADO DA  
MULHER DE FORTALEZA/CE**

**FORTALEZA – CEARÁ  
2018**

RAYANE LIMA DUDA

A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE  
VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO JUIZADO DA  
MULHER DE FORTALEZA/CE.

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Serviço Social do Centro de Estudos  
Sociais Aplicados da Universidade  
Estadual do Ceará, como requisito parcial  
à obtenção do grau de bacharel em  
Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Erlenia Sobral do  
Vale

FORTALEZA – CEARÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Duda, Rayane Lima.

A intervenção do Serviço Social junto às mulheres vítimas de violência: uma análise da atuação profissional no Juizado da Mulher de Fortaleza/CE [recurso eletrônico] / Rayane Lima Duda. - 2018.  
1 CD-ROM: 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 137 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Graduação em Serviço Social, Fortaleza, 2018.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dra. Erlenias Sobral do Vale.

1. Instrumentalidade . 2. Gênero. 3. Violência contra a mulher. I. Título.

RAYANE LIMA DUDA

A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE  
VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO JUIZADO DA  
MULHER DE FORTALEZA/CE.

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Serviço Social do Centro de Estudos  
Sociais Aplicados da Universidade  
Estadual do Ceará, como requisito parcial  
à obtenção do grau de bacharel em  
Serviço Social.

Aprovado em: 05 de março de 2018.

BANCA EXAMINADORA



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Erlenia Sobral do Vale (Orientadora)  
Universidade Estadual do Ceará – UECE



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra  
Universidade Estadual do Ceará – UECE



---

Prof. M.<sup>a</sup> Vanessa Saraiva Nogueira  
Faculdade Ateneu - FATE

Dedico este trabalho à minha família, em especial, ao meu pai e à minha mãe, que são os maiores responsáveis pela minha chegada até aqui. Dedico também a todas as Assistentes Sociais comprometidas com o enfrentamento da violência contra mulher.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me permitir chegar até aqui. A minha fé me fez acreditar que no final tudo daria certo e isso fez brotar em mim uma perseverança que foi uma das responsáveis por me encorajar nessa jornada.

À minha mãe, Maria Eglantine, por me inspirar com toda sua força, por me incentivar a ser uma mulher forte e independente, por estimular os meus estudos e por bancá-los, mesmo sem ter as devidas condições financeiras, juntamente com meu pai; por todas as vezes que teve que se privar de alguma coisa por minha causa, e por todo o amor e cuidado dedicados a mim. Sem ela, eu não teria chegado até aqui.

Ao meu pai, Gilberto Carlos, por ser, também, a minha fonte de inspiração diária pela sua trajetória de vida e luta, por me ensinar que o conhecimento deve ser mais valioso que o dinheiro, por acreditar no meu potencial e exigir de mim o que sabia que eu seria capaz, por colocar os meus estudos e a minha educação como prioridades e fazer deles seus próprios objetivos de vida. Por todo o amor e afeto direcionados a mim. Não há como não associar este momento final da graduação aos seus esforços.

Ao meu irmão, Roney, que, mesmo me aborrecendo em alguns momentos, sei que torce pelo meu sucesso e sente orgulho de mim. Obrigada pelas vezes que colaborou, quando precisei, durante esse processo.

Ao meu companheiro e parceiro de vida, Daniel, que me acompanha desde o término do ensino médio até o presente momento e viveu comigo algumas dores e delícias desta graduação. Obrigada pelo apoio incessante durante essa caminhada, pela compreensão nos dias em que precisei me ausentar por causa dos estudos, pelas vezes que me ajudou com revisões ou coisas desse tipo e pelas risadas e distrações que tornaram essa jornada mais leve.

A todo o Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS), e, em especial, ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social, que me proporcionou experiências únicas, iniciou minha trajetória como pesquisadora e me apresentou pessoas pelas quais tenho grande apreço: Géssica, Rafinha, Raquel, Daniele, Bella, Larissa e Lane. A experiência como bolsista trouxe muito mais que conhecimentos científicos.

À professora Teresa Cristina, pessoa por quem mantenho profunda admiração, que me incentivou a entrar no grupo de pesquisa e que é uma grande parceira deste

mesmo grupo, por ser uma profissional tão dedicada e comprometida, por aceitar o convite para compor a banca e trazer suas valorosas contribuições, e por compreender pacientemente os imprevistos acontecidos durante esse processo.

À professora Vanessa Saraiva, pela contribuição na disciplina de Pesquisa Aplicada, pela sua compreensão e sensibilidade durante a descoberta do meu objeto de pesquisa, por também aceitar compor a banca deste trabalho e trazer o seu olhar precioso acerca do que foi pesquisado, por compreender os imprevistos e priorizar esse momento mesmo estando tão atarefada.

Às assistentes sociais do Instituto Dr. José Frota, em especial, à minha supervisora, Ana Cristina Teles e à Daniele Lessa pelos ensinamentos diários durante o período de estágio.

Às minhas amigas Karol, Vanessa, Tainara e Ane, que foram as mais presentes nessa reta final da graduação e acompanharam minhas angústias. Obrigada pelas risadas em meio aos estresses, pelos momentos de distração, pelas lamentações ouvidas, pelo incentivo e pela compreensão.

Aos/às docentes do curso de Serviço Social e aos/às servidores (as) públicos da UECE, por se empenharem cotidianamente na construção de uma universidade pública de qualidade, mesmo sem o devido incentivo estatal.

À professora Raquel Brito, ex colega de pesquisa, que disponibilizou seu tempo e dedicou sua atenção ao também participar da orientação deste trabalho, corrigindo de forma muito cuidadosa o que foi escrito e contribuindo para sua melhoria.

À minha orientadora, Erlenias Sobral, pessoa que admiro enquanto mulher, profissional e ser humano, por ter sido a responsável pelo meu amadurecimento acadêmico, por me fazer compreender que o real sentido da universidade não é estar apenas dentro da sala de aula, por incentivar a luta estudantil e compreender suas motivações. Por aceitar me orientar neste trabalho e por todas as suas contribuições na construção do mesmo, pelo carinho, afeto e por todas as alegrias compartilhadas ao longo desses anos.

Por fim, agradeço aos sujeitos da pesquisa, pessoas que disponibilizaram seu tempo participando, concedendo entrevistas e cedendo informações que foram essenciais para a construção deste estudo.

'Cadê meu celular?  
Eu vou ligar pro 180  
Vou entregar teu nome  
E explicar meu endereço  
Aqui você não entra mais  
Eu digo que não te conheço  
E jogo água fervendo  
Se você se aventurar

Eu solto o cachorro  
E, apontando pra você  
Eu grito: péguix guix guix guix  
Eu quero ver  
Você pular, você correr  
Na frente dos vizinhos  
Cê vai se arrepender de levantar a mão  
pra mim[...]"

(Maria da Vila Matilde – Elza  
Soares/Douglas Germano)

## RESUMO

Partindo do entendimento da violência contra a mulher como fenômeno social que se revela uma expressão da questão social e das desigualdades de gênero, o presente trabalho teve como objetivo principal investigar como vem se dando a atuação profissional do Serviço Social no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Fortaleza/CE. Enquanto objetivos específicos, a pesquisa buscou: compreender qual a noção de instrumentalidade que os sujeitos que compõem o Serviço Social da instituição têm, entender como as três dimensões da instrumentalidade vem se materializando nesse espaço e identificar os principais desafios que os profissionais encontram para atender às demandas do seu público-alvo. Diante disso, foram elencados os seguintes questionamentos: quais os limites e possibilidades dessa intervenção no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Fortaleza/CE? Qual a compreensão de instrumentalidade que o Serviço Social da instituição tem e como vem acontecendo a articulação das suas três dimensões? Quais são os principais desafios que os profissionais encontram para atender às demandas dos (as) usuários (as)? Para alcançar os objetivos mencionados e responder a tais questionamentos, o presente estudo constituiu-se de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, que elencou as categorias instrumentalidade, gênero e violência contra a mulher como centrais para o debate. Nesse sentido, foi necessária uma ampla revisão bibliográfica e documental que preparasse para adentrar o *lócus* da pesquisa. O estudo revelou que a atuação nessa instituição não apresenta tantas particularidades por ser, especificamente, direcionada às mulheres vítimas de violência, mas sim, por ser uma instituição do âmbito sóciojurídico. Ainda assim, os desafios encontrados não se mostraram tão peculiares quando comparados aos já conhecidos da intervenção profissional, como o baixo nível de autonomia e a precarização das condições de trabalho decorrentes da conjuntura política.

**Palavras-chave:** Instrumentalidade. Gênero. Violência contra a mulher.

## **ABSTRACT**

Based on the understanding of violence against women as a social phenomenon that reveals itself as an expression of social issues and gender inequalities, the main objective of this study was to investigate how the Social Service has been working in Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. As specific objectives, the research sought to: understand the notion of instrumentality that the people who make up the Social Service of institution have, understand how the three dimensions of instrumentality they materialize in this space and identify the main challenges that professionals find to meet the demands of your target audience. In view of this, the following questions were mentioned: what are the limits and possibilities of this intervention in Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher? What is the understanding of instrumentality that the Social Service of the institution has and how has it been the joint of its three dimensions? What are the main challenges that professionals encounter to meet the demands of the users? To achieve the aforementioned objectives and to answer such questions, the present study consisted of an exploratory qualitative research that defined the categories instrumentality, gender and violence against women as central to the debate. In this sense, a broad bibliographical and documentary revision was necessary to prepare to enter the locus of the research. The study revealed that the activity in this institution does not present so many peculiarities for being it is specifically directed at women victims of violence, but rather, because it is an institution of the social and judiciary. Still, the challenges encountered were not so peculiar when compared to those already known in professional intervention, such as the low level of autonomy and the precariousness of working conditions due to the political conjuncture.

**Keywords:** Instrumentality. Gender. Violence against women

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Alcoólicos Anônimos
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CPDrogas	Coordenadoria Especial de Políticas sobre Drogas
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CRM	Centro de Referência da Mulher
DEAM	Delegacias Especiais de Atendimento a Mulher
DPJ	Departamento de Pesquisas Judiciárias
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IJF	Instituto Dr. José Frota
JVDFCM	Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
MPCE	Ministério Público Estadual do Ceará
NAMI	Núcleo de Atendimento Médico Integrado
NEPEM	Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher
NUDEM	Núcleo de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar
ONU	Organização das Nações Unidas
PCSVDF	Mulher Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
SESA	Secretaria de Saúde do Estado do Ceará
SSP-AM	Secretaria de Segurança Pública do Amazonas
SSPDS-CE	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

UNICAMP Universidade Estadual de Campinas

UNIFOR Universidade de Fortaleza

USP Universidade de São Paulo

UTI Unidade de Tratamento Intensivo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1	APROXIMAÇÃO DO OBJETO.....	14
1.2	A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM FENÔMENO SOCIAL.....	17
<b>1.2.1</b>	<b>Serviço Social e o debate sobre violência contra a mulher.....</b>	<b>20</b>
1.3	O PERCURSO METODOLÓGICO, O CAMPO E A EXPERIÊNCIA DE PESQUISA.....	25
<b>2</b>	<b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE AS CATEGORIAS INSTRUMENTALIDADE, GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....</b>	<b>33</b>
2.1	INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE INCONCLUSO.....	33
2.2	ALGUMAS APRECIÇÕES SOBRE A CATEGORIA GÊNERO.....	46
2.3	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DO DEBATE TEÓRICO À REALIDADE INQUIETANTE.....	68
<b>3</b>	<b>A IMERSÃO NA REALIDADE PROFISSIONAL: A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE FORTALEZA.....</b>	<b>80</b>
3.1	QUESTÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	84
3.2	O COTIDIANO DO SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO E OS PRINCIPAIS DESAFIOS À ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....	93
3.3	DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL AO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL: INTERLOCUÇÃO ENTRE CAMPO E ACADEMIA.....	104
3.4	SOBRE INSTRUMENTALIDADE E ARTICULAÇÃO ENTRE AS TRÊS DIMENSÕES.....	108
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>119</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>122</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>131</b>
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ASSISTENTE SOCIAL E ESTAGIÁRIOS (AS).....	132

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	135
---	-----

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso trata da análise da atuação do Serviço Social no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica. A pesquisa foi realizada<sup>1</sup> no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – JVDFCM, instituição que é responsável por processar, julgar e executar as penalidades cabíveis àqueles que praticam crimes de violência contra a mulher. Além disso, a instituição também tem como finalidade acompanhar as vítimas durante esse processo, direcionando-as ao apoio profissional habilitado; e protegê-las, aplicando as medidas protetivas adequadas, tais como: afastamento do agressor, fixação de limite mínimo de distância, dentre outras.

O tema central da pesquisa é a intervenção profissional do Serviço Social junto ao público atendido no JVDFCM, focando nas dimensões da instrumentalidade que são expressas no trabalho. A investigação busca compreender como se dá o atendimento a essas mulheres, bem como os seus limites, as possibilidades, a interação com a equipe multidisciplinar e os desafios que aparecem para esses profissionais cotidianamente. Para adentrar o campo e analisar a realidade da atuação profissional nesse espaço foi necessário um vasto estudo bibliográfico, tendo em vista a complexidade da temática e a delicadeza das histórias que chegam até o referido espaço institucional, que envolvem tanto elementos universais, como particulares. Nesse sentido, a pesquisa foi realizada tendo como embasamento um amplo estudo teórico, que compreende a relevância dessa problemática e a necessidade de apropriação desse tema por parte do Serviço Social.

### 1.1. APROXIMAÇÃO DO OBJETO

A aproximação do objeto de pesquisa se deu gradativamente. Foram várias motivações que surgiram a partir de inúmeras experiências. A temática abordada partiu de inquietações que surgiram em decorrência de vários fatores: primeiramente, pela própria condição de ser mulher, pelo fato de perceber a discriminação e até mesmo de sentir a opressão cotidianamente nos mais variados espaços, que vão desde instituições de ensino e outros órgãos públicos, até igrejas,

---

<sup>1</sup> A instituição concedeu anuência para a pesquisa, através da direção administrativa e do Serviço Social.

academias, espaços de lazer e entretenimento; e as vivências e a observação do papel que as mulheres vem assumindo na sociedade, de modo geral.

Essas observações foram feitas, principalmente, no âmbito familiar, onde foi possível vivenciar o discurso machista de que a mulher foi feita para o lar e ver isso se reproduzindo não só por parte dos homens, mas principalmente por mulheres, mães, que perderam grandes oportunidades por acreditarem que deveriam se dedicar apenas às atividades domésticas, ao marido, e à família e que, por não serem determinadas pela sociedade como provedoras do lar, deveriam se submeter às vontades e opiniões do marido/companheiro, mesmo que isso significasse humilhações e agressões das mais variadas formas.

Além do ambiente familiar, em outros espaços também foi possível perceber esses posicionamentos. No próprio âmbito acadêmico, o qual a maioria das pessoas acredita que seja mais evoluído no que se refere ao debate sobre a igualdade de gênero, principalmente pela sua interação junto aos movimentos sociais em geral, inclusive junto ao Movimento Feminista, foi possível escutar discursos carregados de construções machistas. Esse espaço proporcionou aproximação com o objeto não só pelo contato com essas falas, mas também pela viabilização de espaços de formação profissional, pelo contato com laboratórios e núcleos que geravam produção de conhecimento sobre a temática e pela participação em eventos que sempre traziam novas inquietações e aguçavam a curiosidade de aprofundar os conhecimentos sobre esse fenômeno.

Um terceiro fator e, talvez, o mais determinante para a escolha da temática foi a experiência de estágio curricular obrigatório realizada no período de novembro de 2015 à agosto de 2016, no Instituto Dr. José Frota – IJF, hospital de referência em traumatologia que atende cotidianamente diversos casos de violência doméstica. Nessa instituição, escutei relatos de várias mulheres que sofreram violência, sempre carregados de insegurança, medo e constrangimento.

Muitas vezes, o estado de saúde era tão crítico que o Serviço Social não conseguia realizar o atendimento junto à paciente e só obtinha as devidas informações com os acompanhantes e/ou visitantes. Um dos casos mais emblemáticos dos quais recordo foi o de uma mulher que teve parte do seu corpo queimado pelo cônjuge – com quem vivia há mais de 10 anos – que cometeu o crime por motivações torpes, como o ciúmel exacerbado.

Outro caso impactante foi o de uma mulher em situação de rua que foi espancada pelo companheiro com quem vivia nas ruas do Centro da cidade. Essa mulher foi espancada durante o feriado de carnaval e passou dias internada na Unidade de Tratamento Intensivo – UTI, do IJF. Durante esse período, o Serviço Social só conseguiu realizar atendimento com visitantes que eram parentes distantes da paciente, devido ao seu estado de saúde, sempre sob forte sedação.

Apenas quando ela saiu da UTI e foi transferida para uma enfermaria o Serviço Social conseguiu, de fato, realizar atendimento com a paciente e entender o que havia acontecido. A usuária relatou que não era a primeira vez que tinha sido agredida, mas nunca havia feito uma denúncia, por sentir medo e vergonha (pelo fato de ser uma pessoa em situação de rua, acreditava que não dariam muita credibilidade a sua denúncia, tendo em vista o preconceito que a sociedade tem com pessoas nessa situação).

Houve também um caso de violência física na qual o agressor não era o cônjuge nem mantinha qualquer tipo de relação afetiva com a vítima. Não foi claramente uma situação de espancamento, mas houve, de fato, agressões físicas, por parte de um desconhecido, durante uma briga em um bar, que resultaram em várias lesões para a paciente, além de todo o abalo psicológico sofrido pela mesma. Na época, fiquei perplexa com o quanto a violência contra a mulher vinha sendo naturalizada, visto que ficava cada vez mais perceptível a sua ocorrência em espaços públicos e privados e a inoperância da sociedade perante a isso. Alguns desses casos foram relatados nos meus diários de campo realizados na época do estágio e, com certeza, foram determinantes para a escolha do tema do presente trabalho.

Toda essa vivência acadêmica, o processo de amadurecimento pessoal acarretado por tal vivência, o surgimento do senso crítico aguçado nos universitários, principalmente, nos estudantes do curso de Serviço Social, a curiosidade e a inquietação despertadas a cada participação em espaços que falavam sobre a luta das mulheres, sobre seus direitos, sobre a dominação masculina, sobre o feminicídio e etc., todas essas experiências foram colaborando para a aproximação com o objeto de pesquisa e despertando cada vez mais a curiosidade de estudar a temática de modo mais aprofundado. Já o interesse de aliar essa problemática a atuação específica do Serviço Social surgiu ao perceber a importância da intervenção de uma profissão tão comprometida com a defesa dos

direitos humanos junto a esse fenômeno tão urgente que é a violência contra a mulher.

## 1.2. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM FENÔMENO SOCIAL

Para compreendermos a relevância da pesquisa, é necessário, antes de tudo, entender que a violência contra a mulher é um fenômeno que atinge a sociedade brasileira de modo cada vez mais alarmante, como é possível perceber através das estatísticas. Segundo pesquisa —Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil<sup>2</sup>, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e divulgada em março de 2017, 503 mulheres foram vítimas de violência a cada hora no Brasil, no ano de 2016. Desse contingente, 61% conheciam os agressores, tendo sido agredidas, na maior parte das vezes, em casa (43%) ou na rua (39%). O que reforça o argumento de que não se pode comparar a violência sofrida pelos homens com a sofrida pelas mulheres, porque é visivelmente notável que a segunda tem suas especificidades, sendo uma expressão de outra mazela social histórica, que é a desigualdade de gênero. A pesquisa ainda revela que 22% das mulheres entrevistadas sofreram ofensa verbal, o que é equivalente a um total de 12 milhões de mulheres; 10% das mulheres sofreram algum tipo de ameaça de violência física e 8% sofreram violência sexual.

Segundo dados divulgados no site do Governo Federal<sup>3</sup> (2017), em 2017, apenas em quatro dias durante o feriado de carnaval, a Central de Atendimento à Mulher registrou 2.132 ocorrências de mulheres vítimas de diversos tipos de agressão, sendo a violência física, novamente, a campeã de denúncias, chegando ao número de 1136 atendimentos, seguida da violência psicológica, a qual foi atribuída 671 denúncias. Ainda durante esse período, houve o registro do aumento de 87,93% dos casos de violência sexual, comparados ao ano de 2016.

---

<sup>2</sup> Pesquisa de abordagem quantitativa, realizada pelo Datafolha e encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Foram entrevistadas 1.051 mulheres, acima de 16 anos, em 130 municípios, no mês de fevereiro de 2017. Disponível em: < <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf> > Acesso em 20 set. 2017.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/mais-de-mil-relatos-de-violencia-fisica-contra-a-mulher-foram-registrados-no-carnaval>>. Acesso em: 20 set. 2017.

Em uma pesquisa<sup>4</sup> recente realizada pelo Datasenado (2017) – Portal Institucional do Senado Federal –, divulgada em 07 de junho de 2017, foram revelados elementos ainda mais atuais sobre a realidade da violência contra mulher no Brasil. O estudo mostrou que aumentou o número de mulheres que afirmaram conhecer alguma vítima de violência doméstica ou familiar praticada por homens: o percentual era de 56% no ano de 2015 e subiu para 71% em 2017. A pesquisa também revelou que as 69% das mulheres que colaboraram com a pesquisa consideram o Brasil um país demasiadamente machista.

A referida pesquisa também revelou um recorte racial da violência contra mulher, dada a esmagadora diferença quando comparados os números de agressões sofridas por mulheres que se autodeclararam brancas e mulheres que se autodeclararam negras. Dentre as mulheres entrevistadas autodeclaradas brancas que afirmaram ter sofrido violência doméstica e familiar, a maioria (57%) disse ter sofrido violência física e 11%, sexual. Já quando comparadas às mulheres negras, os números são alarmantemente maiores: das que se autodeclararam pardas, 76% informaram que sofreram violência física e 17%, sexual; enquanto entre as autodeclaradas pretas, 65% disseram ter sofrido violência física e 27%, tanto no âmbito doméstico quanto familiar (DATASENADO, 2017).

De fato, os referidos dados realçam o viés racial dessa realidade. Isso se deve, em parte, a estigmatização da mulher negra na sociedade brasileira, a qual foi vítima de violências desde o período da sociedade escravocrata, na qual sofria tanto violência sexual como ataques físicos e hostis de senhores de engenho e de mulheres da elite branca que as culpavam pelas infidelidades do marido. Desde então, a mulher negra vem sendo estigmatizada<sup>5</sup> como símbolo sexual no imaginário masculino, o que as torna ainda mais passíveis de sofrerem violência, principalmente, agressões sexuais.

Como mostram os dados, a violência contra mulher se manifesta de diversas formas e trata-se de uma grave violação aos direitos humanos. Mesmo com as campanhas de conscientização, com as legislações que amparam as mulheres e

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.justicadesaia.com.br/wp-content/uploads/2017/06/VIOL%C3%8ANCIA-DOM%C3%89STICA-E-FAMILIAR-CONTRA-A-MULHER-2017.pdf>> Acesso em: 20 set. 2017

<sup>5</sup> De acordo com Monteiro (1989), a escrava foi uma *presa fácil* do sistema aristocrata brasileiro. Para a autora, nessa sociedade, ela teria sido vítima tanto do assédio masculino, como da violência feminina, visto que as mulheres dos senhores de engenho as viam como culpadas pelas infidelidades do marido, chegando a mutilar seus corpos por causa disso. A autora acredita que, no imaginário masculino, a imagem do corpo da mulher negra está para além da produção material e da própria reprodução, estando diretamente ligada ao desejo sexual.

punem os agressores, dentre outras medidas de proteção, essa é uma realidade difícil de ser modificada. Isso decorre, também, de fatores históricos e culturais, visto que, tradicionalmente, a mulher é associada a um papel de submissão, e, nessa lógica, até a violência deve ser tolerada pela mesma. Isso se revela até mesmo em conversas informais sobre o assunto: quando adentramos a problemática da violência contra mulher, notadamente aparecem muitos discursos argumentando que ela pode ser justificada, ou até mesmo aceitável.

Para o estudo desse fenômeno, é necessário entender, também, que esse crime não se apresenta somente como agressão física, mas sim que ele possui variadas formas de manifestação e que a agressão física é apenas a mais conhecida e visibilizada pela sociedade. Sobre isso, a Lei Maria da Penha<sup>6</sup> subdivide a violência contra a mulher em cinco tipos: violência patrimonial, violência sexual, violência física, violência moral e violência psicológica.

A maioria dos casos ocorre dentro de casa, sendo praticada por pessoas do ciclo familiar da vítima – na maioria das vezes, pelo próprio parceiro afetivo. Esse tipo de violência que ocorre dentro do lar, por parte de pessoas próximas à mulher, – sendo o parceiro ou não – é denominado violência doméstica e pode assumir todas as tipificações definidas pela lei, desde a patrimonial até a psicológica.

Grande parte dos episódios de violência ocorre pelo simples fato de que muitos homens se consideram superiores às mulheres e que, por esse motivo, podem (e devem) puni-las com agressões quando julgarem necessário. Eles as submetem aos mais diversos tipos de violência e abalam não somente a sua saúde física, mas também psicológica. E o pior: existem mulheres que acreditam nessa teoria de que podem e/ou merecem passar por essas situações. Há também as que nem reconhecem as atitudes do companheiro como atos de violência, porque só intitulam como tal aquela que se manifesta por meio da agressão física. Não reconhecem que as ofensas verbais, as humilhações e as relações sexuais forçadas também são manifestações desse fenômeno.

---

<sup>6</sup> Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>> Acesso em: 20 set. 2017.

Essa problemática vai para além dos debates sobre a violação dos direitos da mulher e se torna uma questão de saúde pública, visto que os números de feminicídio aumentam<sup>7</sup> assustadoramente. Além disso, a cada ano cresce o número de mulheres que desenvolvem doenças como depressão, distúrbios de ansiedade, dentre outros transtornos psicológicos que se manifestam após serem submetidas a esse tipo de trauma. Diante disso, é necessário que o Serviço Social se aproprie cada vez mais dessa temática para que possa intervir na realidade social dessas mulheres e tornar mais massivo o combate a essa mazela social.

### **1.2.1 Serviço Social e o debate sobre violência contra a mulher**

Ao longo dos anos, o Serviço Social vem se apropriando da temática da violência contra a mulher, entendendo-a como uma expressão da questão social, que aparece cotidianamente para os profissionais nas mais diversas áreas de atuação e que exige capacidade técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política de cada um. Essa capacidade é necessária para responder às demandas das mulheres vítimas de violência e contribuir, no sentido social e político para o enfrentamento dessa problemática. As entidades da categoria (Conselho Federal de Serviço Social – CFESS em parceria com os Conselhos Regionais) vêm sempre manifestando seu repúdio a quaisquer formas de violência contra mulher e reiterando seu compromisso político na luta intransigente pela defesa dos direitos humanos, estimulando o debate dessa questão através das publicações do CFESS Manifesta, dos livros e brochuras temáticas que trazem a tona discussões que ainda são tabus na sociedade, como a violência contra a mulher, o racismo, a xenofobia, a homofobia, dentre outros.

Para compreender como a violência contra a mulher se tornou um objeto de intervenção do Serviço Social, é necessário entender a partir de que momento ela deixou de ser uma questão relacionada ao âmbito privado, ou seja, a ser resolvida entre marido e mulher, e tornou-se um assunto de interesse público, exigindo a intervenção da sociedade, mediada pelo Estado. Segundo Lisboa e

---

<sup>7</sup> Uma pesquisa do Instituto Avon realizada em 2013 revelou que em 10 anos, mais de 43.000 mulheres foram assassinadas. Desse número, a maioria dos homicídios foi praticada pelo próprio parceiro. Já em 2016, a Organização das Nações Unidas divulgou um estudo que mostrou que a taxa de feminicídio no Brasil é a quinta maior do mundo. Disponível em: <[http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/12/folderpesquisa\\_instituto22x44\\_5.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/12/folderpesquisa_instituto22x44_5.pdf)> Acesso em: 20 set. 2017.

Pinheiro (2005), isso passou a acontecer quando essa problemática se tornou objeto de denúncia de outras pessoas. Vizinhos, parentes e conhecidos das vítimas passaram a denunciar os atos de violência praticados, principalmente, pelos cônjuges e a questão foi se tornando —caso de polícia.

Segundo as autoras supracitadas, no período entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, essa questão tornou-se pauta e bandeira de luta levantada pelo movimento feminista. No ano de 1975, a Organização das Nações Unidas – ONU comemorou o primeiro Dia Internacional da Mulher, promovendo a primeira Conferência Mundial sobre a Mulher, na Cidade do México – nessa ocasião, foi criado um Plano de Ação – e, no mesmo ano, o Movimento Feminino pela Anistia começou a tomar forma em São Paulo.

Conforme afirmam as referidas estudiosas, com a visibilidade desse movimento, a articulação entre as ativistas feministas ficou fortalecida e deu bases para a criação de outra importante organização de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro, que foi o Centro da Mulher Brasileira, em 1975, uma instituição que tinha o intuito de realizar estudos sobre a condição feminina no Brasil, consolidar os objetivos do movimento feminista e articular suas pautas coletivamente. Ainda segundo as pesquisadoras, essa instituição realizou grandes estudos e instigou momentos de reflexão a partir da realização de seminários.

Desde então, foram se somando ao movimento feminista, vários outros grupos de movimentos sociais que tinham outras causas como pautas principais, mas que se mostravam dispostos a fortalecer a luta pela igualdade entre homens e mulheres. Ao passo que a questão da violência entrava no roteiro do movimento feminista, iam se formando novas entidades que objetivavam acolher as vítimas de maus tratos, perseguições, agressões, estupros e outros tipos de opressão feminina.

Segundo Pinto (2003), na década de 1980, a violência doméstica já era uma pauta central desse movimento, o que possibilitou uma maior visibilidade e a realização de importantes pesquisas sobre o assunto. Nessa época também explodiram na mídia os casos de assassinatos de Ângela Diniz e Eliane de Grammont. Ambos os crimes foram praticados por homens que mantiveram relações afetivas com as vítimas e alegaram ter sido motivados pela defesa da honra, o que parecia ser bem aceito pela sociedade. Diante da repercussão desses casos e dessa conjuntura que enaltecia o machismo, o movimento lançou o slogan: —Quem ama não mata.

Para Lisboa e Pinheiro (2005), esse ativismo foi crucial para criação de políticas públicas e instituições voltadas para mulheres vítimas violência. A partir das lutas do movimento, foram criadas diversas instituições como, por exemplo, o SOS Mulher (1980) e as Delegacias Especiais de Atendimento a Mulher – DEAM (1985). Em 1985, também foi fundado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, instituição responsável por originar políticas sociais para as mulheres, combater as manifestações de preconceito e discriminação e promover as condições necessárias para igualdade de direitos.

Já no ano de 2003, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi fundada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Essa instituição demarcou o espaço do estado como defensor dos direitos das mulheres e combatente à violência de gênero. O órgão existe até hoje e trabalha no sentido de promover políticas não só para combater esse crime, mas também para promover o cuidado com a mulher no que se refere a saúde, trabalho, educação, cultura e etc.

Com o grande impulso dado pelo movimento feminista, a sociedade e o Estado também passaram a publicizar essa problemática no intuito de prevenir e estimular as denúncias. É importante ressaltar aqui, que, o esforço para combater a violência contra mulher, já nessa época, ainda partia muito mais do empenho dos movimentos sociais, aqui representados pelo movimento feminista, do que propriamente do comprometimento do Estado com essa questão. O movimento assumiu o protagonismo dessa luta e atuou, primeiramente, no intuito de incentivar as denúncias de casos de violência e, em segundo plano, no desenvolvimento de ações que visavam criar mecanismos para atender e apoiar as vítimas.

A partir desses acontecimentos, a violência contra mulher foi ganhando cada vez mais notoriedade na sociedade brasileira, constituindo-se como uma problemática carente de políticas públicas. Ao passo que tudo isso acontecia, o Serviço Social passava por mudanças no interior da profissão, advindas após o Movimento de Reconceituação<sup>8</sup>. Tais mudanças giravam em torno da metodologia de intervenção do Serviço Social e incorporavam também as transformações que ocorriam no âmbito da organização da sociedade e dos movimentos sociais,

---

<sup>8</sup> O Movimento de Reconceituação foi um movimento que ocorreu simultaneamente à ditadura militar (décadas de 60 e 70) e que visava a ruptura com o Conservadorismo e uma renovação metodológica fundamentada na teoria marxista e em um método crítico e investigativo. Ver mais em -Ditadura e Serviço Social (2010).

causando, ao final, uma ruptura significativa com o conservadorismo que historicamente acompanhou a profissão.

Diante das novas configurações das relações de trabalho que se desenvolveram nos anos de 1980 e 1990 no Brasil, os movimentos sociais passaram a exigir serviços que atendessem às problemáticas das minorias e essas exigências começaram a aparecer como demanda para o Serviço Social. Nesse momento, a questão social<sup>9</sup>, o objeto de intervenção da profissão, ganhou novas configurações e começou a incorporar de forma mais evidente a pauta das opressões.

Atualmente, o Serviço Social assume essa temática como objeto de intervenção da profissão e é presença registrada em alguns equipamentos de combate e prevenção à violência contra mulher. Além disso, a profissão atua também nas lutas políticas em conjunto com o movimento feminista, no planejamento e na gestão de políticas públicas voltadas para essa problemática, no esclarecimento de direitos e no acompanhamento e acolhimento das vítimas.

Como já foi mencionado, sabe-se que o Serviço Social entende esse debate como uma refração da questão social, portanto, como uma demanda social de sua intervenção profissional. Diante disso, o presente trabalho busca saber de que forma vem se dando essa atuação, tendo em vista que os aparatos institucionais responsáveis por combater as violações de direitos estão cada vez mais precarizados e as ondas de conservadorismo ainda estão presentes nas atuações de alguns profissionais. Nesse sentido, o estudo realizado procurou compreender como a profissão, num dado contexto institucional, vem intervindo nessa questão em uma sociedade cheia de construções machistas, apesar dos avanços.

Entende-se também, que a forma como o profissional instrumentaliza suas ações ao analisar a realidade social dessas mulheres e intervir nela tem rebatimento direto sobre o futuro de cada uma a partir daquele atendimento em diante. Sendo assim, uma das preocupações desta pesquisa é o modo como os profissionais vêm atuando e articulando as três dimensões da instrumentalidade do Serviço Social no cotidiano profissional, já que essa articulação traduz a prática profissional.

---

<sup>9</sup> Em uma definição breve e simplificada, significa o conjunto de expressões decorrentes das desigualdades sociais inerentes ao sistema capitalista (Iamamoto, 1998).

Para analisar esses aspectos, é necessário ter a compreensão de que as três dimensões da instrumentalidade – técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política – não podem ser imaginadas isoladamente, já que uma depende da outra: o embasamento teórico do qual o profissional se utiliza sugere um método, a aplicação de determinado método, além de um ato operacional, é também a admissão de uma determinada postura política. Segundo Guerra (2016), a dimensão técnico-operativa se caracteriza por ser

a forma de aparecer da profissão, pela qual é conhecida e reconhecida. Dela emana a imagem social da profissão e sua auto-imagem. Ela encontra-se carregada de representações sociais e da cultura profissional. É a dimensão que dá visibilidade social à profissão já que dela depende a resolutividade da situação, que, às vezes, é mera reprodução do instituído, e outras, constitui a dimensão do novo. Não é supérfluo lembrar que a dimensão técnico-operativa vela a dimensão político-ideológica da profissão, como aquela pela qual o Serviço Social atua na reprodução ideológica da sociedade burguesa ou na construção da contra-hegemonia. O que se pretende enfatizar é que a intervenção de natureza técnico-operativa não é neutra: ela está travejada da dimensão ético-política e esta, por sua vez, encontra-se aportada em fundamentos teóricos, donde a capacidade de o profissional vir a compreender os limites e possibilidades não como algo interno ou inerente ao próprio exercício (GUERRA, 2016, p.49-50).

Já a dimensão teórico-metodológica é a responsável por capacitar os profissionais para

operar a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional do assistente social para uma interpretação à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas. O conhecimento adquirido através deste movimento possibilita sistematizações e construções teórico-metodológicas que orientam a direção e as estratégias da ação e da formação profissional (dimensão formativa), bem como permite aprofundar os fundamentos teóricos que sustentam as intervenções profissionais. Tal dimensão tem que ser articulada à dimensão investigativa. Esta é uma mediação fundamental, posto que permite uma revisão dos fundamentos técnicos, teóricos e ético-políticos que orientam a profissão, conduzindo seu avanço no sentido de que aponta tendências e permite uma antecipação, a reconstrução de objetos de intervenção, a apreensão de demandas emergentes, a reconfiguração das demandas: ela é a dimensão do novo. É através desta dimensão que se pode fazer a crítica ontológica do cotidiano. A dimensão investigativa permite também a produção de conhecimentos voltados para os interesses dos setores populares que são os usuários das instituições as quais nos vinculamos (GUERRA, 2016, p. 60-61).

Ainda segundo Guerra (2016), a dimensão ético-política que o profissional percebe

Ao fazer suas escolhas, no que se refere às finalidades estabelecidas e aos meios (condições, instrumentos e técnicas) para alcançá-las, que resposta dar e em que direção, [...] a qual preocupa-se com os valores (de que valem as respostas dadas) e com a direção social das mesmas (que conjunto de forças está sendo contemplado nas respostas). Mas não o faz sem conflitos

éticos que são próprios dos homens e mulheres que partilham desta experiência contraditória de viver no mundo burguês (GUERRA, 2016, p. 62).

A articulação entre essas três dimensões é o que acaba por diferenciar os profissionais conservadores e pragmáticos, que estão apenas preenchendo instrumentais de cunho técnico-operativo sem compreender o porquê e o para que daquilo, dos profissionais comprometidos e críticos, que entendem a necessidade da aplicação de cada instrumental e o que eles podem significar para o estudo de cada caso. Sendo assim, essa articulação é fundamental, ainda que nem sempre seja entendida e reconhecida na cotidianidade alienante.

Nessa perspectiva, a pesquisa investiga como os profissionais que trabalham junto às mulheres vítimas de violência vêm respondendo às demandas que lhes aparecem cotidianamente, dentro de instituições precarizadas, lidando com discriminações e com a hierarquia institucional, na dependência de políticas públicas promovidas por um Estado conservador que vem declinando numa conjuntura de retrocessos nos mais variados segmentos e que segue deixando essa causa em segundo plano. Como essa instrumentalidade profissional é experienciada no exercício profissional frente aos contextos institucionais, em particular na instituição pesquisada, é o foco central da investigação.

### 1.3. O PERCURSO METODOLÓGICO, O CAMPO E A EXPERIÊNCIA DE PESQUISA

Segundo Triviños (1987), o ato de pesquisar e as escolhas metodológicas do pesquisador exigem —disciplina intelectual, ou seja, as opções escolhidas devem estar em harmonia com as suas concepções a respeito do movimento da sociedade e com a sua visão de mundo. Não se pode optar por determinados métodos apenas porque apresentam um caminho mais fácil ou pelo fato de ser o que a maioria aplica, sem que eles estejam diretamente articulados com o que o principal agente da pesquisa acredita.

Nesse sentido, as escolhas metodológicas apresentadas no presente estudo de alguma forma expressam elementos sobre mim, a própria pesquisadora, visto que traduzem a minha concepção da sociedade e do homem, considerando o que diz Triviños (1987) sobre essa disciplina intelectual. Nesse sentido, acredito, de

fato, que essa disciplina deva ser resguardada, tendo em vista que a própria fidedignidade da pesquisa também depende disso.

Nessa perspectiva, as preferências metodológicas foram sendo definidas conforme o rumo que a investigação foi tomando. O primeiro momento desse longo percurso foi a escolha do tema. Nesse período, como já foi relatado aqui, foram consideradas muitas influências que tive tanto pela própria condição enquanto mulher, quanto das experiências acadêmicas e pessoais vividas ao longo da graduação. Posteriormente a escolha do tema, houve um momento informal de diálogo com a orientadora, no intuito de encontrar um norte de delimitação desse objeto e identificar o real problema de pesquisa. Com tema e problema bem definidos, tiveram início as leituras a respeito do assunto e, simultaneamente a esse momento de leituras, foram sendo definidos os métodos, as técnicas e os instrumentos utilizados no decorrer da pesquisa. Ainda nessa fase de estudo bibliográfico, tiveram início as idas a campo.

Nesse sentido, compreendendo o fenômeno da violência contra a mulher como uma expressão da questão social que se manifesta cotidianamente nos mais variados espaços da sociedade e reflete em estatísticas cada vez mais alarmantes, necessitando da apropriação e intervenção do Serviço Social, este estudo empenhou-se em revelar como a categoria vem se apropriando dessa problemática e que estratégias tem traçado para o seu combate. Espero também que os dados relatados aqui possam oferecer, de alguma forma, subsídios para fortalecer essa luta e a atuação dos e das assistentes sociais.

A pesquisa apresenta uma abordagem quanti-qualitativa. Através dela buscaremos obter resultados mais aprofundados a respeito de como vem se dando a atuação do Serviço Social no JVDFCM, entendendo a complexidade desse fenômeno. A opção por esse tipo de pesquisa foi feita considerando que enxerguei na mesma uma oportunidade para refletir sobre a realidade apresentada, apreciando todo o processo de investigação e não somente os resultados, o que segundo Bogdan (1982 *apud* Triviños, 1987), é uma característica marcante da pesquisa qualitativa. Ao mesmo tempo, também se trata de um estudo quantitativo pela riqueza de dados aqui apresentados e sistematizados com o intuito de caracterizar a violência contra a mulher como um fenômeno emergente.

Tal investigação tem caráter descritivo e exploratório e buscou respostas para questionamentos que foram surgindo durante o processo de pesquisa, tendo

como objetivos investigar como vem se dando a atuação do Serviço Social junto às mulheres vítimas de violência que chegam ao JVDFCM; compreender qual a noção de instrumentalidade dos profissionais de Serviço Social que atuam nessa instituição, bem como entender como as três dimensões vem se materializando nesse espaço e identificar os principais desafios que os profissionais encontram na dinâmica cotidiana.

Para alcançar os objetivos elencados, foi realmente necessária essa abordagem, a fim de se aprofundar nas perguntas e valorizar os momentos de reflexão acerca do problema, entendendo que este estudo não se trata apenas de uma investigação aleatória para obtenção de resultados a serem engavetados, mas sim que está comprometida em encontrar contribuições que possam fornecer indicações para enfrentamento dos problemas aqui relatados.

O presente estudo tem caráter teórico, documental e empírico, visto que partiu, primeiramente, de uma revisão bibliográfica e documental, na qual foram estudadas as principais produções teóricas referentes ao tema, bem como, resoluções, leis e outros instrumentos legislativos que dão determinações sobre a problemática estudada no presente trabalho, fundamentam a importância da pesquisa, e foram norteadoras para o momento de ida a campo. Simultaneamente a esse momento de levantamento bibliográfico, aconteceu a pesquisa empírica, na qual foi realizada a ida a campo e a interação direta com os protagonistas da pesquisa, no caso, os sujeitos que atuam no setor de Serviço Social do JVDFCM de Fortaleza.

O momento de ida a campo foi o mais esperado durante toda essa trajetória, visto que, a cada nova leitura sobre o tema, a cada noticiário que trazia manchetes sobre casos de violência contra a mulher, vinha a sensação de ansiedade pelo que seria encontrado no *lócus* da pesquisa. Os sujeitos que se submeteram à pesquisa são trabalhadores e trabalhadoras (uma profissional formada com registro no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS e dois estagiários) do setor de Serviço Social da instituição já mencionada, na faixa etária entre 20 e 50 anos, que atuam no atendimento direto às mulheres vítimas de violência doméstica.

A coleta de dados foi realizada a partir da pesquisa de campo, bem como do uso de técnicas como observação participante e entrevista semiestruturada. No momento de observação foram analisados aspectos como a estrutura da instituição,

a sua dinâmica cotidiana, a vivência dos profissionais nesse local de trabalho, dentre outros. Tal observação foi feita com objetivos pré-estabelecidos a respeito do que se queria analisar, embasados, principalmente, nos escritos de Gil (2008), que forneceu dicas do que deveria ser priorizado nesse momento de observação, como os *sujeitos*, o *cenário* e o *comportamento social*.

Outro instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada<sup>10</sup>, dividida em três eixos, com perguntas direcionadas ao tema desta investigação produzidas a partir do que foi apreendido na fase bibliográfica e documental. Essa entrevista teve como finalidade traçar o perfil dos sujeitos da pesquisa, bem como mostrar qual é o seu papel na instituição, relatar os desafios dessa atuação e, principalmente, compreender como a instrumentalidade vem se materializando nesse espaço sócio-cupacional.

As entrevistas foram realizadas nos meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018 e duraram, em média, de trinta à quarenta minutos. Associado a essas técnicas, também foi feito o acompanhamento e a gravação de áudio de alguns atendimentos que o Serviço Social realizou junto às usuárias, com o devido consentimento das mesmas – tanto assistente social, como usuárias. Para Triviños (1987), essa técnica enriquece a investigação porque —ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

Além de reconhecer a relevância dessa técnica para a pesquisa qualitativa, o autor também fornece em sua obra —Introdução à pesquisa nas ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação, publicada em 1987, dicas preciosas de como realizar a entrevista, elencando todas as fases desde o como iniciar até a escolha dos tipos de perguntas. Tais indicações foram muito importantes tanto para a preparação do roteiro de entrevista como para o momento real de aplicação das entrevistas.

Ao término de algumas visitas foram feitos diários de campo, que continham as impressões sobre o local, sobre as pessoas que ali trabalhavam, sobre a dinâmica do setor de Serviço Social e tudo mais que saltava aos olhos nessas ocasiões. O instrumental usado para gravar as entrevistas foi um celular

---

<sup>10</sup> A entrevista foi realizada tendo como base um roteiro previamente estruturado, cujo modelo consta nos apêndices do presente trabalho.

*smartphone*, que também foi utilizado para tirar algumas fotografias<sup>11</sup> do espaço, com o objetivo de usar como ilustrações no presente trabalho e retratar mais fielmente o que foi observado.

As referidas técnicas foram definidas tendo como base também os estudos de Maria Cecília de Souza Minayo e Suely Ferreira Deslandes (2007), nos quais elas explicam de modo claro o passo-a-passo da pesquisa social, compreendendo que cada objeto de estudo tem suas especificidades e que o terreno da pesquisa social é dinâmico e subjetivo. Sobre isso, as mesmas apresentam dicas bastante relevantes, principalmente no que se refere ao momento de ida a campo, como por exemplo, a necessidade de aproximação com os sujeitos da pesquisa de modo gradual e a apresentação da proposta de estudo aos envolvidos no estudo.

Outra questão também levantada por Minayo e Deslandes (2007), se refere à postura do pesquisador em relação ao seu objeto de estudo. As autoras explicam que o pesquisador não deve se comportar de modo a achar que as suas hipóteses<sup>12</sup> serão, de qualquer modo, confirmadas ao final da pesquisa. Mas sim, compreender que nesse percurso podem ser feitas novas descobertas, que podem levar, até mesmo, a negação das hipóteses levantados pelo pesquisador. A leitura da obra dessas autoras trouxe elementos muito importantes e que foram incorporados no presente trabalho, principalmente na fase empírica.

Para chegar ao atual recorte desse objeto, foi preciso refletir sobre o papel da mulher na sociedade e sobre as construções históricas que estão associadas ao significado de ser mulher. A intenção inicial era estudar o fenômeno da violência doméstica nos casos atendidos pelo Serviço Social no IJF, mas nesse percurso entre a escolha do tema e o recorte final do objeto, fui percebendo que nesse *lócus* de pesquisa não seria possível aprofundar a temática, visto que depois que as mulheres recebem alta médica e social, o Serviço Social da instituição não tem mais como acompanhar os casos e saber o que aconteceu com aquela usuária.

Sendo assim, o *lócus* de pesquisa escolhido foi o JVDFCM de Fortaleza, mais conhecido como Juizado da Mulher, que atua no sentido de dar proteção a

---

<sup>11</sup> As fotos foram tiradas com o consentimento do Serviço Social. No entanto, não foram utilizadas no trabalho porque acabei perdendo-as devido a problemas no celular.

<sup>12</sup> Nessa obra, Minayo e Deslandes (2007) trabalham com o termo -hipóteses!. Entretanto, no presente trabalho será utilizado o termo -pressupostos!, em virtude da adoção do materialismo histórico dialético marxista como método de análise.

mulher contra as agressões físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e morais no âmbito doméstico e familiar. O Juizado tem autonomia para conceder medidas protetivas em favor da vítima e aplicar punições ao agressor. A referida instituição foi escolhida porque, nela é possível que o Serviço Social acompanhe a trajetória da vítima desde a agressão até a aplicação das medidas protetivas e punição do agressor, e, ainda, os reflexos de todo esse processo na realidade social da vítima.

O JVDFCM de Fortaleza está localizado na Avenida da Universidade, número 3281, no Bairro Benfica, em Fortaleza. O Juizado foi instituído pela Lei Nº 13.925<sup>13</sup>, de 26.07.07 e trabalha, a dez anos, amparado pela Lei 11.340/06 (Maria da Penha). Além do trabalho de cunho jurídico no que se refere a aplicação das medidas protetivas e das punições ao agressor, a instituição também realiza um trabalho de caráter *psicossocial*, que consiste no acompanhamento psicológico das vítimas e no trabalho social realizado junto a elas, no intuito de identificar e tratar as causas oriundas da violência sofrida e encaminhá-las às instituições competentes, incluindo nisso, a rede de atendimento dos órgãos governamentais, não governamentais e da iniciativa privada. Esse trabalho é realizado não só no sentido do cuidado com a vítima no período pós-violência, mas também na lógica de identificar como essa violência vem se originando com o objetivo de criar mecanismos para combatê-la.

Nesse caminho até a delimitação do objeto e a escolha do *lócus*, foram aparecendo alguns obstáculos como opiniões contrárias e novas reproduções de discursos machistas na universidade e no cotidiano familiar, mas em nenhum momento isso soou como dificuldade e, sim como motivação, pois entendi que isso apenas reforçava a importância do objeto de estudo, uma vez que essa segregação entre homens e mulheres e a questão da violência doméstica ainda se apresenta como normal ou justificável para vários segmentos da sociedade.

Além dessas opiniões contrárias, outros desafios foram aparecendo ao longo do percurso deste trabalho: foi preciso conciliar esse processo de pesquisa com o fato de ser uma estudante trabalhadora e bolsista de iniciação científica, tendo em vista que ambas as atividades exigiam comprometimento e dedicação em um grau que garantisse, no mínimo, o cumprimento das tarefas a mim direcionadas;

---

<sup>13</sup> Lei estadual que cria os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas Comarcas de Fortaleza e de Juazeiro do Norte e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2007/13925.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

encontrei dificuldades, também, no próprio *locus* de investigação, pequenos incidentes que desanimavam de alguma forma, como a dificuldade de estabelecer contato, os obstáculos para conseguir realizar as entrevistas, as variadas —viagens perdidas<sup>14</sup> que foram feitas até o campo, entre outras determinações.

Fora essas questões, ainda havia o fato de ter que realizar a pesquisa em um período bem conturbado: os meses finais de 2017 e os iniciais de 2018. Só isso já dificultava bastante o andamento da pesquisa, visto que havia uma sequência de feriados que quebrava o ritmo de estudos, as instituições entravam de recesso, os profissionais estavam ainda mais atarefados, além de toda a correria que já é característica desse período.

Nesse intervalo de tempo, a casa em que moro entrou em reforma e tudo saiu dos lugares, literalmente. Precisei procurar novos lugares e novos meios para estudar e uma das alternativas foi a própria UECE, o que foi muito significativo pra mim, tendo em vista que sempre que sentava na biblioteca ou no Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social – Cetros para estudar, vinham a tona lembranças da minha jornada na graduação, incluindo os desafios e as glórias. Nesse momento também apareceram novos desafios, tendo em vista a precarização do ensino superior público e da própria universidade.

Já esperava, obviamente, que a UECE não oferecesse o conforto da minha casa, visto que estudei/estudo nessa instituição há mais de quatro anos e vi e vivi pessoalmente o seu sucateamento contínuo. Mas, ainda assim, me inquietava o fato de chegar para estudar na biblioteca e sentir muito calor, porque nem todos os ar-condicionados funcionavam; procurar livros no acervo e não encontrar, porque abastecer a biblioteca da universidade estadual claramente não é uma prioridade do Governo do Estado; ter que levar papel higiênico de casa para satisfazer necessidades básicas, porque encontrar um banheiro que contivesse esse material era uma verdadeira odisséia; não poder esticar o horário de estudo, porque a universidade, infelizmente, não era e ainda não é um lugar seguro<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Aqui a expressão -viagens perdidas<sup>14</sup> é colocada entre aspas porque acredito que mesmo nas vezes em que fui até o campo e não alcancei objetivo traçado para aquela visita, consegui de alguma forma extrair alguma contribuição para a pesquisa, visto que, se não pude realizar uma entrevista, tive a oportunidade de observar como estava a demanda naquele dia, o posicionamento do Serviço Social frente a determinadas situações e etc.

<sup>15</sup> Sobre o descaso das universidades estaduais cearenses, a tese de doutorado de Vale (2012) faz uma análise do avanço do discurso e da ideologia neoliberal nessas instituições e como isso impactou a UECE, especificamente, enfocando o cotidiano dos docentes e suas estratégias de enfrentamento a reprodução dessa ideologia. A pesquisa mostra como essas mudanças societárias

Ainda assim, os dias de estudo na UECE foram os mais produtivos desse processo, o que me faz perceber que um dos porquês dessa universidade continuar erguida, mesmo em meio a tantos cortes e tanto sucateamento é a própria força de vontade dos sujeitos que a compõem, que são os que travam lutas cotidianas e encontram meios de resistir perante a inoperância da responsabilidade estatal. Não fui a primeira e nem serei a última a encontrar esses desafios. Vários estudantes passaram pelos mesmos processos, encontraram formas de resistir e conseguiram concluir seus trabalhos e despedir-se com dignidade da universidade. O que revela que, é claro que essa realidade nos afeta negativamente, mas também nos fortalece a continuarmos na luta por uma universidade pública de qualidade.

Nesse sentido, acredito que mesmo com esses pequenos desafios, foi possível resguardar a seriedade e a importância da pesquisa enquanto instrumento que pode fornecer bases para o combate ao problema aqui abordado. E, quanto ao fato de ter que enfrentar as dificuldades acima mencionadas, isso me deixa ciente de pelo menos uma coisa: a despeito dos possíveis erros cometidos neste trabalho, sejam de natureza teórica, metodológica ou normativa, já é uma vitória significativa saber que consegui chegar até aqui.

Sendo assim, a presente monografia que relata toda a investigação bibliográfica e de campo realizadas se estrutura em três capítulos: neste primeiro capítulo introdutório trato do despertar da pesquisa, seu contexto e transito entre o objeto real e sua transformação em objeto de pesquisa, assim como os caminhos trilhados no processo investigativo. No segundo, ensaio alguns elementos teóricos com as categorias reconhecidas na dinâmica do objeto: instrumentalidade do serviço social, gênero e violência contra a mulher; e no último capítulo apresentam-se os resultados encontrados na pesquisa de campo.

Muitos dados coletados trazem questões e reflexões que extrapolam este trabalho e que podem e devem ser aprofundados por outros pesquisadores. Esta monografia está à disposição para a crítica e para o diálogo dentro e fora de nossa categoria para que juntos possamos denunciar a situação de violência contra a mulher, bem como adensar o seu enfrentamento.

## **2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE AS CATEGORIAS INSTRUMENTALIDADE, GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

No presente capítulo serão feitas algumas apreciações do ponto de vista teórico sobre as categorias instrumentalidade, gênero e violência contra a mulher, com o intuito de embasar a urgência do debate proposto pela pesquisa. O primeiro subtópico tocará na temática da instrumentalidade, fazendo resgate de autores do período tradicional da profissão e também contemporâneos que trazem a tona a inesgotabilidade dessa discussão.

O segundo tópico irá tratar da categoria gênero, trazendo um breve panorama teórico, sem o intuito de grandes problematizações, por compreender que essa não é a categoria central da pesquisa e reconhecer que essa temática extrapola os limites de uma monografia na qual é feita a primeira aproximação desse tema. O terceiro tópico irá tratar da categoria violência contra a mulher, articulando as abordagens teóricas à realidade social, expressa nos alarmantes dados de pesquisas.

### **2.1 INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE INCONCLUSO**

Uma das categorias centrais do presente trabalho é a instrumentalidade do Serviço Social. O objeto de estudo pesquisado é a atuação profissional do Serviço Social junto a um público específico: as mulheres vítimas de violência atendidas no JVDFCM. O acompanhamento do Serviço Social na instituição envolve uma complexidade de condições de trabalho tais como as grandes demandas que chegam para um número reduzido de profissionais, as relações de poder e hierarquia dentro da instituição, o baixo nível de autonomia profissional e a própria pressão do cotidiano que exige cumprimento de prazos e estimula uma atuação mecanizada.

Durante a pesquisa de campo foi observado que o atendimento junto às usuárias é bem repetitivo, mesmo sendo casos diferentes que resguardam singularidades. Essas demandas recorrentes induzem, muitas vezes a uma intervenção pragmática e automatizada. Nesse sentido, para evitar a armadilha do pragmatismo, é necessário que o profissional tenha a capacidade de articular as três

dimensões da instrumentalidade, de modo que esse momento não se resume a aplicação de técnicas e ao manuseio de instrumentais. Para isso, é preciso, também, que o próprio profissional reconheça a importância de englobar elementos teóricos, metodológicos e éticos à sua prática. Nesse sentido, ensaio aqui algumas considerações do ponto de vista teórico sobre essa categoria antes de adentrar propriamente o universo da pesquisa e mostrar os achados a respeito do que foi investigado.

A discussão da instrumentalidade é tida como recente no Serviço Social, visto que não há, ainda, um número expressivo de autores que se dedique a esse debate. De certo modo, isso decorre do pouco entendimento do que de fato significa instrumentalidade. Essa compreensão limitada do termo faz a maioria das pessoas cometer um erro muito comum no que se refere ao debate desse tema: associá-lo apenas ao uso dos instrumentos e técnicas.

Uma das autoras que retomou o debate da instrumentalidade na categoria profissional foi Yolanda Guerra, com a publicação da sua tese de doutorado em 1995, na qual ela questionava justamente o porquê de profissionais e estudantes reduzirem a instrumentalidade aos instrumentos e técnicas. A tese dessa autora teve uma grande repercussão e até hoje o nome dela é o principal referencial teórico no que se refere a esse conceito. Contudo, é preciso reconhecer que antes de Yolanda Guerra, outros autores vinham tateando essa temática, ainda que esse não fosse o termo utilizado para se referir a essa categoria.

Isso é perceptível na leitura de autores do período tradicional como Balbina Ottoni Vieira (1978)<sup>16</sup> e Anna Augusta de Almeida (1980)<sup>17</sup>, que, a despeito do teor conservador de suas obras, trazem importantes dicas sobre o fazer profissional. A pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho e Instrumentalidade<sup>18</sup> trabalha nessa perspectiva de recuperação do arsenal técnico-operativo do Serviço Social de acordo com os períodos históricos, buscando extrair

---

<sup>16</sup> Autora da literatura tradicional do Serviço Social, formada pela Escola de Serviço Social da PUC/RJ em 1945, naquela época chamada de "Instituto Social", Mestre em Serviço Social pela mesma instituição. Destacou-se pelo nível de detalhamento de suas obras e pela sua preocupação na busca por método e sistematização.

<sup>17</sup> Autora formada pelo Instituto Social da PUC do Rio de Janeiro e professora da PUC por 45 anos. Destacou-se pelas contribuições teóricas no Movimento de Reconceituação e pela sua proposta de metodologia para atuação profissional, a nível de intervenção, embasada nos pressupostos da fenomenologia.

<sup>18</sup> Grupo de pesquisa coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Erlenia Sobral do Vale, vinculado ao Centro de Ontologia do Ser Social, pertencente à Universidade Estadual do Ceará. Estuda temáticas relacionadas a trabalho, instrumentalidade e formação profissional.

da literatura do Serviço Social (tradicional e moderna) os fundamentos teóricos e ético-políticos que marcam o uso de instrumentos e técnicas na profissão.

Vieira (1978), por exemplo, é uma autora que se destaca pelo nível de sistematização e detalhamento que traz em suas obras. A autora apresenta importantes indicações operacionais que ainda hoje são preservadas na profissão como entrevistas, visitas domiciliares, reuniões e atividades com grupos, dentre outros instrumentos e técnicas, que, obviamente, possuem novas finalidades, na perspectiva que compreendem as mudanças societárias e os ditames do projeto profissional.

Dentre essas dicas, podemos destacar: empregar uma linguagem acessível nas entrevistas com os usuários (a época, chamados de clientes); evitar fazer perguntas que contêm respostas implícitas; evitar fazer anotações enquanto o usuário está relatando a sua situação e demonstrar interesse em ouvi-los; atentar sempre para o objetivo da intervenção, evitando entrar em assuntos que em nada estão relacionados com a mesma; tentar sempre afastar, vizinhos, amigos ou outros usuários, que, por curiosidade, queiram participar de entrevistas, causando constrangimento no usuário atendido no momento; dentre outras importantes dicas, que, ao serem relatadas, parecem simples, mas que comprometem muito a atuação profissional quando não são devidamente empregadas.

Almeida (1980) dedicou-se, em sua tese de doutorado, a propor um novo fazer metodológico para dar suporte a atuação profissional, embasado nos princípios da fenomenologia. A obra contém um ecletismo de perspectivas teóricas, transmitindo um conteúdo conservador e, justo na época da sua publicação, o Serviço Social buscava romper de vez com o conservadorismo, através do Movimento de Reconceituação. Devido a esse conteúdo conservador, a obra foi criticada e caracterizada por Netto (2010) como uma *reatualização do conservadorismo*.

Ainda assim, o grupo de pesquisa identificou um importante conceito destacado pela autora como relevante para atuação profissional e que é utilizado contemporaneamente: o diálogo. Atualmente, o diálogo é um instrumento recorrente na prática profissional, mas assumiu novas roupagens: é compreendido como escuta qualificada e se configura como a principal forma de conhecer a realidade do usuário, visto que é a aproximação inicial entre ele e o profissional.

Trindade (1999) tentou desvendar, em sua tese de doutorado, o significado dos aparatos técnico-operativos para a prática profissional e suas determinações diante das demandas sociais que aparecem cotidianamente. A autora fez o resgate dos projetos profissionais desenvolvidos ao longo da história da profissão e neles tentou identificar qual o nível de atenção dado a temática da instrumentalidade, focando a dimensão técnico-operativa.

A estudiosa constatou que a maioria dos aparatos técnico-operativos não é verdadeiramente abolida da prática profissional de acordo com os períodos históricos, permanecendo os mesmos por variados períodos, mas assumindo outra teleologia e posicionamentos políticos diferentes, bem como inovações teóricas e metodológicas, o que de fato, podemos notar ao ler o conteúdo das obras de Vieira (1978) e Almeida (1980) e verificar que os aparatos e as técnicas realmente são os mesmos, assumindo apenas novos significados a partir da orientação de diferentes perspectivas teóricas, metodológicas, éticas e políticas. Nesse sentido, é possível compreender que a tese de Trindade (1999), verdadeiramente, tem validade.

Em outra publicação, Trindade (2001) faz uma análise do significado histórico e social do instrumental técnico-operativo, entendendo-o como parte integrante da intervenção profissional e não só como um conjunto técnicas, práticas e instrumentos necessários à atuação.

A autora situa a natureza do trabalho do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, fazendo um resgate de como a sua atuação se materializa, historicamente, nas instituições prestadoras de serviços sociais, e, atualmente na própria criação, planejamento, implementação e gestão das políticas, diferenciando-se, cada vez mais, das profissões que visam a produção material. Trindade (2001) se preocupa em deixar demarcada a natureza do Serviço Social, bem como essa distinção de outros tipos de trabalho, para argumentar, posteriormente, as particularidades dos instrumentais dessa profissão.

Para ela, os instrumentos particulares que são utilizados como suporte a atuação profissional se diferenciam, cada vez mais dos demais porque, mesmo a sua aplicação sendo a mais —correta possível, o profissional não tem garantias de que o objetivo da intervenção será atingido, visto que o trabalho é realizado na lógica da regulação das relações sociais, exercendo mediações em indivíduos que têm vivências singulares, o que não permite que o Serviço Social trabalhe com certezas absolutas.

Na maioria das vezes, não será, necessariamente, o modo de conduzir o instrumental ou as técnicas adotadas que determinarão os rumos da intervenção e sim, a leitura que o profissional terá da realidade que se apresenta, incorporando seus próprios conhecimentos teóricos, a sua compreensão política e ética e fazendo uso dos aparatos instrumentais para apenas solidificar isso. Sobre as particularidades dos instrumentais do Serviço Social em comparação com os instrumentais dos trabalhos que visam a produção material, Trindade (2001, p. 5-6) aponta:

Diferentemente dos instrumentos que medeiam a produção material, eles não trazem em si uma dinâmica de aplicação que, se seguida à risca, proporcionará a consecução daquilo que foi planejado. Os aspectos relativos à relação subjetividade/objetividade são muito mais decisivos, já que os resultados almejados se referem à mudança na consciência de outras pessoas, na mudança de seus comportamentos. A mediação se realiza menos pela eficiência da configuração e 6 organização da técnica, do que pela postura e atitude do sujeito que age. Daí, porque, esses instrumentos e técnicas sociais só adquirem conteúdo à medida que são postos em movimento pela subjetividade. O alcance dos resultados pretendidos é muito mais incerto, o leque de alternativas é muito maior, e as possibilidades de controle do processo de desenvolvimento da atividade e dos resultados é muito menor.

Ainda sobre a aplicação dessas técnicas, Trindade (2001) afirma que não há neutralidade nesse processo, pois ele é realizado por sujeitos portadores de concepções ideológicas e políticas, e são esses sujeitos que mobilizam as técnicas, visto que elas não se aplicam sozinhas. Nesse sentido, é impossível dizer que a aplicação da técnica é neutra.

Ainda nesse artigo, a autora dá continuidade ao debate feito na sua tese de doutorado, na qual ela investiga o significado dos instrumentais técnico-operativos e o tratamento dado a essa temática nos diferentes projetos profissionais. Trindade (2001) faz um contraponto com a realidade contemporânea e reafirma o que já havia comprovado em sua tese: as determinações sociais e históricas impactam diretamente a aplicação dos instrumentos e técnicas, mesmo que eles não sofram modificação, como já foi visto ao fazermos o resgate de autoras como Vieira (1978) e Almeida (1980).

Sarmiento (1994) situa a discussão da instrumentalidade, principalmente, no período de Reconceituação e mostra que o debate foi prejudicado no referido momento, já que os autores que puxavam esse movimento não conduziram o debate dos instrumentos e técnicas da maneira mais pertinente, criticando

metodologias sem ter necessariamente a compreensão do que deveria ser abolido nessa nova fase e o que deveria ser apenas remanejado.

Com o Movimento de Reconceituação, o Serviço Social ganhou um novo arranjo teórico, metodológico e político, fundamentado na concepção marxista, que apontava uma racionalidade crítica e reflexiva e que permitiu também a incorporação de novas diretrizes para os instrumentais técnico-operativos da profissão.

Nessa lógica, o autor reconhece os avanços que esse período trouxe para a aplicação dos instrumentos e técnicas na atuação profissional propriamente dita, visto que o profissional passou a assumir essa postura crítica, incorporando os fundamentos da reconceituação. Porém, embora registre esses avanços, Sarmiento (1994) não ignora o fato de que esse período não fomentou o debate à temática, ficando caracterizado como empobrecido no que se refere à produção de conhecimento nessa área.

Quase 10 anos após a publicação da sua dissertação, o pesquisador reafirmou a atualidade do debate, mostrando que as transformações em curso no mundo do trabalho e na estrutura societária de modo geral traziam implicações que atingiam diretamente a prática profissional. Nesse contexto de modernização e variadas inovações tecnológicas, a própria questão social também se reconfigura, ganhando novos traços e incorporando novas expressões.

Dessas novas determinações inerentes, surgem também, novas demandas apresentadas pelos sujeitos-usuários, que acabam por exigir dos profissionais inovações no que se refere a suas habilidades. Nesse sentido, Sarmiento (2013) sugere que esse momento de novas exigências à prática profissional, acabou por demandar também novidades em relação ao arsenal técnico-operativo da profissão. O autor mostra exemplos de como as demandas vêm se reconfigurando nos diferentes espaços de atuação do Serviço Social quando afirma:

Nesta direção podem ser indicadas algumas expressões de nossos espaços sócio-ocupacionais. No espaço do judiciário, hoje, no que se refere aos conflitos de paternidade, têm um componente que demarca o terreno biológico desta questão, que é o exame genético (mesmo que o conflito não se reduza a esta realidade). Nas áreas da assistência social ou da saúde, sem dúvida, nossas ações implicam e são acompanhadas pelos registros técnicos que fazemos nos sistemas de informação próprios destas políticas e seus respectivos programas informatizados. O processo de descentralização das políticas forçam os profissionais a uma atuação ampliada no campo da organização e implementação de políticas nos municípios e de seus mecanismos de participação e controle social. Estes exemplos indicam novas requisições aos profissionais, e por que não, novas

racionalidades e conseqüentemente inovações instrumentais (mesmo que a racionalidade instrumental ainda seja predominante) (SARMENTO, 2013, p.23).

Sarmento (2013) traz, nesse artigo, provocações no que se refere a pensar e criar esses novos instrumentais, ressaltando a necessidade de qualificação técnica e política para aplicação dos mesmos. Para o autor, é urgente que se pense em um sistema que incorpore desde procedimentos técnicos, políticos, teóricos e éticos, que aliem a qualificação para lidar com as novas tecnologias que se apresentam, a habilidade de fazer projeções embasadas no vasto campo teórico da profissão, com um posicionamento que esteja em harmonia com os princípios éticos e políticos da categoria. Diante da apresentação destes e de outros elementos, Sarmento (2013) constata que o debate, de fato, precisa de continuidade.

Outra autora que também entrou no debate sobre instrumentalidade e apresentou grandes contribuições sobre o tema foi Santos (2006), pesquisadora que fez da sua tese de doutorado uma referência para a discussão dessa temática, principalmente no que se refere à dimensão técnico-operativa. No seu trabalho intitulado —Instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil (2006) a mesma se dedicou, de modo mais específico, ao estudo da instrumentalidade, enfocando a dimensão técnico-operativa, concentrando seus esforços em mostrar como esse tema vinha sendo abordado na formação profissional em Serviço Social no Brasil.

A discussão dessa temática incorporando as três dimensões da profissão é um grande avanço, visto que, em um passado não muito distante, não se dava a ênfase devida à necessidade de aplicar instrumentais com embasamento teórico e norteamento ético-político. Por esse motivo, muitos enxergavam, na aplicação desses instrumentais, uma neutralidade política, que conferia um caráter conservador à prática profissional. Sobre o avanço notado no estudo da instrumentalidade ao incorporar as três dimensões, Santos (2006, p. 24) aponta:

Considerar a unidade entre as dimensões da prática profissional é um -divisor de águas! entre a lógica formal-abstrata e a lógica crítico-dialética. Quero lembrar que a negação de uma -suposta! neutralidade da ação profissional só foi possível com o reconhecimento da dimensão ético-política no Serviço Social. Essa dimensão ganhou visibilidade durante o processo de renovação do Serviço Social com a inserção, no debate teórico-metodológico, da matriz marxista. Reconhecer essas dimensões e a relação de unidade entre elas vem sendo fundamental para o avanço da reflexão sobre o tema ora pesquisado. Todavia, diante das angústias dos profissionais de Serviço Social explicitadas verbalmente e denunciadas em

pesquisas com base no debate contemporâneo sobre esse objeto, sustento que há ainda muito que avançar.

A tese da autora supracitada mostra o quanto o debate da instrumentalidade – tomando como norte o seu objeto de pesquisa, ou seja a dimensão técnico-operativa e a discussão sobre instrumentos e técnicas – se encontra limitado na formação profissional. Isso reforça uma afirmação de Guerra (2014) que será aprofundada mais a frente, de que a temática é prejudicada por não ter devida atenção que merece dentro da grade curricular da graduação, o que não gera pesquisas e, conseqüentemente, não proporciona produção de conhecimento.

Santos (2006) mostra que há uma compreensão equivocada das próprias dimensões da prática profissional, que têm suas raízes em outro equívoco: a noção errônea da concepção de teoria e prática no materialismo dialético<sup>19</sup>. Para a pesquisadora, esses equívocos têm rebatimentos diretos sobre o debate dos instrumentos e técnicas, visto que o discurso que mais se reproduz é o que diz que —na prática, a teoria é outral, que privilegia uma dimensão (a técnico-operativa), em detrimento das outras (teórico-metodológica e ético-política), como se apenas o debate do que acontece nela fosse necessário à profissão.

A autora realizou um resgate histórico sobre como a discussão sobre os instrumentos e técnicas vem sendo abordada na formação profissional desde as primeiras escolas de Serviço Social até a contemporaneidade, constatando que de fato existem brechas no que se refere a essa discussão, mas que isso não decorre do fato de haver, possivelmente, uma total incompatibilidade entre teoria e prática ou de um suposto descompasso que se deu na sistematização do acervo de instrumentos e técnicas após o Movimento de Reconceituação, mas sim, de compreensões errôneas acerca dessa relação entre teoria e prática.

Santos (2006) observa, por exemplo, que a categoria vem confundindo essa relação com uma outra relação conflituosa que é a que se dá entre *formação profissional e mercado de trabalho*. Nesse sentido, afirma que essas brechas não se encontram no ensino do que são os instrumentais, mas sim na vaga preocupação que a universidade tem em ensinar o correto manuseio desses instrumentais, os

---

<sup>19</sup> O materialismo histórico-dialético caracteriza-se como uma vertente metodológica de estudo da sociedade, fundamentada na teoria marxista. Através dessa abordagem busca-se compreender e analisar a sociedade historicamente. Essa concepção acredita que o modo de produção da vida material impacta diretamente a vida social e política. Ver mais em -Manifesto Comunista (1848).

quais exigem habilidades teórico-metodológicas e posicionamentos ético-políticos. Nessa perspectiva, as lacunas não se encontram no ensino dos instrumentais, mas sim no modo como ele deve ser abordado, incorporando as outras dimensões da instrumentalidade e entendendo que não deve haver prioridades entre esses três pilares, pois essa relação deve ser intrínseca.

Guerra (2014) também discute essa primazia da dimensão técnico-operativa em relação às demais. A autora adentra esse debate em sua tese de doutorado ao questionar porque o debate da instrumentalidade é resumido, pela maioria das pessoas, como referente apenas a utilização de instrumentos e técnicas. Sobre isso, a intelectual afirma:

há algo que precede a discussão de instrumentos e técnicas para a ação profissional, que no nosso entendimento refere-se à sua *instrumentalidade*, ou melhor, à dimensão que o componente instrumental ocupa na constituição da profissão (GUERRA, 2014, p. 64).

A publicação desse trabalho completou 18 anos em 2014 e isso foi comemorado com o lançamento da décima edição do livro, que é a utilizada no presente trabalho. A obra é um marco teórico na discussão de instrumentalidade e a autora situa esse debate, instigando provocações ao leitor, convidando-o para ir além da formalidade abstrata, desvelando as três dimensões da prática profissional: técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política.

Na apresentação desta edição específica, Guerra reafirma a necessidade de encontrar respostas para os questionamentos feitos na primeira publicação, percebendo que finalmente esse debate chegou a –maturidade teórica (Guerra, 2014), mostrando, também, como essa discussão permanece atual e inesgotada, ou seja: ainda permite uma série de novos questionamentos, ponderações, bem como a incorporação de novos elementos. A autora afirma a atualidade da discussão dessa temática com base em dois argumentos:

O primeiro, em razão de que o tema, só recentemente abordado pela bibliografia crítica da profissão, ainda possui lacunas a serem preenchidas pelas sistematizações da prática, pela pesquisa rigorosa e pela produção de conhecimento na área. O segundo, porque o tema nem sempre tem sido apropriado no seu significado original (GUERRA, 2014, p. 22).

Embora argumente de forma pertinente a atualidade desse debate, a autora reconhece o fato de que essa discussão entrou para o conjunto de temas —discriminados no Serviço Social, e que isso se deve a alguns fatores específicos, entre eles: o pouco destaque dado ao assunto na formação profissional, a

associação dessa discussão a elementos de caráter conservador, juntamente a uma definição simplista e errônea do que é instrumentalidade, o que Yolanda Guerra considera dois graves equívocos. Dito isso, a autora comemora o fato de que a instrumentalidade foi incorporada às discussões sobre trabalho, reafirmando o seu caráter teleológico.

Contemporaneamente, o grande desafio em torno dessa temática é pensar a instrumentalidade do Serviço Social para além dos conceitos operacionais e mecanicistas (o que faz, como faz), de forma que os questionamentos passem a ser –para quem, e –porquê, –para quem, –onde e –quando. É necessário analisar criticamente quais as implicações no nível –mediato, que as ações profissionais dos Assistentes Sociais produzem. Nesse sentido, também é necessário perceber como se articulam as suas três dimensões – técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política – tendo em vista que a maioria dos profissionais relaciona a instrumentalidade apenas à primeira, que é a mais sugestiva quando se fala nesse conceito.

Uma compreensão mais sensata permite entender que instrumentalidade também se refere ao uso dos instrumentos, visto que eles são necessários a atuação profissional já que é, também, através deles que os profissionais podem efetivar suas intenções em implicações profissionais propriamente ditas. Porém, como já apontava Guerra (2007) em um de seus artigos mais famosos, a instrumentalidade do Serviço Social não deve ser vista somente como uma mera execução do fazer profissional, mas deve ser pensada como uma ferramenta que constrói um modo de ser/fazer profissional específico e pelo qual o Serviço Social legitima-se e torna-se socialmente reconhecido.

É necessário ter cautela para não limitar o fazer profissional a sua dimensão —técnico-instrumental, pois as demandas que chegam até os profissionais de Serviço Social são, na sua grande maioria, permeadas de condições e determinações econômicas, sociais, culturais e etc., e, portanto, exigem mais do que respostas técnicas e imediatas. Exigem embasamento teórico na hora de articular as técnicas operacionais que estão dispostas, exigem uma análise crítica das condições objetivas, exigem compromisso para que as respostas dadas a essas demandas estejam em consonância com o que diz o projeto ético-político do Serviço Social, dentre outros elementos que não podem ser encontrados somente em instrumentos de caráter operacional. Sobre a necessidade das ações instrumentais

em conjunto com habilidades e conhecimentos teóricos, Guerra (2014, p. 215)

afirma:

Mais especificamente: se o produto final do trabalho do assistente social consiste em provocar alterações no cotidiano dos segmentos que o procuram, os instrumentos e técnicas a serem utilizados podem gerar os resultados concretos esperados. Para tanto, as ações instrumentais – mobilização de meios para o alcance dos objetivos imediatos – são, não apenas suficientes como necessárias. Contudo, não pode prescindir de um conjunto de informações, conhecimentos e habilidades que o instrumentalize.

Por isso que é tão enfatizada a necessidade da articulação dessas três dimensões, para possibilitar ao profissional, o entendimento necessário de que a sua prática não se resume a ações instrumentais que a tornam apenas mais uma reprodutora do que dita o sistema, mas sim que é composta por variadas mediações, que, em conjunto irão dar suporte ao assistente social para superar o pragmatismo do cotidiano e possibilitar uma intervenção em totalidade.

Guerra (2007, p.1) conceituou instrumentalidade como —uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-históricoll. Para a autora, essa capacidade se manifesta no cotidiano profissional, no momento em que o profissional demonstra o seu poder de responder as demandas mediatas ou imediatas que lhes chegam, operacionalizando suas intenções através dos meios disponíveis para atingir seus objetivos profissionais. O movimento desse processo seria então, numa definição breve, a materialização da instrumentalidade. Essa materialização seria o elemento que traria o reconhecimento social da profissão.

Para a autora, a instrumentalidade é intrínseca a qualquer profissão, tendo em vista que todas elas necessitam de meios para operacionalizar suas intenções e pôr em prática seus objetivos, tenham eles finalidades de transformação da realidade – como no caso do Serviço Social - ou apenas de produção de algum objeto. Dessa forma, a instrumentalidade pode ser percebida ao passo em que os profissionais de Serviço Social reinventam, reestruturam e articulam as condições que lhe são postas para atender as demandas imediatas que lhes aparecem no cotidiano profissional.

Nesse sentido, a instrumentalidade profissional se configura como uma condição essencial à categoria. É por meio dessa capacidade que os profissionais potencializam suas intenções e ganham reconhecimento social nos processos de trabalho. Os usuários e a sociedade como um todo pouco tem conhecimento sobre

as teorias que dão suporte à profissão ou sobre seus fundamentos e princípios éticos e políticos, isoladamente. Mas na materialização da dimensão-operativa, que é a autoimagem da profissão, é possível que o profissional apresente todos esses elementos aos seus usuários, através de uma prática profissional articulada e comprometida.

Guerra (2007) também afirma o quanto essa materialização da instrumentalidade é teleológica e destaca isso. A autora aponta o fato de que a teleologia está presente nas ações que se desenvolvem com finalidades específicas e que, portanto, são idealizadas previamente. Sendo assim, a instrumentalidade profissional também assume postura teleológica, à medida que utiliza suas potencialidades de transformação para modificar seus instrumentais, na intenção de atingir determinadas finalidades. Nessa perspectiva, a autora identifica que esse processo de conversão e modificação dos instrumentais também pode ser compreendido como processo teleológico.

Para Guerra (2007), o cotidiano se configura como um espaço para realização das ações instrumentais, pois é nele que a instrumentalidade se materializa, a partir do momento que ele reelabora os instrumentais que lhes são fornecidos com a finalidade de atender as demandas imediatas que lhe chegam, usando seu embasamento oriundo da dimensão teórico-metodológica, bem como orientado por valores éticos e políticos. São nesses processos de trabalho que os profissionais dão instrumentalidade as suas ações: no momento que colocam em prática a sua capacidade de transformação das condições dadas pelo Estado e sociedade e operacionalizam as suas intenções de modificação da realidade.

É preciso compreender que o exercício profissional não se limita apenas a respostas de ordem instrumental, e sim, perceber que a dimensão técnico-operativa está intrinsecamente articulada as dimensões ético-política e teórico-metodológica, e que ela é necessária para atender as demandas imediatas que são inerentes das contradições do sistema capitalista, mas que a intervenção profissional não deve ficar reduzida apenas a essa operacionalização. Nesse contexto, através dos processos de trabalho, os homens, ao agirem objetivando transformar a realidade, transformam a si mesmos e aos outros; já os profissionais de Serviço Social, recriam as condições que lhes aparecem e as adéquam as demandas que lhes chegam, fazendo uso assim, da instrumentalidade da profissão. Sobre isso, Guerra (2007, p. 10) aponta:

Se muitas das requisições da profissão são de ordem instrumental (em nível de responder às demandas — contraditórias— do capital e do trabalho e em nível de operar modificações imediatas no contexto empírico), exigindo respostas instrumentais, o exercício profissional não se restringe à elas. Com isso queremos afirmar que reconhecer e atender às requisições técnico-instrumentais da profissão não significa ser funcional à manutenção da ordem ou ao projeto burguês. Isto pode vir a ocorrer quando se reduz a intervenção profissional à sua dimensão instrumental. Esta é necessária para garantir a eficácia e eficiência operatória da profissão. Porém, reduzir o fazer profissional à sua dimensão técnico-instrumental significa tornar o Serviço Social meio para o alcance de qualquer finalidade.

A instrumentalidade pode ser percebida na medida em que os profissionais manipulam as condições de trabalho existentes, fazendo delas, instrumentos e objetos de intervenção. Sendo vista dessa forma, há instrumentalidade em todo trabalho, pois ela nada mais é do que a capacidade de construir e reconstruir as suas condições de existência. É possível entender que essa categoria está expressa no modo como os profissionais conseguem alterar seu cotidiano profissional e o cotidiano das classes que chegam até ele, transformando suas condições e suas ferramentas para chegar ao seu objetivo final.

Sendo assim, diante do breve resgate bibliográfico sobre esta categoria, foi possível perceber que esse debate tem uma amplitude bem maior do que alcança este modesto trabalho de conclusão de curso. Como afirmam Sarmiento (2013) e Guerra (2014), esse tema precisa ser rediscutido, dada a infinidade de determinações que o mesmo comporta e dado o movimento dinâmico da sociedade, que vem se transformando constantemente, revelando novas expressões da questão social e exigindo novas respostas profissionais por parte do Serviço Social.

É preciso compreender, também, que o exercício dessa instrumentalidade nem sempre é tarefa fácil no cotidiano das instituições e na atual conjuntura de desmonte de políticas públicas e cortes de verbas, que incidem diretamente sobre as condições de trabalho, os desafios se complexificam. Na instituição pesquisada, o Serviço Social é composto por apenas uma profissional formada, para atender a uma imensa demanda de casos de violência contra a mulher. Isso incide diretamente sobre o exercício da instrumentalidade, visto que no intenso movimento cotidiano, dificulta as possibilidades de reflexão sobre as ações profissionais e sobre o porquê e para quê da aplicação dos instrumentos e técnicas.

Nessa instituição, o próprio objeto de trabalho sobre o qual o profissional opera já é algo desafiador, tendo em vista que, além de lidar com as diversas expressões da questão social já conhecidas, ele ainda terá que desenvolver a

sensibilidade de lidar com mulheres que estão não somente em situação de vulnerabilidade social, mas também em condição de sofrimento físico e emocional, mulheres que se sentem constrangidas, humilhadas e envergonhadas por algo que acreditam ter culpa.

Durante a pesquisa, no período de observação dos atendimentos, foi perceptível que os objetivos das ações profissionais pareciam estar muito claros para os sujeitos que estavam atuando, mas que dificilmente havia tempo hábil para reflexão sobre os instrumentos e técnicas aplicados. Essa reflexão é fundamental para que o profissional possa dar instrumentalidade à sua atuação e evitar que a mesma caia na armadilha do pragmatismo. Por isso a necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre instrumentalidade tanto na formação acadêmica quanto nos próprios espaços sócio-ocupacionais, já que é principalmente na prática profissional que essa reflexão vem sendo prejudicada.

## 2.2 ALGUMAS APRECIÇÕES SOBRE A CATEGORIA GÊNERO

A presente monografia aborda a instrumentalidade do exercício profissional do Assistente Social no acompanhamento de mulheres vítimas de violência doméstica. Para entender a importância desta abordagem no cotidiano é necessário contextualizar o debate de gênero, em especial, as determinações sociais que organizam a dinâmica das relações entre homens e mulheres.

No intuito de compreender, historicamente, as origens e o desenvolvimento destas relações desiguais entre homens e mulheres, nas quais estão presentes dominação, exploração e opressão, incorporamos alguns estudos de teóricos que nos ofertam pistas sobre a categoria gênero. É importante ressaltar que mesmo esse conceito sendo o principal desta primeira análise, os autores que aqui serão citados também trabalham com categorias transversais. Por isso as breves apreciações sobre a essa categoria também passearão, uma vez ou outra, por conceitos como mulher, patriarcado e temas afins.

Antes de adentrarmos propriamente às apreciações sobre este conceito, é necessário ressaltar que a opção feita neste trabalho é por um rápido panorama desse debate, sem o aprofundamento que as considerações sobre o tema exigem, tendo em vista a variedade de vertentes teóricas e de determinações que esta categoria comporta.

Sendo assim, no processo de revisão literária sobre a referida categoria, foi sentida a necessidade de compreendê-la, primeiramente, em uma linha histórica. Seguindo esta orientação, de acordo com Safiotti (2015), os estudos em torno do termo gênero iniciaram na década de 1960, com Robert Stoller, que foi o primeiro a conceituar essa categoria – sim, Robert Stoller, um homem - mas foi somente na década de 1990 que houve uma explosão de estudos nessa área, principalmente com teóricos oriundos das ciências sociais, tendo em vista que antropólogos, historiadores e outros teóricos já vinham debatendo essa temática em outras áreas. Segundo Grossi (1998 *apud* Costa, 2013), —o conceito de gênero chegou ao Brasil por meio das pesquisadoras norte-americanas que passaram a usar a categoria *gender* na compreensão das origens sociais das identidades de homens e mulheres (COSTA, 2013, p. 123).

Em território brasileiro, a categoria gênero ganhou destaque a partir da publicação da tese de doutorado de Heleieth Lara Bongiovanni Safiotti em 1967, na Universidade de São Paulo – USP, o que mostra o quão recente é essa discussão no país. A socióloga marxista se tornou uma autora de referência sobre esse conceito e publicou várias obras relevantes. Na década de 1990, período em que eclodiram os estudos sobre essa temática, algumas estudiosas também se destacaram como Margareth Rago (1998), Adriana Piscitelli (1996), Elisabeth Lobo (1991), entre outras.

Segundo Rago (1998), as referidas estudiosas montaram um grupo de estudos na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, intitulado Núcleo de Estudos do Gênero Pagu, e fomentaram o debate em torno dessa temática com a realização de seminários, simpósios e outros espaços de discussão. Esse grupo trabalhava com a noção de gênero definida como —[...] construção social e cultural das diferenças sexuais (RAGO, 1998, p. 89). A partir de então, o debate em torno dessa categoria cresceu. Rago (1998) também fala sobre o despertar dos grupos que iniciavam os estudos sobre esse conceito para a vasta bibliografia que já se apresentava e, também, para os diversos posicionamentos de cada viés teórico. Sobre isso, a autora aponta:

Uma imensa literatura abriu-se, então, para nós: as pós-estruturalistas, com Derrida e Foucault à frente, dissolvendo os sujeitos e apontando para a dimensão relacional da nova categoria; as marxistas, procurando integrar rapidamente a nova categoria em seu sistema de pensamento, sempre muito preocupadas em garantir o lugar outrora hegemônico e agora compartilhado do conceito de classe. Era como se nos dissessem: -tudo

bem, pensaremos as relações sexuais, mas desde que respeitemos que a divisão social é mais importante do que a sexual. As hierarquias eram, então, rapidamente repostas. E, finalmente, acenavam as psicólogas, com suas propostas e interpretações, mais ligadas às questões da maternidade e da crítica ao patriarcado (RAGO, 1998, p.90).

De fato, ao nos debruçarmos sobre o estudo de gênero para a composição do presente trabalho, percebemos também esses diferentes posicionamentos teóricos. Porém, acreditamos que Margareth Rago comete um equívoco ao tratar da perspectiva marxista sobre a compreensão de gênero, visto que o marxismo não conceituava gênero aliando-o ao debate de classe para manter uma hierarquia, mas sim por defender, de fato, a articulação intrínseca entre esses dois conceitos, como afirma Saffioti (2015). No entanto, essa questão ficará mais explícita no momento em que adentrarmos as contribuições das teóricas marxistas que discutem gênero como a própria Saffioti (2015), Cisne (2012) e Souza (2014).

Lisboa (2016) também fala sobre essa pluralidade de concepções de gênero, evidenciando o fato de que um mesmo sujeito pode ter, ao longo da vida, variadas percepções do que é esse conceito, de acordo com suas vivências sociais, políticas, culturais e etc. Para a autora, isso acontece de acordo com o modo que cada vivência —proporciona um olhar crítico sobre as questões de gênero, criando e evidenciando inclusive, uma perspectiva de gênero (LISBOA, 2016, p.7).

Após demarcarmos aqui a colaboração do grupo encabeçado por Margareth Rago, também é necessário elencar a contribuição de outros grupos feministas para que o estudo dessa categoria fosse realmente massivo. Segundo Costa (2013, p.124) -a luta feminista em prol de melhores condições de vida e trabalho para as mulheres proporcionou a problematização da subordinação feminina no contexto de inúmeros países, como o Brasil. Em sua dissertação, a referida autora assume a posição política e ideológica de evidenciar a articulação entre os movimentos feministas e o surgimento da categoria gênero. O presente trabalho concorda com essa posição, entendendo a contribuição desses grupos para a explosão dos estudos sobre a categoria supracitada.

Um clássico que merece o devido destaque no debate de gênero é Friedrich Engels (1884). Contemporâneo de Karl Marx, o autor já discutia questões relacionadas às desigualdades nas relações sociais entre homens e mulheres bem antes do próprio surgimento do conceito de gênero. Ele percebia essas relações desiguais ao observar, por exemplo, a questão da delegação do trabalho produtivo

ao homem e do trabalho improdutivo à mulher. Embora o autor não conceitue essa categoria, pelos próprios limites de tempo histórico, é válido fazer o resgate de suas contribuições, visto que foi um dos primeiros a perceber a opressão feminina a partir dos moldes patriarcais.

Na primeira edição de uma das suas obras mais relevantes —A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado (1884), o autor aponta um elemento relevante que mostrava os primeiros traços da divisão sexual do trabalho nas diferentes sociedades humanas: as características fisiológicas como gênero, idade, força física para empenhar nas atividades como requisitos para decidir em que tipo de trabalho os indivíduos deveriam se inserir.

O teórico já reconhecia a subvalorização feminina em detrimento da figura masculina, ao analisar a exaltação que a sociedade destinava ao trabalho realizado pelo homem e a desvalorização do trabalho realizado pela mulher, ao afirmar que -o trabalho doméstico da mulher perdia agora sua importância, comparado com o trabalho produtivo do homem; este trabalho passou a ser tudo; aquele, uma insignificante contribuição (ENGELS, 1984, p. 157).

O responsável por prover a alimentação da família, por exemplo, era o homem. Mas quem de fato preparava o alimento, era a mulher. E nem por isso era reconhecida. À mulher cabia o direito de consumir o que era caçado pelo homem e preparado por ela, que também era a responsável pelos utensílios domésticos, mas apenas por isso. A propriedade privada não da mulher, embora dali fizesse parte, era apenas do homem. Para esse autor, aí estava a raiz da opressão feminina: a propriedade privada.

Com o surgimento da noção de propriedade privada, as relações sociais em geral foram ganhando novas configurações e a forma como mulheres e homens se relacionavam foi se transformando de modo a incorporar hierarquias, relações de poder e até mesmo dominação. Ao homem, ficou reservada à esfera pública, os trabalhos mais reconhecidos socialmente, os grandes méritos. Já às mulheres, ficou reservado o trabalho doméstico, subestimado pela sociedade.

Após adentrarem o espaço público, trabalhando fora de casa em grandes fábricas e indústrias, as mulheres ganharam notoriedade, mas ainda assim, foram subestimadas – e ainda são, até hoje, basta observar as disparidades salariais entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo -, e continuaram em posição de inferioridade. Continuaram sendo instrumento do patriarcado, mas

passaram a ser, também, instrumento de exploração de um novo sistema: o capitalista.

O autor também já chamava atenção para a questão de que o modo de produção capitalista poderia dar bases para a libertação feminina, visto que o mesmo as insere na esfera da produção. Contudo, é preciso ressaltar que, como pode ser observado nos estudos de Saffioti (1982)<sup>20</sup>, o capitalismo não as insere na esfera pública pensando em sua libertação, mas sim visando o lucro que poderia obter a partir do momento que passaria a transformá-las em componentes do exército industrial.

Engels (1984) também foi um dos primeiros teóricos a perceber que a posição de inferioridade das mulheres na sociedade não deveria ser vista como algo natural, ao afirmar que esse fato tem como base o modo como se relacionavam homens e mulheres e os processos históricos; as mudanças nos processos de trabalho<sup>21</sup> e a própria estrutura social e econômica. Esses fatores seriam, para o referido teórico, preponderantes para o estabelecimento das relações de dominação-exploração.

Alguns estudiosos encontram limites teóricos nas interpretações de Engels sobre os estudos de Lewis Henry Morgan (1877), mas, para o objeto de estudo do presente trabalho, essa obra oferece contribuições muito ricas e é compreendida como uma referência para encontrar as origens da opressão feminina.

Na vertente marxista do feminismo, podemos encontrar algumas outras referências que auxiliam na compreensão desse conceito e que robustecem o entendimento de que classe e gênero são categorias articuladas de forma intrínseca. Antes de surgirem teóricas renomadas como Saffioti (2015), a qual será abordada mais a frente, existiram outras autoras feministas que foram consideradas as principais responsáveis por iniciar o debate sobre a luta das mulheres aliada ao marxismo, mesmo quando a categoria gênero ainda nem havia sido conceituada.

---

<sup>20</sup> Essa autora também se apropriou da discussão sobre o trabalho feminino em 1982, ao publicar o estudo intitulado -O trabalho da mulher no Brasil, no qual discutiu os espaços que a mulher ocupava no âmbito profissional e a discriminação salarial já observada nessa época

<sup>21</sup> Engels relembra a primeira divisão social do trabalho, o pastoreio. No qual os homens já se apropriavam da função de provedor, aproveitando-se dessa posição para subordinar as mulheres.

Dentre essas autoras espalhadas pelo mundo, podemos destacar a militante comunista alemã Clara Zetkin (1934)<sup>22</sup>, a revolucionária russa Alexandra Kollontai (1978)<sup>23</sup> e a historiadora britânica Sheila Rowbotham<sup>24</sup>(1983), que apresentaram relevantes contribuições tanto no espaço da militância, a exemplo de Zetkin (1934), que publicou alguns escritos, mas destacou-se mesmo pela sua luta junto às mulheres operárias; como no campo teórico, com Kollontai (1978) e Rowbotham (1983) e suas preciosas obras que articulavam feminismo e marxismo, a luta das mulheres e a luta de classes.

Kollontai (2011), em uma de suas obras de grande destaque, intitulada —A nova mulher e a moral sexualll articula marxismo e feminismo quando discute um novo tipo de mulher: a celibatária, operária e independente. Sobre a qual ela afirma:

A mulher da classe operária contempla como nasce e se fortalece dentro de si a consciência de sua independente individualidade. Tem fé em suas próprias forças. Gradualmente, de forma inevitável e poderosa, desenvolve-se o processo de acumulação de novos caracteres morais e espirituais da mulher operária, caracteres que lhe são indispensáveis como representantes de uma classe determinada (KOLLONTAI, 2011, p. 20).

Além disso, a autora debate também o quanto o sistema capitalista foi —re-caracterizando as mulheres a partir do momento que as mesmas se tornaram forças produtivas. A autora observa que o sistema capitalista parece só aceitar como forças produtivas em sua estrutura aquelas mulheres que apresentam mais características masculinas do que femininas. Para a estudiosa, isso é reflexo da atuação ativa das mulheres na vida econômica social. É como se houvesse uma segregação de lugares, entre as mulheres que preservaram suas características —femininasll, que nesse caso, devem continuar na esfera privada, sendo protagonistas do lar e as que adquiram qualidades —masculinasll, que nesse caso podem e devem adentrar o mercado de trabalho.

---

<sup>22</sup> Clara Zetkin foi uma jornalista e professora alemã, contemporânea de Friedrich Engels, uma das pioneiras da vertente feminista marxista, grande influenciadora desse movimento e da luta da classe operária. Disponível em: <[https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/30/zetkin.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/30/zetkin.htm)> Acesso em: 20 jan. 2018.

<sup>23</sup> Alexandra Kollontai foi uma revolucionária russa, que se tornou uma das principais teóricas da linhagem feminista marxista e antecedeu nomes famosos do feminismo, como Simone Beauvoir e Frida Kahlo, atuou ativamente na Revolução Russa e foi membro integrante do partido bolchevique. Publicou obras de destaque como —Autobiografia de uma mulher emancipadal (1978). Disponível em: <<https://gz.diarioliberalidade.org/mundo/item/143018-alexandra-kollontai-uma-mulher-do-seculo-25.html>> Acesso em: 20 jan.2018.

<sup>24</sup> Sheila Rowbotham foi uma historiadora britânica pertencente à linhagem feminista socialista, que foi uma grande influenciadora do feminismo no Brasil com a publicação do seu texto —Além dos fragmentos(1983) em parceria com Lynne Segal e Hilary Wainwright. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12012/11298>> Acesso em: 20 jan.2018.

Essa segregação que o próprio capitalismo cria também é perigosa, visto que divididas dessa forma, as mulheres podem se tornar seres ainda mais silenciosos. A solução para isso também está nos sentimentos que brotam durante o desenvolvimento da mulher operária, que permitem surgir na mesma um senso de coletividade, que é fundamental para fortalecer as lutas, porque, como afirma a própria autora: —desgraçada da operária, que crê na força invencível de uma individualidade isolada (KOLLONTAI, 2011, p.21).

Ainda sobre a articulação entre feminismo e marxismo, Rowbotham (2009) escreveu um artigo no qual faz uso de personagens fictícios para direcionar uma carta à Karl Marx, na qual discursa sobre suas impressões perante a obra do estudioso e perante o seu posicionamento em relação à luta das mulheres. Ela tece elogios sobre a forma como o autor desenvolve seu pensamento, mas também faz ressalvas em relação ao modo como ele desconsidera a luta feminina. Sobre o —Manifesto Comunista (2005), ela aponta:

Minha primeira impressão foi sobre a dramaticidade e o vigor da linguagem — tão diferente do estilo seco da maior parte da economia política. Pude ver os esforços que o senhor fez para romper com um estilo puramente filosófico. Não se trata apenas das palavras — os trabalhadores aqui estão no centro do palco, lutando pela sua emancipação. Me fez lembrar os velhos épicos, nos quais forças gigantescas se juntam e partem para a luta — mas isso trata do aqui e do agora — o duro e devorador sistema social rompendo com todos os costumes, esmagando todos nossos supostos e fazendo com que a própria terra pareça tremer sob nossos pés. Fiquei encantada com sua capacidade de atingir o âmago da sociedade e de apresentar uma visão tão ampla da história com uma clareza tão admirável (ROWBOTHAM, 2009, p. 165).

A autora — ou a sua personagem fictícia — claramente mostra, não só nesse trecho, mas o longo de todo o texto a sua admiração por Marx e a compreensão da relevância da obra desse teórico. Porém, como foi mencionado anteriormente, critica o modo como o autor se posiciona frente às demandas da luta das mulheres. Sobre isso, afirma ter se desapontado com o modo como o estudioso ignora —as ideias e participação das mulheres (ROWBOTHAM, 2009, p.168) e não percebe a *riqueza* e a *complexidade do pensamento* feminista sendo contemplados no referido manifesto, como se as mulheres não tivessem espaço no campo das lutas sociais.

No entanto, a autora também percebe que, embora Karl Marx se posicione dessa forma, é perceptível a sua compreensão da opressão feminina e de como as desigualdades entre homens e mulheres se potencializam no sistema

capitalista. Contudo, embora o intelectual tenha essa leitura, aparenta fazer uma sugestão de que a erradicação dessas desigualdades deve ficar em segundo plano frente a luta de classes, deixando para que essa superação aconteça quando o sistema burguês já tiver sido abolido. Porém, Rowbotham/Annette Devereux, mesmo acreditando que essa superação seja mais fácil de acontecer em uma nova organização social, considera que é preciso solucionar essas questões ainda na estrutura capitalista, porque uma vez que se tem consciência desses abusos, não se deve permitir viver sob esta condição de opressão.

Nesse sentido, para substanciar a ideia de que essa superação deve acontecer mesmo na estrutura capitalista, a autora conclui a carta com uma série de sugestões embasadas em ações práticas com vistas a erradicação das desigualdades entre os gêneros, entre elas: a igualdade de direitos civis e políticos entre os gêneros; remunerações iguais para homens e mulheres, o fim da segregação entre as ocupações (trabalho —xll é para homens e —yll para mulheres) e nível de participação igual entre homens e mulheres nos comitês de trabalhadores.

Rowbotham (2009) é uma historiadora marxista feminista socialista, que compreende o que Marx quer dizer quando afirma que essa luta deve esperar, visto que o foco principal deve ser a luta de classes. Porém, para a autora, mesmo em uma organização social desigual como a capitalista, é possível desenvolver estratégias para o enfrentamento e superação das questões relacionadas à desigualdade de gênero porque elas também são urgentes.

Maria Lygia Quartim de Moraes (2003), em seu artigo intitulado —Pós-modernismo, marxismo e feminismo, defende o ponto de vista que acredita que as teorias pós-modernistas não incorporam as lutas e os temas das opressões sociais porque, ao demonstrarem certo desinteresse político, também expressam apatia em relação a luta pelos direitos universais, sendo impossível associá-las a outras lutas específicas, como as de gênero, raça e etc. Para a estudiosa, a associação que alguns marxistas fazem das teorias pós-modernistas aos novos movimentos sociais é errônea, pois não considera esse comodismo político da maioria desses teóricos.

Para Moraes (2003) é necessário perceber que esse não é um terreno apenas do campo pós-moderno e para isso é preciso reconhecer pelo menos duas vertentes do feminismo: a liberal e a socialista, compreendendo o fato de que as duas lutam contra a opressão feminina, mas que apenas uma delas considera a articulação entre classe e gênero, a socialista. Sendo assim, não se pode colocar os

pós-modernos e os novos movimentos sociais —no mesmo sacoll, nas palavras da própria autora.

A referida socióloga utiliza a obra da marxista Ellen Wood (1999) e apresenta a argumentação da estudiosa em sua crítica às teorias pós-modernistas. Para Moraes (2003), Wood (1999) ignora a variedade das formas de opressão, porque acredita que o próprio capitalismo está à frente dessas manifestações, por ser a principal forma de exploração e dominação, e que se apropria do sexismo, do racismo e de outras condições para intensificar a exploração da classe trabalhadora. A autora exemplifica essa apropriação quando afirma:

Se os capitalistas puderem pagar menores salários para mulheres e negros, aproveitando-se do sexismo e do racismo, porque deixariam de fazê-lo? Se puderem diminuir os custos de reprodução da força de trabalho, aproveitando-se da dupla jornada das mulheres, por que investiriam em creches e equipamentos coletivos que minorem os trabalhos domésticos? (MORAES, 2003, p.99).

Moraes (2003) concorda, em grande parte, com as análises de Wood (1999), mas discorda ao perceber que a autora tenta apresentar primazias entre essas mazelas – gênero e classe –, afirmando que o capitalismo independe da opressão de gênero, inclusive continuaria a todo vapor com seu fim, mas jamais resistiria ao término da exploração da classe trabalhadora. Moraes (2003) não concorda com esse posicionamento, pois considera que não devem existir prioridades entre os graus de opressão, porque os mesmos se misturam cotidianamente e se completam, visto que o capitalismo se aproveita da condição feminina de subordinação para extrair ainda mais força de trabalho e a opressão de gênero utiliza-se da classe social para dominá-la ainda mais.

Nesse sentido, a autora presume que a maioria das mulheres conhece essas duas nuances, representando, na maior parte das vezes, o membro explorada/oprimida e que os homens também conhecem, porém, assumindo o papel de opressor/explorador.

A principal referência brasileira no debate de gênero é Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. Essa autora foi a responsável pelo marco histórico que deu início aos estudos sobre gênero no Brasil. Em uma de suas obras mais relevantes, intitulada —Gênero, patriarcado, violênciall (2015), publicada pela primeira vez em 2004<sup>25</sup>, estuda a problemática da violência contra mulher focando a categoria

---

<sup>25</sup> O presente trabalho utiliza a segunda edição da obra, publicada em 2015.

patriarcado como conceito central para elucidar esse debate e abrir novas perspectivas de entendimento dessa questão.

Para a autora, a compreensão desse tema pode estar sendo, de certo modo, prejudicada pela própria utilização do conceito de gênero, o qual ela enxerga como de grande extensão, mas que apresenta uma deficiência no que se refere à clareza, o que dificulta a sua compreensão por parte de muitos. É importante ressaltar, que embora a obra tenha como tema central a violência de gênero enfocando o patriarcado, ela também perpassa temáticas de raça/etnia, classes sociais, entre outras.

A autora inicia a obra situando as manifestações da violência urbana no Brasil, explicando como o crime organizado deixou de ser característica restrita ao eixo Rio de Janeiro -São Paulo e se generalizou pelo país, invadindo até mesmo cidades pacatas, a exemplo de Ribeirão Preto (cidade citada pela autora). Saffioti (2015) se preocupa em falar sobre o entendimento popular de violência e explica que não faz uso dessa conceituação que entende violência como ruptura de qualquer tipo de integridade, seja física, psíquica, sexual ou moral. Ela introduz a temática da violência contra mulher abrindo a discussão sobre incesto, utilizando dados da sua pesquisa realizada em 1992 e, através desse debate, inicia também a discussão sobre o conceito de patriarcado.

A obra traz ricas contribuições sobre a temática da violência de gênero (expressão bastante utilizada em substituição à expressão -violência contra mulher), evidenciando o patriarcado como fator de grande relevância para manutenção da atual divisão sexista da sociedade que oprime, humilha, maltrata e culpabiliza as mulheres. Essa subestrutura social faz com que as próprias oprimidas incorporem essa ditadura machista – ao não questionar sua notável inferioridade social – e contribuam para a sustentação desse sistema. Nesse sentido, antes de adentrarmos propriamente na conceituação de gênero dada por Saffioti (2015), é necessário que façamos uma breve apresentação do patriarcado enquanto categoria transversal a este objeto de estudo.

Para Arruzza (2015), um dos principais obstáculos postos à discussão do patriarcado, é a sua própria definição, visto que não há uma unidade em sua conceituação. O que existe é um aglomerado de apresentações e argumentos que apresentam algumas concordâncias e algumas incompatibilidades entre si. Porém, tendo em vista que esta é apenas uma breve explanação, não alcançaremos aqui

todas as ponderações existentes entre as vertentes que estudam essa categoria, limitando-nos a apresentar conceituações que permitam que os leitores compreendam o que é patriarcado quando citado no presente trabalho.

De acordo com Almeida (2010), o patriarcado enquanto conceito emerge, historicamente, para caracterizar um sistema de estrutura familiar na qual se estabelecem correlações de poder e a figura do pai reina como superior aos demais membros da família. Já as teorias feministas utilizam esse termo como forma de designar as relações sociais desiguais entre homens e mulheres. Segundo a pesquisadora, —trata-se da caracterização de um sistema de organização das relações sociais, baseada em critérios de divisões desiguais de tarefas entre homens e mulheres e da atribuição de espaços e atividades específicas de forma naturalizada (ALMEIDA, 2010, p.22).

Ainda segundo Almeida (2010), essa não é uma categoria utilizada de modo comum entre os vários autores, porque há uma divisão nesse debate entre os que contestam a própria existência do sistema patriarcal e os que não só acreditam que ele exista, como defendem o uso desse conceito em alternância com a categoria gênero, o que é o caso da própria Saffioti (2015).

Saffioti (2015) dedica uma parte de sua obra supracitada para debater essa categoria, apresentando algumas conceituações feitas por estudiosos clássicos, para argumentar seu posicionamento. A socióloga faz importantes ponderações sobre a conceituação weberiana, destacando os porquês de vários grupos feministas, tanto marxistas quanto radicais não incorporarem o conceito de patriarcado desse autor, preferindo as conceituações de Marx e Engels (1984). Para autora, Weber (1964) comete um erro ao abordar o patriarcado como um sistema de dominação que se restringe a esfera privada, esquecendo a esfera pública e toda as questões sociais e políticas articuladas a tal estrutura. A autora chega a afirmar que os que acreditam na utilização, por parte de feministas, do conceito de patriarcado de Weber cometem no mínimo dois erros:

- 1) não conhece suficientemente este autor;
- 2) imputa a estas intelectuais/militantes a ignorância total de que este regime de relações homem-mulher tenha tido uma gênese histórica posterior a um outro dele distinto, mas também hierárquico (SAFFIOTI, 2015, p. 111).

A autora traz também o conceito de Hartman (1979), que delimita patriarcado como —um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres (SAFFIOTI, 2015, p.111), no qual os homens se solidarizam uns com os outros para

garantir o controle e a dominação masculina sobre as mulheres. Hartman (1979) também acredita na articulação intrínseca entre os sistemas patriarcal e capitalista, compreendendo as especificidades de cada um e a sua interdependência, mas acreditando numa —economia doméstica, ou domesticamente organizada, que sustenta a *ordem patriarcal* (SAFFIOTI, 2015, p.111).

A historiadora utiliza a conceituação de Hartman (1979) para dar embasamento ao seu posicionamento de que mesmo diante dos progressos advindos das lutas das mulheres, a base material do patriarcado não foi aniquilada, mas sim, que a mesma assumiu novas roupagens, como exemplifica quando diz: —Se na Roma antiga, o patriarca tinha direito de vida e morte sobre sua mulher, hoje o homicídio é crime capitulado no Código Penal,mas os assassinos gozam de ampla impunidade. (SAFFIOTI, 2015, p.112).

Nesse sentido, o que se percebe é que, embora os períodos históricos modifiquem alguns aspectos culturais e políticos das sociedades, o patriarcado, enquanto subestrutura social continua vivo, e vem apenas se reconfigurando conforme o movimento da história. Não é preciso muito esforço para perceber a sua presença nos mais variados espaços: no mercado de trabalho, a subordinação salarial das mulheres em relação aos homens, até mesmo quando são mais qualificadas; o controle que os homens fazem dos corpos de suas esposas, determinando se devem estar mais magras, mais gordas, mais peludas ou mais depiladas; o controle que fazem da sua sexualidade, decidindo o dia em que querem ter relações, quando e como, mesmo contra a vontade das mesmas, fortalecendo a cultura do estupro; dentre outros aspectos da realidade atual que preservam a natureza patriarcal.

Após essa breve conceituação da categoria patriarcado, voltemos ao debate de gênero em Saffioti (2015). Na obra estudada, a pesquisadora não tem a pretensão de trazer uma inédita conceituação sobre a categoria gênero ou mesmo a preocupação em reafirmá-la. Ao contrário disso, ela faz críticas severas à utilização desse conceito, explicitando seu posicionamento a favor da reutilização da categoria patriarcado – conceito considerado defasado por muitos autores – até mesmo como forma de substituição da categoria gênero em determinados casos. A autora também deixa claro que não se trata de abolir o uso dessa categoria, mas sim de não utilizar somente ela.

Saffioti (2015) defende o uso dos termos patriarcado e ordem patriarcal de gênero, porque, segundo a sua percepção, após o surgimento do conceito gênero, essas categorias foram meio que esquecidas pelas feministas. Para a autora, há razões ainda não reveladas sobre o porquê dessa defasagem do conceito de patriarcado e isso prejudica o debate, tendo em vista que esse termo é muito mais claro no que se refere a falar sobre dominação masculina e relações sociais desiguais entre homens e mulheres. Nesse sentido, a intelectual entende que, por ser mais vasta que a categoria patriarcado, a categoria gênero se torna, por vezes, ambígua, por ser entendida, em alguns momentos, como um conceito neutro. Sobre o conceito de gênero ser mais amplo que o de patriarcado, ela afirma:

[...] o gênero é aqui entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também as relações igualitárias. Desta forma, o patriarcado é um caso específico de relações de gênero (SAFFIOTI, 2015, p.126).

Ao conceituar gênero na referida obra, Saffioti (2015) defende que utilizará essa categoria sem se preocupar em definir de quem é a superioridade, mas, que isso não irá significar neutralidade na sua conceituação, pois ela afirma exatamente o contrário. A autora também chama atenção para a necessidade de ampliar essa conceituação para que ela represente também as relações homem-homem e mulher-mulher (SAFFIOTI, 2015) e enfatiza essa necessidade porque, na referida obra, ela fala sobre violência de gênero entendida preferencialmente como algo próprio das relações entre homem e mulher, mas tendo a compreensão de que é algo que também ocorre em relações de pessoas do mesmo gênero.

A obra recupera autores como Joan Scott (1995) e Gayle Rubin (1993) para ilustrar como essa categoria foi conceituada historicamente. A autora mostra que, para espanto da sociedade, a primeira pessoa a conceituar gênero não foi uma mulher, e sim um homem, o estudioso Robert Stoller em 1968. Porém, o conceito dado pelo mesmo não ganhou força e logo foi esquecido. Foi com a antropóloga americana que este conceito ganhou notoriedade em 1975 e, logo em seguida, com Scott, em 1980, a qual conceituou gênero como categoria analítica em seu primeiro artigo famoso.

Saffioti (2015) chama atenção para a conceituação de Gayle Rubin (1993) ao mostrar que ela conseguiu dar ares de neutralidade ao definir essa categoria, mostrando que esse conceito não significa, necessariamente, as relações de

dominação/exploração/opressão entre homens e mulheres, mas sim, que também pode significar relações de igualdade e que isso dependeria das particularidades de cada relação. Embora, em um primeiro momento, destaque a concepção de Rubin pela questão da neutralidade, em vários pontos do livro Saffioti irá afirmar que esse conceito não é neutro. Ao contrário disso, há muita ideologia enraizada nele. A autora também destaca que Rubin foi a primeira autora a sistematizar a relação entre gênero e sexo.

Ao passo que destaca os pontos fortes da obra de dessa antropóloga, a autora tece algumas severas críticas à obra de Joan Scott. Para Safiotti (2015), Scott (1995) acertou ao perceber que as relações de gênero são, também, relações de poder. Porém, discorda quando a mesma coloca gênero somente como uma categoria analítica, desconsiderando, por vezes, o fato de que essa é, também, uma categoria histórica. Para Saffioti (2015), Scott (1995) atribui um caráter descritivo a esse conceito, utilizando-o, por vezes, como um substantivo sinônimo de mulher/mulheres, desconsiderando o fato de que a grande vantagem desse termo decorre do fato de não especificar qual parte é oprimida, e utilizando-o dessa forma, como substituto de mulher/mulheres, fica implícito que a opressão é sofrida por essa parte.

Para Saffioti (2015), essa autora parece conceituar esta categoria sempre a exemplificando como relações de poder/hierarquia entre homens e mulheres, ao contrário de Gayle Rubin, que mostra que essas relações podem ser tanto opressoras como igualitárias.

Além de trazer as conceituações de gênero por outros autores – amparadas pelas devidas críticas – Saffioti (2015) também chama atenção para temas que são transversais a esse debate, como as questões de raça/etnia e de classe social. Para ela, essas duas subestruturas estão diretamente articuladas à subestrutura gênero e devem ser estudadas como se estivessem enlaçadas em um nó. Ela articula o debate central do livro a essas questões, observando pequenos fatos para argumentar o quão articulados estão esses temas<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup>A autora toma como exemplo o fato de que muitos homens negros, ao gozarem de uma posição social mais elevada, acabam por não se casar com mulheres igualmente negras. Ao contrário disso: escolhem mulheres brancas e loiras, e isso, claramente, tem um significado. É como se a mulher negra trouxesse para mais perto o rastro de opressão, de preconceito e de racismo já sofrido. Nesse sentido, o que se percebe é que, ainda que oprimidos, no sistema escravocrata, os negros passam a condição de opressores na ordem patriarcal de gênero. O mesmo ocorre com as classes sociais. Embora que um homem seja negro e pobre, ele ainda se coloca em posição de superioridade em

Ao falar do debate de gênero articulado ao de classe social, a socióloga explana o quanto o capitalismo se beneficia com essa estrutura patriarcal da sociedade, mostrando que esse sistema aproveita que as mulheres já são socialmente vistas e aceitas como seres inferiores, para submetê-las aos mais altos graus de exploração. Esse pensamento da autora é exposto quando ela afirma que

Desde seus inícios, a exploração econômica da mulher faz-se conjuntamente com o controle de sua sexualidade. Já se analisou, ainda que ligeiramente, a unicidade do racismo e do sexismo. É óbvio que este fato preexistiu, de longe, à emergência do capitalismo; mas este se apropriou desta desvantagem feminina, procedendo com todas as demais da mesma forma (SAFFIOTI, 2015, p.138).

A autora também chama atenção para o fato de que todas as ideologias sempre têm em sua essência a inversão do fenômeno. Seja na ideologia de gênero, de classe social ou qualquer outra. Ela percebe isso através da própria gíria machista, ao perceber a utilização da expressão –comi fulanal em alusão ao ato sexual. A autora observa que seria muito mais lógico que a mulher se utilizasse da expressão, tendo em vista que o órgão sexual feminino parece muito mais com uma boca do que o órgão masculino, porém, através da inversão do fenômeno a ideologia machista torna essa expressão favorável a si mesma (Saffiotti, 2015).

Um ponto interessante dessa obra é o modo como Saffiotti (2015) se preocupa em articular as categorias, encontrando as raízes dos debates através da sua notável dedicação em estudar os períodos históricos, as outras formas de organização em sociedade e analisar diferentes concepções teóricas. Ao tratar da violência de gênero, a autora encontra a raiz desse fenômeno na sociedade patriarcal. A sociedade patriarcal encoraja o *animus*<sup>27</sup> e desestimula a *anima*. A partir disso, se desenvolvem homens prontos para transformar agressividade em agressão, e mulheres sensíveis, mas frágeis demais para encarar a vida competitiva (Saffiotti, 2015).

Na obra estudada, a pesquisadora não trabalha com as variadas tipologias de violência, limitando-se a estudar o fenômeno da violência doméstica,

---

relação à mulher, mesmo sendo discriminado pela sociedade em por causa dessas duas condições. Isso revela que o patriarcado se sobressai. Para Saffiotti (2015, p.33), -o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual.

<sup>27</sup> *Anima* e *animus* são conceitos latinos trazidos por Saffiotti (2015) na referida obra, mas que foram criados por um psicólogo chamado Carl Gustav Jung (2006) que apontam a reprodução da alma de cada pessoa, baseada em características masculinas ou femininas, respectivamente. Tais vocábulos representam as propriedades *contra-sexuais* de cada pessoa.

entendida como aquela que acontece dentro do domicílio, no qual o homem se sente superior aos demais ocupantes e acredita poder usar da força física para mostrar o seu poder. Contudo, ela frisa, que embora essa violência seja perpetrada, majoritariamente, dentro dos domicílios, ela também pode ocorrer em outros espaços, como na porta do trabalho, na saída da faculdade, em restaurantes e etc, e ainda assim se caracterizar como violência doméstica.

Como já foi mencionado, para Saffioti (2015), a raiz do fenômeno da violência de gênero está na sociedade patriarcal. Ela exemplifica isso: na violência doméstica, observam-se dois posicionamentos que demonstram potência ou impotência. Geralmente, a agressão propriamente dita se concretiza após muitas manifestações da potência masculina e da impotência feminina. Ora, na maioria dos casos, os homens são os provedores financeiros do lar, sendo destinadas às mulheres as funções domésticas. Ainda que trabalhem no espaço público, continuam em posição de inferioridade, visto que, na maioria das vezes, isso não as livra do sentimento de impotência.

A intelectual também fala sobre o empoderamento feminino como forma de enfrentar essa impotência que lhes é atrelada e apropriada pela sociedade. A autora chama atenção para a necessidade de empoderar as mulheres, mas pede cautela, para que isso não sirva como reforço aos argumentos neoliberais de que não é a sociedade patriarcal que oprime as mulheres e as coloca em posição de subordinação, mas sim, o fato de que elas devem não ter se esforçado o suficiente, ou que não são inteligentes o suficiente para se destacar na esfera pública, e que, por isso, permaneceram na esfera privada. Por isso, a necessidade de pensar em um empoderamento coletivo, não apenas individual. Sobre isso, a estudiosa afirma:

Empoderar-se equivale, num nível bem expressivo do combate, a possuir alternativa(s), sempre na condição de categoria social. O empoderamento individual acaba transformando as empoderadas em mulheres-álibi, o que joga água no moinho do (neo)liberalismo: se a maioria das mulheres não conseguiu uma situação proeminente, a responsabilidade é delas, porquanto são pouco inteligentes, não lutaram suficientemente, não se dispuseram a suportar os sacrifícios que a ascensão social impõe, num mundo a elas hostil (SAFIOTTI, 2015, p.121).

Essa obra de Saffioti (2015) é uma referência para o debate das três categorias que se propõe a estudar pela sua preocupação em analisá-las historicamente, trazer outras referências teóricas, fazer contrapontos e esboçar suas ideias de modo tangível. O comprometimento da autora com o fomento a esses

debates é tamanho que ela questiona até mesmo a utilização dos conceitos, preocupada com o fato de como eles vem sendo compreendidos. Sendo assim, a obra não trata apenas de conceituações e reconceituações de categorias, mas do real estudo dos fenômenos com o objetivo de tornar esses debates mais claros e visibilizados pela sociedade.

Já foi aqui citada a contribuição de Joan Scott pela ótica de Saffioti (2015), mas como são perceptíveis as discordâncias entre essas autoras, é necessário que sejam expostas as contribuições de Scott sem influências das análises de outros autores. Para Scott (1995, p.86), —o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poderll. A autora deixa explícito que não considera as relações de gênero como igualitárias em qualquer que seja a hipótese. Sua análise é clara ao afirmar que as considera como relações desiguais.

Scott (1995) também ganhou notoriedade ao discordar dos que defendiam que o sexo correspondia à natureza e o gênero, à cultura. Ela mostrou que não há como se exaltar essa dualidade, tendo em vista que o corpo também é objeto cultural. Pensar sexo como algo somente natural, é entrar em uma análise biológica. Para essa autora, uma discussão leva a outra. É impossível falar de gênero sem falar de corpo, de sexo, e vice-versa.

Diferentemente de Saffioti (2015), Scott (1995) não articula o conceito de gênero à outras questões como classe e raça. Ela não concorda com o discurso que afirma existir uma articulação intrínseca nessa relação. Se de um lado, Saffioti (2015) considerava que essas três subestruturas estão *enlaçadas em um nó*, Scott alegava que isso não passava de uma *litania*. Ela afirma ao apontar:

A litania "classe, raça e gênero" sugere uma paridade entre os três termos mas, na verdade, eles não têm um estatuto equivalente. Enquanto a categoria "classe" tem seu fundamento na elaborada teoria de Marx (e seus desenvolvimentos ulteriores) sobre a determinação econômica e a mudança histórica, "raça" e "gênero" não carregam associações semelhantes. É verdade que não existe nenhuma unanimidade entre aqueles/as que utilizam o conceito de classe. Alguns/ mas pesquisadores/as se servem de noções weberianas, outros utilizam a classe como um dispositivo heurístico temporário. Entretanto, quando invocamos a classe, trabalhamos com ou contra uma série de definições que, no caso do marxismo, implicam uma idéia de causalidade econômica e uma visão do caminho ao longo do qual a história avançou dialeticamente (SCOTT, 1995, p.73).

Essa conceituação de Scott (1995) não será abordada de forma mais profunda no presente trabalho, dadas as incompatibilidades do pensamento dessa autora pós-estruturalista com o viés que pretendemos agregar a este escrito. O que se argumenta aqui é que exista, de fato, uma articulação entre essas três categorias, como já foi ilustrada por Saffioti (2015) e também é reafirmada por outras autoras. Portanto, não nos deteremos tanto nas análises de Scott, dando um destaque maior a obras que trazem a perspectiva de gênero aliada aos debates de classe e raça, em um ponto de vista marxista.

No campo do Serviço Social, há uma pesquisadora que tem se destacado por sistematizar o debate feminista marxista embasado na discussão de autoras francesas. Mirla Cisne (2005) faz uma análise muito pertinente sobre a articulação entre gênero, classe e raça em suas obras. Em seu artigo intitulado —MARXISMO: uma teoria indispensável à luta feminista (2005), a autora mostra que não adianta, por exemplo, estudar gênero isoladamente e articular a luta das mulheres, se elas continuarão a ser oprimidas pela classe social. Não haverá igualdade de gênero se homens ricos continuarem a oprimir mulheres pobres, se mulheres ricas continuarem a explorar mulheres pobres e assim por diante. Sobre isso, a pesquisadora afirma:

A classe é pois, quem determina como essas mais variadas expressões de opressões irão ser vivenciadas por esses sujeitos. Assim, é que uma mulher da classe dominante explora uma mulher da classe trabalhadora, uma idosa pode explorar outra idosa, uma negra pode explorar outra negra. Os movimentos sociais devem, portanto, ter como cerne a luta de classes (CISNE, 2005, s/p.).

Para Cisne (2005), a luta de classes não contradiz as lutas particulares, como a das mulheres e a dos negros. Ao contrário disso, alia-se a elas, visto que, para a ordem capitalista, não interessa igualdade entre homens e mulheres ou entre diferentes grupos étnico-raciais. O que importa, é que independente de serem grupos ou não, todos estejam envolvidos na engrenagem do capital de modo a fortalecer os interesses burgueses. Nesse sentido, lutar pela emancipação e por um novo projeto societário também inclui as lutas ideológicas desses grupos específicos. O que reforça a ideia de Saffioti (2015) de que essas subestruturas estão enlaçadas em um nó.

É importante compreender também que, a classe subdivide os níveis de opressão aos quais as mulheres estão condicionadas. Não é possível afirmar, por exemplo, que uma empresária de classe média alta sofra o mesmo tipo de opressão que uma empregada doméstica que mora na periferia. As incompatibilidades entre

as classes causam novas divisões. Mirla Cisne fala sobre isso em uma das suas obras mais relevantes intitulada —Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social, publicada em 2012. Ela ilustra a argumentação acima quando afirma:

[...] compreende-se que o antagonismo de classe é indispensável para perceber a importância em não se poder generalizar, para todas as mulheres, a mesma forma de opressão a que estão submetidas. É inegável que todas as mulheres sofrem discriminação e opressão de gênero. Essas opressões, no entanto, são vivenciadas de forma diferenciada de acordo com as condições materiais de cada uma: a classe as divide (CISNE, 2012, p.104-105).

É importante entender também as contradições que o capitalismo trouxe para a história das mulheres. Até o surgimento do modo de produção industrial, as mulheres não tinham qualquer participação no mundo do<sup>28</sup> trabalho, no que se refere à esfera pública. Como já foi relatado no presente trabalho, a elas ficava destinada a reprodução social: as atividades domésticas, o cuidado com o lar, a educação dos filhos, a obediência ao marido, o afeto, o lazer... Enfim: a reposição da força de trabalho do homem. O que era e é, de fato, algo tão importante e exaustivo quanto o trabalho produtivo.

O trabalho reprodutivo se caracteriza exatamente por ser o tipo de trabalho que se realiza na esfera privada e familiar. Antes de o capitalismo emergir, esse trabalho não era sequer reconhecido como tal. Hoje já é reconhecido porque há um debate em torno da divisão sexual do trabalho, mas até então, beirava a invisibilidade. A mulher não era vista como uma trabalhadora, e sim, como agente do afazer doméstico, algo que pode ser executado por qualquer pessoa e que, por isso, não tinha valor e não merecia remuneração. Porém, o que essa visão discriminatória não levava em conta, é que, esse trabalho também era e continua sendo tão (ou mais) exaustivo quanto o trabalho produtivo. Além do que, é o elemento essencial para reposição da força de trabalho produtiva.

Na esfera privada e familiar que se obtinha alimentação, garantia de bem estar, afeto, lazer, dentre outros elementos que eram fundamentais para repor a força de trabalho, empregada durante a jornada de trabalho. Ou seja, a plena execução do trabalho produtivo dependia, em grande parte, do trabalho reprodutivo. Por isso, era necessário reconhecê-lo enquanto trabalho valorativo, mesmo que não

---

<sup>28</sup> Importante ressaltar que esses elementos são colocados como referentes à sociedade feudal, a antecessora imediata da sociedade capitalista. Compreendo a existência de várias outras formas de organização social e econômica anteriores ao capitalismo – como as de caça e coleta, nas quais as mulheres tinham funções sociais reconhecidas e não eram tão fortemente oprimidas (SAFIOTTI, 2015) –, mas especificamente nesse caso, estou me referindo ao sistema feudal.

agregasse valor monetário. Mas essa valorização social não ocorria, assim como não ocorre contemporaneamente, embora tenham ocorrido avanços no debate e a luta por essa valorização seja contínua.

Sendo assim, mesmo que contraditoriamente, a emergência do capitalismo trouxe alguns benefícios para as mulheres, visto que agregou a elas uma noção de organização coletiva, que era desconhecido até então, visto que as únicas coletividades das quais faziam parte (família, igreja, etc) as limitavam a subordinação, opressão e dependência. Apesar de não deixarem de ser as agentes do lar, as protagonistas da reprodução social, passaram a ser reconhecidas enquanto trabalhadoras, mesmo que ainda oprimidas e duplamente exploradas.

A inserção no mundo do trabalho permitiu às mulheres uma nova leitura de mundo. A exploração, a qual eram submetidas, passou a ser objeto de luta. Quando na história as mulheres tiveram a consciência de lutar por seus direitos, se não no momento em que foram submetidas à ferocidade da engrenagem capitalista? Há de se concordar sobre o impulso que o capitalismo deu para que as mulheres despertassem para suas lutas.

O que queremos aqui é chegar às contradições desse sistema para a história das mulheres: se de um lado, o capitalismo agiu como pontapé inicial para que elas -abrissem os olhos e vissem o quanto eram oprimidas, de outro, ele potencializou sua opressão. Aproveitou-se da sua força de trabalho, da sua, até então, consciente inferioridade social, e a explorou vezes mais. Além de ser objeto de opressão do patriarcado, a mulher também se tornou presa fácil do sistema capitalista. Essa aparelhagem subjugou mulheres aos patrões, submeteu-as a remunerações vergonhosamente mais baixas que as dos homens, colocou-as nas mais exaustivas jornadas de trabalho, dentre outras manifestações de exploração.

Diante disso, alguns poderiam questionar: mas, e os homens? Eles não foram oprimidos da mesma forma? A resposta é óbvia: não. Os homens não foram submetidos aos mesmos níveis de exploração que as mulheres, visto que, se de algum modo fizeram esforço físico maior, foram recompensados por isso de modo, teoricamente, proporcional. Coloco essa palavra (teoricamente) porque acredito que seja conhecido o fato de que o capitalismo nunca é justo com os trabalhadores, sejam homens ou mulheres.

Mas voltando a resposta da pergunta hipotética, as mulheres dificilmente teriam uma recompensa igual a dos homens, mesmo que praticassem a mesma

atividade, com os mesmos níveis de esforço físico. Além do que, não há como comparar, visto que, mesmo numa suposição remota em que as mulheres ficassem em pé de igualdade com os homens, no que se refere ao trabalho produtivo, essas continuariam sendo mais exploradas porque ainda teriam mais trabalho ao chegar em casa.

Neste sentido, é impossível pensar a luta das mulheres sem associá-las a luta de classes. Por isso, é preciso reportar novamente aos escritos de Mirla Cisne (2005), por que ela ilustra exatamente isso quando afirma:

[...] é necessário analisar gênero no bojo da contradição entre capital e trabalho e das forças sociais conflitantes das classes fundamentais que determinam essa contradição. Sendo a contradição o foco das desigualdades sociais, e o conflito a luta entre as classes sociais, faz-se imprescindível relacionar a luta das mulheres como um movimento legítimo contra as desigualdades, na e com a luta da classe trabalhadora. Nesse sentido, o ponto a unir as mulheres deve ser a identidade de classe, uma vez que é da contradição de classe que emergem as desigualdades, opressões e explorações que marcam a vida das mulheres trabalhadoras. Portanto, não se pode analisar gênero isoladamente das determinações econômico-sociais (CISNE, 2005, s/p.).

Nesse trecho, Mirla Cisne argumenta, de forma muito pertinente, algumas das variadas razões para o entendimento da categoria gênero atrelado ao debate de classe social. A argumentação da referida autora também dá bases para questionar a corrente feminista chamada relacional ou culturalista, que prega a existência de diferenciações culturais entre homens e mulheres e as associa a todas as implicações decorrentes das desigualdades sociais entre eles, como a subordinação, opressão e exploração feminina. As contribuições teóricas de Cisne (2005) negam isso no momento em que mostram que até mesmo a cultura é determinada por relações econômicas e sociais, anulando o entendimento de que a cultura surge espontaneamente.

É necessário entender que a dominação masculina advinda do sistema patriarcal não se firmou somente por questões culturais. Pelo fato de que essa conceituação da corrente culturalista vem ganhando força, Cisne (2005), assim como Saffioti (2015), vem rejeitando o uso exclusivo do conceito gênero, substituindo-o pelo termo relações sociais de sexo. Em um trabalho publicado em parceria Maressa Fauzia Pessoa Dantas (2017), elas argumentam o fato de que a categoria gênero vem apresentando –demasiada fragilidade e neutralidade

(DANTAS; CISNE, 2017) e não vem oferecendo subsídios, no campo político para o combate da exploração da mulher.

Outra autora que também compreende gênero de forma pertinente ao que objetiva este trabalho é Vanessa Bezerra de Souza (2014). A autora faz o debate dessa categoria articulado ao Serviço Social e à perspectiva marxista em seu artigo intitulado —Gênero, marxismo e Serviço Social, na tentativa de mostrar a necessidade de apropriação das categorias gênero e classe por parte do Serviço Social. A estudiosa também se dedica a tentar esclarecer os equívocos feitos pelos críticos da perspectiva feminista marxista, que condenam a articulação entre classe e gênero, sob a alegação de que essa perspectiva quer hierarquizar os conceitos, colocando classe sempre como prioridade. Sobre isso, Souza (2014, p. 14) aponta:

Consideramos que o gênero é uma categoria em disputa teórica e política e que as acusações feitas à tradição marxista, acerca de uma pretensa insensibilidade à questão de gênero, não procedem. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de desqualificação dessa vertente crítica, visando remeter o problema das relações de gênero a um quadro conceitual nitidamente pós-moderno, em que a articulação entre gênero e classe social é dissolvida.

Embora reconheça que a bibliografia marxista tenha suas limitações quanto à percepção das questões de gênero, Souza (2014) reafirma o viés marxista dessa categoria e usa seu texto como máquina de fomento para que os teóricos fortaleçam o enfrentamento às correntes que buscam desqualificar essa perspectiva. Para a autora, as críticas elencadas por essas outras correntes teóricas erram ao não incorporarem os marxismos, em sua pluralidade, e sim, apenas as correntes marxistas que —diante da obra de Marx, comportam-se de maneira dogmática, reducionista e economicista tomando as análises de Marx como verdades absolutas e a-históricas. (SOUZA, 2014, p.16).

Souza (2014) também articula o debate de gênero ao Serviço Social, tanto no que se refere ao estudo dessa categoria e a intervenção profissional frente às questões não só teóricas, mas também empíricas demandadas por ela, quanto no que se refere à posição da própria profissão na divisão sexual do trabalho, tendo em vista que é uma categoria profissional majoritariamente composta por mulheres. Para a autora, o fato de ser considerada uma profissão feminina, pode sim colocar o Serviço Social em posição de inferioridade perante outras posições, entretanto, não se pode afirmar que é esse fato que define as hierarquias entre profissões, embora

seja necessário colocar essa hipótese em pauta na hora de pensar como se desenvolvem tais mecanismos.

Se retrocedermos um pouco e chegarmos ao período de institucionalização da profissão, poderemos perceber o quão notável era a associação da prática do Serviço Social às mulheres. É como se houvesse um —como fazerll do Serviço Social e nele houvesse atividades e/ou características essencialmente femininas como pré requisitos. Iamamoto (1982) resgata algumas dessas habilidades que eram consideradas necessárias ao Assistente Social da época:

[...] uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas [...]: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc (IAMAMOTO, 1982, p.227).

Nesse sentido, Souza (2014) reconhece a categoria gênero como —um fenômeno social que estabelece os diversos padrões de comportamento entre homens e mulheresll (SOUZA, 2014, p. 29) que vem demarcando seu espaço tanto no campo temático de estudos e práticas de atuação caros ao Serviço Social, quanto no que se refere a possíveis determinações das características da profissão. A autora ressalta a importância de não reproduzir o discurso de que o Serviço Social é uma profissão essencialmente feminina, sob o risco de que ocorra o mesmo com categorias profissionais compostas em sua maioria por homens, das quais as mulheres ficariam excluídas ou seriam fortemente discriminadas.

Diante do exposto aqui, acreditamos que as desigualdades de gênero são objeto de estudo e trabalho do Serviço Social, entendendo as determinações sociais que estão atreladas a ela, bem como compreendendo que a violência contra mulher é uma manifestação dessas desigualdades e uma violação aos direitos humanos e que devem fazer parte do terreno de lutas da categoria.

### 2.3 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DO DEBATE TEÓRICO À REALIDADE INQUIETANTE

No cotidiano do exercício profissional do assistente social chegam demandas diversas que são transversalizadas pelo debate de gênero, mas especialmente as expressões de violência doméstica são manifestações que ultrapassam o acompanhamento das instituições que não trabalham diretamente com esta temática. Em 2017, foram completados 11 anos da criação da Lei Maria da Penha e o passar do tempo só reafirma a urgência do combate a essa problemática tendo em vista que é uma realidade cada vez mais preocupante em todos os estados do país.

Segundo dados<sup>29</sup> apresentados pelo Tribunal de Justiça, no Rio Grande do Sul os processos judiciais de feminicídio saltaram de 142 para 194 do ano de 2016 para 2017, revelando um aumento de 36%. Na Defensoria Pública do Estado, aumentou a demanda de mulheres vítimas de violência em busca de assessoria jurídica. O aumento no volume de processos envolvendo feminicídio também foi observado em outros dois Estados: Rio de Janeiro e Pará. No Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, observou-se<sup>30</sup> um aumento de 54 para 88 casos de um ano pro outro. Já no Pará, os dados<sup>31</sup> foram divulgados em novembro de 2017 e mostravam que, em 2015, foram revelados 26 casos, em 2016, esse número quase dobrou, tendo em vista que foram 47 casos, e em 2017, até novembro já haviam sido registrados 30 casos.

Só na cidade de Manaus, foram registrados, segundo informações<sup>32</sup> da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas – SSP-AM mais de 6.125 casos de violência doméstica no ano de 2017, o que representou um aumento de 15,5% em relação ao ano anterior. Já o número de feminicídio teve um percentual menor de aumento, visto que a diferença de casos entre 2016 e 2017 é de apenas um.

Porém, embora os dados inquietem cada vez mais, é preciso percebê-los, em alguns momentos, como expressão de algo positivo, tendo em vista que isso representa uma realidade na qual as mulheres vêm denunciando mais e sujeitando-se menos. Basta observar dados preliminares da pesquisa —Feminicídio como

---

<sup>29</sup> Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/01/processos-de-feminicidios-subiram-36-no-rs-em-2017-cjcg8hg3028v01ke5whpsic9.html>> Acesso em: 12 jan.2018.

<sup>30</sup> Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2018/01/08/tj-do-rio-registra-aumento-de-casos-de-feminicidio-em-2017/>> Acesso em: 15 jan. 2018.

<sup>31</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/numeros-de-feminicidio-no-para-continuam-alarmanes.ghtml>> Acesso em: 15 jan. 2018.

<sup>32</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/casos-de-violencia-domestica-contramulher-aumentam-mais-de-15-em-manau.s.ghtml>> Acesso em: 15 jan. 2018.

violência política<sup>33</sup>, do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher – NEPEM da Universidade de Brasília, somente 36% dos crimes perpetrados contra mulheres no período de março de 2015 à dezembro de 2016, admitem a violência contra mulher como expressão da desigualdade entre os gêneros.

A pesquisa coletou 635 notícias envolvendo crimes contra mulher. Dessas 635, apenas 449 notícias tipificavam essa violência, dessas, 64% não foram classificadas como violência contra mulher e apenas 36% citaram a condição de gênero. Desses, 93 são casos de feminicídio, quatorze tentativas de assassinato, dez casos de violência doméstica, sete casos de violência sexual e sete casos de estupro seguido de morte. Isso revela o fato de que, parece que só é possível ressaltar a condição de gênero como uma motivação nos crimes contra mulher quando eles envolvem violência sexual ou quando a vítima morre.

Essa pesquisa do NEPEM foi realizada em período anterior ao da divulgação do aumento do número de casos de feminicídio nesses estados. Nesse sentido, é possível perceber, que entre um período e outro, essa problemática, de fato, ganhou novas configurações.

O Atlas da Violência 2017<sup>34</sup> observou que embora os índices de feminicídio tenham aumentado 7,3% considerando o período de 2005 à 2015, se comparado a um intervalo menor (2010 à 2015), será percebido que houve uma melhora, visto que, nesse período, o indicador decaiu 1,5%. No entanto, o Atlas apresenta um dado alarmante: o recorte de raça tem sido cada vez mais acentuado, tendo em vista que enquanto a taxa de mortalidade de mulheres não negras diminuiu 7,4% entre os anos de 2005 e 2015, o mesmo índice para mulheres negras aumentou 22% nesse mesmo intervalo de tempo.

Em estatísticas divulgadas em 2016 pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias –DPJ do Conselho Nacional de Justiça – CNJ<sup>35</sup> foi revelado que chegaram ao poder judiciário 263.426 novos processos referentes a violência doméstica e familiar contra a mulher em 2015, o que mostra um aumento de 10% em relação a 2014. Isso pode significar que as brasileiras vêm denunciando mais

<sup>33</sup> Disponível em: <[http://www.huffpostbrasil.com/2017/03/11/mais-de-60-dos-registros-de-crimes-de-violencia-contra-mulher-i\\_a\\_21879200/](http://www.huffpostbrasil.com/2017/03/11/mais-de-60-dos-registros-de-crimes-de-violencia-contra-mulher-i_a_21879200/)> Acesso em: 20 jan. 2018.

<sup>34</sup> Publicação organizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública que revela dados estatísticos sobre o quadro da violência no Brasil. Disponível em: < [http://ipea.gov.br/portal/images/170602\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf)> Acesso em: 16 jan. 2018.

<sup>35</sup> Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83252-justica-concedeu-mais-medidas-protetivas-a-mulheres-em-2015>> Acesso em: 20 jan. 2018.

essa realidade que as oprime. Esse estudo também mostrou um aumento no número de expedição de medidas protetivas de um ano para o outro.

O segundo relatório da Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – PCSVDF Mulher, apresentado em agosto de 2017 na reitoria da Universidade Federal do Ceará – UFC, evidenciou novas estatísticas sobre essa problemática, principalmente focalizadas no que se refere a como isso vem interferindo a conduta das vítimas no mercado de trabalho. Foi mais uma vez constatado que a violência sofrida compromete a saúde mental das mulheres. Só em Fortaleza, 38% das participantes da pesquisa afirmou que já teve a saúde mental afetada por causa da conduta agressiva de seus companheiros. Isso traz implica no seu comportamento no local de trabalho, a partir do momento que afeta seu sono e conseqüentemente sua disposição durante a jornada de trabalho, sua capacidade de se concentrar, dentre outras decorrências.

Segundo a pesquisa, essa condição também reflete o descontentamento com o emprego, tendo em vista que o maior índice de insatisfação entre as entrevistadas foi o das vítimas. Essas também faltam mais ao trabalho, se comparadas às mulheres que não sofrem violência. Mas esses casos são de padecentes que ainda conseguem adentrar ao mercado de trabalho, porque a pesquisa também mostrou que, muitas não chegam nem ao patamar de empregadas, porque, muitas vezes são impedidas ou se recusam por causa do comportamento dos seus parceiros.

A pesquisa ainda revela outros dados tão relevantes quanto os apresentados, mas o importante aqui é demarcar como essa condição de mulher vítima de violência interfere nos mais variados fatores da sua vida, chegando até a seu espaço de labor. Tal condição abala sua autonomia financeira, sua saúde mental e até mesmo suas natas aptidões, fora o que isso pode resultar a longo prazo.

No Ceará, estado conhecido popularmente por ser um local onde a cultura machista é bem presente, os dados também são bem expressivos, a média do número denúncias é de 62 por dia, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará – SSPDS-CE<sup>36</sup>. Esse é um dado muito alarmante.

---

<sup>36</sup> Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/06/media-e-de-62-denuncias-de-violencia-contra-a-mulher-por-dia-no-ce.html>> Acesso em: 15 jan. 2018.

A cada dia, 62 mulheres denunciam que sofreram algum tipo de violência nesse estado, fora os casos que não são notificados.

De acordo com dados<sup>37</sup> obtidos através das notificações feitas à Secretaria de Saúde do Estado do Ceará – SESA, só no primeiro mês de 2017 foram informados 97 casos, sendo 46 apenas da cidade de Sobral e 14 na cidade de Barbalha, o que gera uma estatística de 3,5 casos por dia no Ceará.

O número de casos de feminicídio também é bem expressivo na terra do sol. Segundo informações divulgadas<sup>38</sup> em reunião do Grupo de Persecução Penal do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP em maio de 2017, em um período de 12 meses - março de 2016 à março de 2017 – foram registrados 173 casos, dos quais 112 estão sendo investigados e 54 foram denunciados pelo Ministério Público Estadual do Ceará – MPCE.

A capital cearense também apresenta números angustiantes. Em 2016, Fortaleza foi considerada a 3ª capital em um ranking sobre violência física no Brasil, atrás apenas das cidades de Salvador e Natal, segundo estatísticas divulgadas<sup>39</sup> no relatório da primeira PCSVDF Mulher, que mostrou também que uma em cada cinco mulheres já foi vítima de violência física na capital.

Segundo dados obtidos através de pesquisas realizadas pelo próprio Juizado da Mulher de Fortaleza (2017) – lócus da presente pesquisa – e cedidos para este trabalho, foram atendidos 1.132 casos de violência contra mulher no ano de 2016, concentrados em maior percentual nos meses de junho, julho e agosto. Essa pesquisa é referente a um relatório anual feito pela própria equipe multidisciplinar com o intuito de fornecer estatísticas e traçar o perfil das vítimas.

Nesse sentido, o que se observou no ano de 2016 foi a que a faixa etária das vítimas variou entre 21 a 30 anos e 31 a 40 anos. Quanto ao nível de escolaridade, foi notado que 48% das mulheres que participaram da pesquisa concluíram o ensino médio, mas que ainda há um percentual alto (21%) representando aquelas que não chegaram a concluir o ensino fundamental. Em relação ao estado civil, foi pouca a diferença entre as que se declararam solteiras

---

<sup>37</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/02/ceara-registra-media-de-35-casos-de-violencia-domestica-por-dia-em-janeiro.html> > Acesso em: 15 jan. 2018.

<sup>38</sup> Disponível em: < <https://g1.globo.com/ceara/noticia/ceara-tem-173-casos-de-feminicidio-em-12-meses.ghtml> > Acesso em: 16 jan. 2018.

<sup>39</sup> Disponível em: < <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/radar/2016/12/09/noticiasjornalradar,3673791/fortaleza-e-a-3-capital-do-ne-em-violencia-fisica-contra-mulher.shtml> > Acesso em: 14 jan. 2018.

(33%) e as que se declararam casadas (34%). Quanto a situação trabalhista, a maioria das vítimas entrevistadas declarou que trabalhava, porém notou-se que na maior parte dos casos, esse contingente se encontra no mercado informal. No que se refere a renda, essa pesquisa mostrou que a mulher vítima de violência que chega até essa instituição é uma mulher pobre, mal chegando a ganhar um salário mínimo. Quanto a cor, a maioria (65%) declarou-se parda.

A pesquisa ainda aborda outros aspectos como religião, o tipo de relacionamento mantido com os agressores, o fato de ter filhos ou não, o tipo de violência sofrido, dentre outros aspectos, que, resumidamente, nos permitem afirmar que, essa mulher que sofreu violência em 2016, tinha entre 21 a 30 anos, concluiu o ensino médio, se intitulou como casada, trabalhou no mercado informal chegando a ganhar até um salário mínimo e que se considerou parda é católica, manteve relacionamento afetivo com o agressor por mais de dez anos, teve entre dois e três filhos e sofreu mais de um tipo de violência, sendo a psicológica a mais vivenciada.

Esse relatório traz conclusões importantes, como, por exemplo, a percepção de que, na maior parte das vezes, a mulher não denuncia na primeira vez que é agredida. Isso foi notado ao perceber a média de tempo de relacionamento com o agressor. Notou-se também que a maioria das mulheres retoma o relacionamento, mesmo após a denúncia de agressão, tornando ciclo da violência <sup>40</sup> cada vez mais comum.

Nessa perspectiva, o que podemos perceber é que a violência contra a mulher é uma realidade fatídica na cidade de Fortaleza e que necessita, cada vez mais, de estudos e pesquisas que forneçam bases para o combate a essa mazela social da qual o Serviço Social também necessita apropriar-se.

Sendo assim, entendemos aqui, com base nos dados apresentados, que a violência de gênero/violência contra a mulher/violência doméstica é um fenômeno que atinge toda a sociedade. Ela tem muitas formas de se manifestar e variadas ramificações: física, psicológica, sexual, moral e etc. Segundo Teles e Melo (2017), o significado mais comum atribuído ao termo violência se refere ao -uso de força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está

---

<sup>40</sup> A violência contra a mulher é um processo que, muitas vezes se transforma em um ciclo que comporta, no geral, três fases: aumento da tensão, na qual o agressor profere ameaças e intensifica a pressão psicológica na vítima; ataque violento, no qual a agressão, principalmente física, se concretiza; e a lua de mel. Para Safiotti (2015), esse ciclo é meramente descritivo. A autora afirma que ele pode até ter alguma função educativa, mas claramente não tem fins preventivos.

com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir (TELES; MELO, 2017, (s/p). De fato, a primeira imagem associada pela maioria das pessoas quando se fala em violência é o uso de força física, principalmente.

Teles e Melo (2017) acreditam que esse fenômeno também agrega novas nomenclaturas dependendo de quem o pratica, de quem é a vítima atingida por ele ou até mesmo do ambiente no qual ele acontece. Dois exemplos que ilustram isso são a violência institucional, que é aquela praticada dentro das instituições de trabalho; e a violência étnico-racial, que é aquela oriunda de atos de discriminação étnico-racial. Além dessas e de outras ramificações, existe a violência de gênero, que é a abordada no presente trabalho.

A violência de gênero se configura como uma violação aos direitos humanos - a mais tolerada do mundo, segundo a ONU Mulheres (2015)<sup>41</sup> - e como expressão significativa da desigualdade de gênero, que chega até mesmo a ferir a cidadania feminina, limitando a liberdade das mulheres e os seus próprios direitos enquanto cidadã. Segundo análise de Teles e Melo (2017), ela deve ser compreendida na lógica do patriarcado, como resultado das relações de poder entre homens e mulheres. Para as referidas autoras, a ideologia incorporada por esse sistema influencia claramente a manifestação de relações violentas entre ambos. Segundo ambas, a violência de gênero não deve ser entendida como um elemento natural. As autoras exemplificam esse pensamento quando afirmam:

O conceito de violência de gênero deve ser entendido como uma relação de poder e dominação do homem e submissão da mulher. Ele demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de civilização das pessoas. Ou seja, não é a natureza a responsável pelos padrões e limites sociais que determinam comportamentos agressivos aos homens e dóceis e submissos às mulheres. Os costumes, a educação e os meios de comunicação tratam de criar e preservar estereótipos que reforçam a ideia de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres (TELES; MELO, 2017, s/p).

As autoras ainda falam sobre as variadas designações que esse tipo de violência pode receber, tais como violência contra mulher – visto que a maioria das pessoas que sofrem violência de gênero são mulheres –, na qual aparecem outras

---

<sup>41</sup> Afirmação feita pela diretora executiva da ONU Mulheres no Dia Internacional Para Eliminação da Violência Contra a Mulher em 25 de Novembro de 2015. Disponível em: <<http://www.ecobrasilia.com.br/2015/11/25/onu-afirma-violencia-contra-a-mulher-e-a-violacao-de-direitos-humanos-mais-tolerada-no-mundo/>> Acesso em 08 dez. 2017.

especificações como violência doméstica, violência intrafamiliar<sup>42</sup> e etc., que irão variar de acordo com o modo como o ato se manifesta, seja dentro do seio familiar, na rua, no trabalho ou em outros espaços.

As autoras explicam cada uma das especificações da violência contra a mulher e mostraremos aqui, de forma bem sucinta, como nos itens a seguir:

- a) Violência doméstica caracteriza-se exatamente por ser aquela praticada dentro do lar, por pessoas próximas a vítima;
- b) Violência intrafamiliar, é praticada também por parentes e/ou pessoas próximas, mas fora do domicílio da vítima;
- c) Violência sexual é aquela na qual o agressor aproveita-se da força física para forçar a vítima a prática do ato sexual;
- d) Violência conjugal é aquela que acontece entre marido e mulher e inclui também as relações de união estável;
- e) Violência interpessoal é a que ocorre entre pessoas que se conhecem;
- f) Violência patrimonial é aquela na qual o agressor retém objetos da vítima e/ou causa avarias em seus objetos pessoais ou até mesmo destruição.

As autoras afirmam que todas essas variações são percebidas nos casos de violência contra a mulher e podem ser utilizadas como referência a mesma, tendo em vista que socialmente se compreende que as mesmas são as principais vítimas, mesmo tendo um entendimento equivocado das razões pelas quais cada uma dessas violências se manifesta. Teles e Melo (2017) também apontam a relevância da conceituação de violência contra a mulher da —Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher<sup>43</sup> que percebe a violência de gênero como qualquer ato que cause dano físico, psíquico ou sexual a mulher ou que leve a morte, classificando esse fenômeno em violência física, psicológica ou sexual.

---

<sup>42</sup> Segundo Teles e Melo (2017), essas nomenclaturas também foram apresentadas através do ativismo do movimento feminista, que foi o responsável por mostrar que o próprio lar era um espaço de opressão e agressão às mulheres.

<sup>43</sup> Foi uma convenção realizada na cidade de Belém do Pará, em 1994, na qual a violência contra a mulher foi conceituada e reconhecida enquanto violação dos direitos humanos. Foi considerada um marco histórica na luta das mulheres e deu bases para o enfrentamento dessa problemática. Disponível em <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm/>> Acesso em: 20 jan.2018.

A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género – CIG<sup>44</sup> (2016), também compreende a violência contra a mulher numa lógica semelhante a apresentada por Teles e Melo (2017). Conforme a CIG (2016) aponta no Manual Pluridisciplinar intitulado —Violência Contra a Mulher: implicações psicológicas, sociológicas e jurídicas do fenómeno, essa problemática é consequência de uma ordem de género que determina hierarquias e relações de poder na sociedade, nas quais os homens aparecem como superiores às mulheres. Nesse sentido, eles estariam sempre em busca de reafirmar tais relações através de variadas formas, inclusive, do uso da violência. Sobre a dimensão dessa problemática na sociedade, a CIG (2016, p. 25) afirma:

Milhares de mulheres em todo o mundo são, assim, quotidianamente expostas à humilhação, ao desprezo, ao controlo e às agressões, vivendo no medo, na insegurança; centradas nas variações do estado de humor do seu companheiro, adaptando-se progressivamente às suas exigências e orientando a sua vida quase exclusivamente para a satisfação das necessidades do homem, excluindo-se a si enquanto pessoa e enquanto ator social.

CIG (2016) também chama atenção para o fato de que esse fenómeno atinge todas as classes sociais, culturas e sociedades. Acreditamos que isso de fato, seja verdade, visto que é bem percebido na sociedade que até mesmo mulheres das camadas mais altas da sociedade passam por situações de agressão, humilhações e hostilidades. Porém, acreditamos que existem determinantes sociais que agravam as situações de violência. Como por exemplo, as condições de vida as quais estão submetidas o autor da violência e a própria vítima: a situação socioeconômica, o desemprego, a moradia, a educação e etc. Todos esses são fatores que interferem nos motivos pelos quais a violência é praticada, na dependência que se estabelece relações de conjugalidade e na dificuldade de romper uma relação violenta, tendo em vista que, às vezes, se torna menos difícil romper uma relação violenta quando se tem independência e financeira, um emprego que proporciona estabilidade e uma família que dá suporte.

As contribuições da CIG (2015) no referido manual também entram na questão das nomenclaturas, enfatizando os conflitos que existem entre estudiosos

---

<sup>44</sup> A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) é o um órgão localizado em Portugal, que é encarregado de promover a defesa da igualdade de género em âmbito nacional. As contribuições da CIG elencadas no presente trabalho foram encontradas no Manual Pluridisciplinar intitulado -Violência Contra a Mulher: implicações psicológicas, sociológicas e jurídicas do fenómeno (2016). Disponível em: <[http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/Violencia-Domestica-CEJ\\_p02\\_rev2c-EBOOK\\_ver\\_final.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/Violencia-Domestica-CEJ_p02_rev2c-EBOOK_ver_final.pdf)> Acesso em: 20 jan. 2018.

da temática, que defendem ou não a utilização de termos como —violência doméstica e —violência intrafamiliar. Os que não concordam argumentam que os referidos conceitos não deixam explícitos quem são os agentes que sofrem a violência, deixando subentendido que podem ser homens adultos, ou crianças e adolescentes de ambos os sexos, quando se sabe que a maioria esmagadora das vítimas são mulheres. Os que concordam alegam que o uso exclusivo do termo violência contra a mulher pode produzir um —enviesamento na leitura da realidade (CIG, 2016, p.27), induzindo os leitores a acreditar na impossibilidade de homens serem violentados por mulheres.

Embora hoje seja um assunto relevantemente debatido na comunidade acadêmica, os estudos sobre violência de gênero são bem recentes. Segundo Bandeira (2014) os estudos teóricos em torno dessa categoria tiveram início a partir das reivindicações dos movimentos feministas, principalmente na década de 1980, período em que também crescia o número de estudos sobre gênero. Os autores foram se interessando pelo estudo desse fenômeno e ele foi ganhando destaque. Isso deu visibilidade à problemática, que passou a ser abordada no sentido político e impulsionou a criação de mecanismos de punição aos agressores, instituições de apoio e acolhimentos às vítimas e outros equipamentos de enfrentamento a esse fenômeno.

Bandeira (2014) chama atenção para o modo como a compreensão da categoria gênero foi fundamental para o entendimento da violência contra a mulher. A distinção meramente biológica feita entre os sexos não questionava as desigualdades entre ambos e considerava as opressões de forma natural. Foi a partir da compreensão desse conceito que foi ficando clara a noção de que a violência sofrida pelas mulheres decorria da sua própria condição feminina de submissão aos homens, da hegemonia do patriarcado e de todos os abusos a ele inerentes. A partir daí, percebeu-se que esse tipo de violência não era o mesmo que aquele sofrido por homens, que continha outras determinações. Bandeira (2014, p. 450) ilustra esse pensamento quando afirma:

[...] é pela perspectiva de gênero que se entende o fato de a violência contra as mulheres emergir da questão da alteridade, enquanto fundamento distinto de outras violências. Ou seja, esse tipo de violência não se refere a atitudes e pensamentos de aniquilação do outro, que venha a ser uma pessoa considerada igual ou que é vista nas mesmas condições de existência e valor que o seu perpetrador. Pelo contrário, tal violência ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de

sexo, a qual começa no universo familiar, onde as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas.

A referida autora, assim como Teles e Melo (2017), também chama atenção para o fato de que a expressão *violência de gênero* contempla as variadas ramificações da violência contra a mulher: física, sexual, psicológica, moral, patrimonial, doméstica e etc., frisando que embora cada uma dessas modalidades possua, por vezes, desdobramentos teóricos distintos, o fato de serem sofridas por mulheres e se caracterizarem como expressão das desigualdades das relações de gênero, as associa.

Saffioti (2001) também se dedicou a estudar violência de gênero. Para a estudiosa, esse é o termo mais abrangente, que engloba não só mulheres adultas, mas também crianças e adolescentes de ambos os sexos. Ela explica que esse conceito é aceito como sinônimo de violência contra mulher porque, geralmente, o que se vê socialmente são homens aproveitando-se da sua condição social de dominador para praticar violência contra mulheres pela sua condição social de submissa. Já as mulheres, mesmo quando praticam atos de violência dirigidos aos homens, não o fazem, essencialmente porque acreditam que os homens devam ser obedientes e submissos a elas, mas sim por outros variados motivos.

Nesse sentido, o que se percebe é que a violência sofrida pelas mulheres é mais uma consequência das relações desiguais de gênero, que obedecem a uma ordem patriarcal. Por isso, quando se fala em violência de gênero, é muito difícil imaginar um homem como vítima, visto que as maiores vítimas desse sistema são as mulheres.

Por isso, para Saffioti (2001), a mulher que sofre violência não é, necessariamente, vítima da agressão, mas sim de um sistema que as submete a uma relação de dominação-exploração, que é exatamente a ordem patriarcal de gênero. A autora observa que esse sistema é tão fortalecido, de modo que ele funciona até mesmo sem a função do patriarca, quando delega funções para a esposa e a coloca na função de dominadora em relação aos filhos, por exemplo. Saffioti (2015) chama o exercício dessa função patriarcal da mulher de —síndrome do pequeno poderll. Nesse exercício, a mulher trataria os filhos de modo semelhante ao que era tratada pelo marido, utilizando-se, também da violência quando os mesmos manifestassem desobediência.

Saffioti (2001) resgata as contribuições de autoras feministas para o estudo e compreensão da violência de gênero, mostrando as diferentes percepções das estudiosas sobre esse fenômeno e fazendo contrapontos entre suas contribuições. Ela mostra autoras que abordavam essa temática na perspectiva de vitimização da mulher, como se fosse um fenômeno que não permitisse a resistência da mesma (perspectiva da qual Saffioti discorda, pois acredita na dificuldade que existe em colocar um fim na relação violenta, mas que isso não significa que a mulher não encontre meios de resistir às agressões) e autoras que acreditavam que as mulheres se tornavam cúmplices dos homens nesse fenômeno, mesmo com todo o conhecido histórico social da dominação masculina perante as mulheres (Saffioti acredita que essa postura tomada por autoras como Marilena Chauí e Maria Filomena Gregory era uma resposta às estudiosas que pregavam a vitimização).

A autora ainda chama a atenção para a importância da divisão de nomenclaturas que classifica violência de gênero, violência contra a mulher, violência doméstica e violência intrafamiliar, ressaltando que embora as três últimas estejam incorporadas na primeira, é importante demarcar essas denominações, visto que algumas resguardam exclusividades. Por exemplo: o termo violência contra a mulher contempla somente mulheres, principalmente adultas, enquanto violência de gênero engloba crianças, adolescentes, homens e mulheres. Para a autora, o uso dessa categoria é importante, visto que ela é a mais abrangente. Porém, como já foi elencado, no presente estudo trabalharemos com o termo —violência contra a mulher— visto que o Serviço Social da instituição não trabalha atendendo casos de violências sofridas por homens e nem é esse o foco do presente trabalho.

Nesse sentido, diante das estatísticas apresentadas e das contribuições teóricas expostas, é perceptível que a violência contra a mulher é um fenômeno multifacetado, que vem exigindo cada vez mais subsídios dos mais variados campos da sociedade, que vão desde a intervenção estatal, percorrem os espaços populares, nos quais a máxima —em briga de marido e mulher não se mete a colher— é recorrente, passam pelas mais variadas camadas do conhecimento e chegam aos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, o qual deve apropriar-se desse problema entendendo-o como uma refração da questão social que vem abarrotado de determinações econômicas, sociais e políticas.

### 3 A IMERSÃO NA REALIDADE PROFISSIONAL: A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE FORTALEZA/CE

"A nobreza de nosso ato profissional está em acolher aquela pessoa por inteiro, em conhecer a sua história, em saber como chegou a esta situação e como é possível construir com ela formas de superação deste quadro. Se reduzirmos a nossa prática a uma questão urgente, a uma questão premente, retiramos dela toda a sua grandeza, pois os deixam de considerar, neste sujeito, a sua dignidade humana".

(MARTINELLI, 2006, p.12)

A presente seção tem como intuito apresentar os resultados encontrados ao final da pesquisa de campo, bem como fazer a análise das descobertas feitas durante este processo. Como já explicitado nos capítulos anteriores, a pesquisa teve como objetivo geral investigar como vem se dando a atuação do Serviço Social junto às mulheres vítimas de violência, bem como os limites e possibilidades dessa atuação no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza.

Como fundamentado no capítulo anterior, a violência contra a mulher é um fenômeno social urgente e demanda a atuação de um profissional comprometido com o seu enfrentamento, entendendo-o também como uma expressão da questão social contemporânea. Como está expresso no Artigo 8, Alínea d do Código de Ética do Assistente Social, o profissional tem como dever —empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais (CFESS, 1993, p.31). Sabendo desses elementos, antes de adentrarmos propriamente o conteúdo das entrevistas realizadas e as suas respectivas análises, é necessário apresentar, ainda que de forma sucinta, o campo onde a pesquisa foi realizada.

O Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (JVDFCM) de Fortaleza foi fundado em dezembro de 2007<sup>45</sup>, instituído pela Lei N<sup>o</sup> 13.925<sup>46</sup>, de 26.07.07, publicada no Diário Oficial em 31.07.07, que criou os Juizados de

<sup>45</sup> Disponível em: < [http://www2.tjce.jus.br:8080/jmulher/?page\\_id=3](http://www2.tjce.jus.br:8080/jmulher/?page_id=3)> Acesso em: 22 jan.2018

<sup>46</sup> Disponível em: <<http://dh.sdh.gov.br/download/conferencias/legislacao-LGBT/CE.pdf>> Acesso em: 22 jan. 2018

Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas Comarcas de Fortaleza e de Juazeiro do Norte e deu outras providências.

A instituição é responsável por receber processos oriundos de denúncias de violência contra a mulher e viabilizar as medidas protetivas solicitadas pelas mesmas em um prazo de até 48 (quarenta e oito) horas. Também cabe ao juizado processar e julgar as ações cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Maria da Penha.

É necessário também situar qual é o espaço de atuação do Serviço Social na referida instituição. A profissão está inserida dentro de uma equipe multidisciplinar, composta também por profissionais da Psicologia, conforme exigência da Lei nº 11.340, que determina, em seu Art. 29, que a equipe deve ser integrada por profissionais capacitados dos campos jurídicos, psicossociais e da saúde. No entanto, como foi relatado, a equipe da instituição em questão é composta apenas pelo Serviço Social e pela Psicologia.

A equipe de Serviço Social do juizado é integrada por uma assistente social formada e com registro no Conselho Regional e por três estagiários (as) não obrigatórios, contratados pelo Tribunal de Justiça do Ceará via seleção do Instituto Euvaldo Lodi – IEL<sup>47</sup>. O grupo da Psicologia funciona de forma semelhante: uma profissional e três estagiários (as). A equipe multidisciplinar se divide entre os turnos: enquanto o Serviço Social atua majoritariamente no período da manhã, a Psicologia trabalha, em geral, no período da tarde. Para o CFESS (2012), o trabalho em conjunto com outras profissões deve ser reconhecido como uma importante experiência profissional e não deve conferir a dissolução das competências e atribuições privativas do (a) assistente social. Ao contrário disso, essa atuação coletiva —exige maior clareza no trato das mesmas e o cultivo da identidade profissional, como condição de potencializar o trabalho conjunto. (CFESS, 2012, p.64).

Neste sentido, tendo uma breve noção do espaço que o Serviço Social ocupa nessa instituição, é possível adentrar o conteúdo da pesquisa empírica. As idas a campo foram realizadas nos meses finais de 2017 e iniciais de 2018. Depois de várias ligações nas quais não fui atendida, tomei a iniciativa de ir até a instituição

---

<sup>47</sup> O IEL é uma instituição de consultoria que presta serviços de educação empresarial, gestão de empresas, dentre outros e promove a competitividade na indústria. Também trabalha na área de inovação empresarial e organiza seleções de profissionais e estagiários. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/iel/institucional/o-que-e-o-iel/>> Acesso em: 22 jan. 2018.

mesmo sem saber o seu horário de funcionamento e a sua dinâmica, porque imaginei que o telefone pudesse estar com algum defeito que impossibilitasse o contato. Dessa forma, a primeira visita foi feita no dia 27 de setembro de 2017, no período da tarde. Nesse dia, registrei as primeiras impressões sobre o local. Notei, principalmente aspectos sobre sua estrutura física, que é relativamente boa quando comparada a outras instituições públicas. Embora não tenha adentrado todos os espaços, percebi uma recepção ampla, na qual ficavam alguns policiais e as pessoas que aguardavam atendimento, uma anti-sala de espera, salas de atendimento da Equipe Multidisciplinar e, no andar de cima, algumas outras salas de setores administrativos e jurídicos.

Nessa primeira visita, conversei com a diretora administrativa do JVDFCM, informei sobre os objetivos da pesquisa, sobre como seria basicamente a rotina das visitas e, principalmente, sobre o desejo de realizar a pesquisa na instituição. Ela informou que seria necessário conversar com o Serviço Social, visto que seria a atuação desse setor o objeto a ser pesquisado e, nesse sentido, também deveria conceder a autorização.

Depois de alguns dias, retornei a instituição e conversei com a Assistente Social, a qual concordou com a pesquisa e deu permissão para iniciá-la. A partir daí começou a fase mais prazerosa desta trajetória: o mergulho na realidade. O mês de outubro de 2017 foi apenas de observação. Foram feitas três visitas nesse período apenas com o intuito de observar a dinâmica institucional, o volume de trabalho, as condições, as demandas para o Serviço Social, dentre outros aspectos.

Durante as visitas nesse mês, acompanhei, também, alguns atendimentos realizados pela equipe junto às vítimas, com o devido consentimento delas e do Serviço Social, obviamente. Esse acompanhamento foi muito importante, porque pude ver de perto como a atuação se materializava cotidianamente, como eles se organizavam entre relatórios, atendimentos, demandas burocráticas e outros afazeres. No que se refere a isso, percebi uma equipe comprometida e bem articulada, consciente do poder da sua atuação para com aquelas mulheres e da necessidade de problematização do que era relatado por elas.

As entrevistas foram realizadas com a assistente social e dois dos três estagiários (as) que atuam na instituição. Os seus respectivos nomes foram omitidos, com o intuito de preservar o sigilo de suas identidades. Nesse sentido, iremos nos reportar a eles como —Assistente Socialll, —Estagiário (a) 01l e —Estagiário

(a) 02II. Antes de nos debruçarmos sobre esse conteúdo, é necessário fazer uma breve caracterização desses sujeitos, iniciando pela profissional, que, acreditamos ser a mais importante dentre os sujeitos entrevistados, tendo em vista que já é formada e tem uma vasta experiência de campo.

Sobre isso, o coletado foi que a profissional tem 44 anos de idade e 20 anos de profissão, tendo concluído a graduação em 1997, na Universidade Estadual do Ceará – UECE. Na instituição, a mesma soma sete anos de atuação, tendo iniciado sua trajetória no JVDFCM no ano de 2011, quando veio transferida de Juazeiro do Norte/CE para Fortaleza. É válido ressaltar também que a mesma foi contratada para o cargo de analista judiciária, via concurso público e tem uma renda superior a R\$ 7.000,00, remuneração que é considerada boa tendo em vista a conjuntura atual. Antes de passar a exercer o cargo no Juizado, a profissional atuou de 1998 à 2006 na prefeitura do município de Eusébio/CE e logo depois foi cedida para a prefeitura de Fortaleza.

O (a) Estagiário (a) 01 tem 21 anos, é estudante da UECE, estagia há sete meses no juizado, de forma remunerada, recebendo uma bolsa de estágio de aproximadamente R\$ 900,00 por mês, tendo ingressado via seleção pública do IEL e tendo estagiado anteriormente no Centro de Atenção Psicossocial da Regional II – CAPS. O (a) Estagiário (a) 02 tem 22 anos, é também estudante da UECE, atua também há sete meses e recebe o mesmo valor que o (a) estagiário (a) 01 no que se refere a bolsa de estágio, tendo estagiado no Núcleo de Atendimento Médico Integrado –NAMI da Universidade de Fortaleza –UNIFOR por dois anos e como voluntário no Instituto Intervalo por três anos.

As entrevistas foram realizadas através de um roteiro previamente estruturado, dividido em três eixos<sup>48</sup>. Por ser uma entrevista semi-estruturada proporcionava abertura para realização de novos questionamentos conforme as direções que esse processo fosse seguindo. Apesar do roteiro de entrevista ser dividido em três eixos, as análises aqui desenvolvidas se segmentaram em quatro: a primeira se refere a questão social e violência contra mulher, a segunda refere-se ao cotidiano do Serviço Social na instituição, a terceira à interlocução entre campo e academia e os rebatimentos dessa relação para a atuação profissional e, por fim, a

---

<sup>48</sup> O roteiro de entrevista dividiu-se em três eixos: identificação; gênero e violência contra mulher; e atuação profissional e instrumentalidade.

última se refere ao objeto central desta pesquisa: instrumentalidade e articulação de suas três dimensões.

### 3.1 QUESTÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Neste eixo, foram levantadas questões sobre a compreensão de questão social dos (as) entrevistados (as), a relação entre questão social e violência contra a mulher, a articulação entre relações de gênero e violência contra a mulher e sobre a atuação da rede de atendimento à mulher que sofre violência em Fortaleza.

Quando perguntados sobre o entendimento de questão social, tanto a Assistente Social como estagiários entoaram uma definição semelhante a de Yamamoto (1998), afirmando que esse conceito se refere às questões que se formam na contradição entre capital e trabalho. Yamamoto (1998) define em sua obra —O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional, a questão social como um aglomerado de expressões decorrentes das desigualdades do sistema capitalista, que tem como fundamentos comuns os seguintes elementos: —a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1998, p.27).

Ainda sobre isso, destacou-se a resposta da Assistente Social que aprofundou e já articulou à atuação profissional do Serviço Social, afirmando que entende a questão social como a expressão de uma mazela, decorrente da desigualdade entre capital e trabalho, que ocasiona vários problemas de vulnerabilidade social principalmente para as pessoas que estão à margem dessa organização social, os quais são os principais sujeitos da atuação do Serviço Social.

Quando arguidos sobre a relação entre questão social e violência contra a mulher, eles citaram a estrutura societária, o entendimento como questão de saúde pública e a subordinação feminina. No entanto, explicitaram a compreensão de que não podem fazer o recorte dessa mazela como algo exclusivamente relacionado à classe social. Sobre isso, a Assistente Social afirma:

É aquela coisa, né... A violência contra a mulher no sentido mesmo da expressão da cultura machista, né, de toda uma questão do patriarcado e tudo, ela não escolhe classe social no sentido de que ela pode acontecer tanto com aquela mulher que tá lá no topo da pirâmide vamos dizer assim como com aquela mulher que tá na favela, que tá né, desprovida de saúde, de tudo, agora claro que tem aí o cruzamento, porque se a gente pega o nosso público aqui do juizado da mulher, se a gente faz o perfil, a maioria

que vai aparecer são mulheres, né, de baixa renda e enfim... que estão numa camada social menos favorecida. Isso quer dizer que isso só acontece com elas? Não. Isso quer dizer que muito provavelmente elas denunciam mais e existem outras questões que estão relacionadas também com essa violência, né, ou que fazem parte dessa questão social que a gente já falou antes, mas que a gente não pode fazer esse corte da violência doméstica simplesmente com a questão de classe vamos dizer assim (Assistente Social).

Através da fala da referida entrevistada, é possível apreender que a mesma entende a questão da classe social como uma das variáveis relacionadas ao fenômeno da violência contra a mulher. No entanto, frisa que não é possível fazer esse recorte exclusivo de classe, pois essa é uma problemática que atinge diversas camadas da sociedade, sendo apenas potencializada pela referida variável. Já Biroli e Miguel (2015) chamam atenção para a necessidade de associação das variáveis gênero, classe e raça para compreensão das desigualdades inerentes a cada uma. Sobre isso, apontam:

A dissociação dessas variáveis pode levar a análises parciais, mas principalmente a distorções na compreensão da dinâmica de dominação e dos padrões das desigualdades. Uma análise focada nas relações de classe pode deixar de fora o modo como as relações de gênero e o racismo configuram a dominação no capitalismo, posicionando as mulheres e a população não-branca em hierarquias que não estão contidas nas de classe, nem existem de forma independente e paralela a elas. Reduz, com isso, sua capacidade de explicar as formas correntes de dominação e os padrões de desigualdade. Do mesmo modo, uma análise das relações de gênero que não problematize o modo como as desigualdades de classe e de raça conformam o gênero, posicionando diferentemente as mulheres nas relações de poder e estabelecendo hierarquias entre elas, pode colaborar para suspender a validade de experiências e interesses de muitas mulheres. Seu potencial analítico assim como seu potencial transformador são, portanto, reduzidos (BIROLI; MIGUEL, 2015, p.29).

Ainda sobre a relação entre questão social e violência contra a mulher, os (as) estagiários (as) indicaram:

[...] a violência contra a mulher é uma questão de saúde pública, né? Foi caracterizada pela ONU como uma questão de saúde pública, né? Porque as mulheres, além de sofrerem violência, elas desenvolvem vários transtornos, tanto mentais, como doenças físicas, e assim, a mulher, ela tá inserida em vários âmbitos da questão social. Várias expressões da questão social acometem ela. Tanto pela questão de... Muitas mulheres aqui são de classe baixa. Muitas vezes a gente liga pra uma mulher pra marcar um atendimento e elas não têm nem o dinheiro da passagem, pra custear uma passagem... A gente atende muitas mulheres, muitas mães, idosas, que têm filhos usuários de drogas, que sofrem violências por esses filhos [...] São muitas expressões mesmo, tanto a questão financeira, como a questão do trabalho, são diversas mesmo, a questão das drogas é muito clássico nos casos (Estagiário (a) 01).

[...] a questão social tá totalmente atribuída a forma societária que nossa sociedade foi formada, na sociedade patriarcal, machista [...] e a violência

contra a mulher é reflexo disso, tendo em vista que as mulheres, num ramo de trabalho, elas sempre foram colocadas como periféricas e quando inseridas no mercado de trabalho sempre foram inseridas no âmbito de rebaixamento e aí, isso é uma proposta do capital que é atribuído e reproduzido por nós (Estagiário (a) 02).

É possível perceber que os (as) entrevistados (as) têm uma ampla compreensão sobre questão social e sobre o porquê da caracterização da violência contra a mulher como uma de suas expressões. Em suas falas, argumentam citando vários elementos importantes para esse entendimento, como a classe social, a apreensão dessa mazela como um assunto de saúde pública, a estrutura societária e a questão cultural do machismo e do patriarcado. Alguns dos elementos supracitados são contemplados por Lamamoto (2013, p.330) quando ela afirma que —a questão social é indissociável da sociabilidade da sociedade de classes e seus antagonismos constituintes e que ela —condensa múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais.

Quando perguntados se acreditam que exista articulação entre relações de gênero e violência contra a mulher, eles foram unânimes. Todos informaram acreditar que estas questões estejam ligadas intrinsecamente. A Assistente Social foi enfática ao afirmar que as relações de gênero são relações de poder, e que, na nossa sociedade, esse poder privilegia o masculino em detrimento do feminino. Ela também acredita que isso esteja atrelado a uma cultura patriarcal e machista que é histórica, e que mesmo com todos os avanços da mulher, atualmente ainda existe a desigualdade e a discriminação, com a violência aparecendo como expressão mais severa disso tudo.

Já o (a) Estagiário (a) 01, relacionou a pergunta feita com a própria atuação dentro da instituição. Para ele (a), as relações de gênero aparecem, principalmente, nos casos onde as mulheres solicitam desistência da medida protetiva contra o agressor em decorrência de terem retomado o relacionamento, — não lembrando (ou realmente não tendo o conhecimento) do que são as desigualdades de gênero, do patriarcado enraizado na sociedade, do fato de que os homens as veem como objetos que devem ser obedientes a eles e etc. —. Para ele (a), as mulheres tomam para si essa culpa e esquecem qual a caracterização que os homens atribuem a elas.

O (a) Estagiário (a) 02 também deixou claro que acredita nesta articulação e atribuiu isso também ao patriarcado, que definiu as formas de criação distintas entre homens e mulheres, hierarquizando os valores que eram ensinados a cada um. Nesta direção, por causa desse sistema hierárquico e deste desequilíbrio entre ambos, a violência passou a se manifestar como forma de reafirmar o poder masculino.

Para Lisboa (2005), esta articulação é intrínseca tendo em vista a caracterização das relações de gênero como relações de poder, nas quais prevalece a dominação masculina e a submissão feminina, como mencionado na fala da Assistente Social. O pensamento da autora supracitada também contempla a fala do (a) Estagiário (a) 02, ao afirmar que os -padrões de comportamento foram incutidos ao longo de um processo sociocultural e civilizatório, através de uma educação diferenciada para homens e mulheres (LISBOA, 2005, p. 201). Além disso, alega que essa imposição de padrões foi um fator que se sobressaiu na definição de estereótipos. Costa (2013) também reitera essa articulação ao afirmar que

A violência contra a mulher é determinada por aspectos sociais e culturais que definem e legitimam lugares, direitos, deveres e papéis diferenciados para mulheres e homens, embasando a desigualdade de gênero presente historicamente na sociedade (COSTA, 2013, p.138).

Nesse sentido, se apreende que as relações de gênero fornecem elementos históricos e culturais que acabam por motivar as ações violentas dos homens em direção às mulheres. A cultura machista propaga o masculino como forte, bravo, corajoso e superior ao feminino, considerando natural utilizar das três primeiras características para comprovar a última.

Sobre a atuação da rede de atendimento à mulher em situação de violência, os entrevistados concordaram com o fato de que a rede tem grande relevância e que é fundamental para o enfrentamento dessa problemática, mas reconheceram que a mesma se encontra sucateada pela falta de incentivo financeiro e, principalmente, político. Nesse sentido, acreditam que a sua atuação seja comprometida por tais questões. Sobre isso, destaca-se a fala do (a) Estagiário (a) 02:

Teoricamente é muito bom, por que, teoricamente, a mulher, ela é amparada em todos os sentidos, tanto no sentido social, como psicológico, jurídico, financeiro e a questão do abrigo... Porém, ainda é muito falho aqui em Fortaleza, por que existem poucos órgãos da rede, por exemplo: só existem dois abrigos, só existe um Juizado da mulher, só existe um Centro de Referência da Mulher, existem poucas instituições que acolhem essas mulheres. Então, assim, na teoria, que é o que a lei prevê, que precisa ter

uma ramificação pra que essa mulher seja amparada em todos os sentidos ela é ok. Porém com a falta de incentivo financeiro da nossa atual gestão aqui de Fortaleza, que não é colocado novos investimentos pra abertura de novas instituições que possam participar dessa rede, não funciona (Estagiário (a) 02).

Para compreender a fala do (a) entrevistado (a), é preciso entender que a Rede de Enfrentamento a violência contra a mulher é formada por um conjunto de instituições que tem como intuito prevenir e combater essa mazela. Fazem parte desse equipamento a Delegacia da Mulher, a Defensoria Pública, o Juizado da Mulher, os centros de referência, as casas abrigo, entre outras instituições. Como foi supracitado, pelo que prevê a lei, a mulher deveria ser amparada em todos os aspectos, mas devido a atual conjuntura que tem deixado os órgãos públicos cada vez mais precarizados, essa articulação vem se tornando gradualmente mais difícil.

Hanada; D'oliveira; Schraiber (2010) apontam as condições de trabalho como manifestações do sucateamento da rede, quando afirmam:

Em todas essas categorias de serviços, os diferentes profissionais se deparam com falta de capacitação no tema, limites para o trabalho, precariedade material e dificuldades e ambiguidades das mulheres em contar sobre e lidar com a violência sofrida (HANADA; D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2010, p. 36-37).

Para Czapki (2012) o sucateamento da rede também se coloca como um desafio ao trabalho do Serviço Social, já que a falta de articulação entre as instituições acaba tornando o trabalho individual mais complexo e prejudica o atendimento de forma integral à mulher vítima de violência, como foi mencionado pelo (a) Estagiário (a) 02. Lisboa e Pinheiro (2005) também enxergam isso como um desafio quando afirmam:

As dificuldades presentes no cotidiano dos profissionais, em razão de não possuírem uma rede de proteção para as mulheres atendidas, acaba gerando outros tipos de relações. Quando os profissionais necessitam articular os serviços oferecidos, acabam acessando a rede através de relações de amizade ou coleguismo, e não como deveria ser, como garantia de direito (LISBOA; PINHEIRO, 2005, p.201).

Sobre o que poderia ser melhorado nesse mecanismo, a Assistente Social informou acreditar que existem vários aspectos a serem aperfeiçoados e citou como exemplos a própria estrutura física das instituições e a força de trabalho. Já o (a) Estagiário (a) 01 afirmou que o acompanhamento após a denúncia deveria ser mais integrado. Porque muitas vezes a equipe atende a uma determinada mulher e não tem mais notícias sobre o desenrolar de sua história, sobre como ficou a sua situação, se a rede está conseguindo lhe auxiliar e etc. O (a) Estagiário (a) 02

acredita que para essa atuação melhorar de fato, deveria haver mais incentivo político e financeiro para abertura de novas instituições que integrem a rede.

Embora nenhum dos entrevistados tenha sugerido – claramente – a melhoria na própria articulação da rede, os elementos elencados por eles também indicam que a integração entre as instituições deva ser mais próxima.

Quando questionados sobre a contribuição da sua formação profissional para atuação junto às mulheres em situação de violência, suas respostas divergiram um pouco. A Assistente Social respondeu que acredita que sim, já que na sua graduação ela já estudava essa temática, integrou laboratórios que tinham essa questão como objeto de estudo e também teve categoria gênero como uma das centrais em seu trabalho de conclusão de curso. No entanto não citou as disciplinas, ou algo que partisse de dentro do próprio curso como relevante para essa atuação.

Já para os (as) estagiários (as) a pergunta foi um pouco diferente, visto que eles ainda estão em processo de formação. Nesta direção, o (a) Estagiário 01 afirmou que a formação dá bases para que se perceba os aspectos sociais da vida das mulheres que a equipe atende, a questão da habitação, a questão da saúde e do bem-estar, e outros aspectos que são trabalhados na academia e fornecem embasamento para atuação no campo.

O (a) Estagiário (a) 01 afirmou que acredita que a formação contribui de forma significativa para a intervenção no campo e incluiu laboratórios de pesquisa e outros ambientes extra-sala de aula como espaços de formação profissional que contribuem para a atuação junto a essas mulheres, tendo em vista que eles também influenciam o seu olhar sobre a sociedade e são responsáveis pelo profissional que ele (a) irá se tornar. Sobre isso, afirmou:

Eu acho que permite que a gente veja mais o que está ardeado dessa mulher, a questão da habitação dessa mulher, a saúde que de uma forma ou de outra tá inserida. A gente percebe que essa mulher não está só sofrendo a violência, ela tá passando por dificuldade na saúde e em diversos outros âmbitos e aí a formação acadêmica, esses congressos que há na academia mostram uma visão mais abrangente dessas mulheres, como vai ter agora na UECE uma palestra sobre a violência contra a mulher nas universidades, acho que permite que a gente tenha um visão mais abrangente, que aqui no campo a gente tem a prática, mas a formação na academia dá esse embasamento teórico pra gente (Estagiário (a) 01).

O (a) Estagiário (a) 02 também incluiu as experiências extra-sala, referindo que as vivências proporcionadas por estes espaços permitem um olhar

crítico e aguçado sobre a realidade através do qual é possível perceber que as mulheres ali atendidas estão inseridas em um contexto social, que elas têm –rosto, cor e classe social (Estagiário (a) 02). Também compreende que não são apenas estas a quem se refere que sofrem violência, mas acredita ser inegável que o fato de que essas questões predominam quando no tocante a esta problemática. Sobre as contribuições da formação acadêmica para essa atuação, ele (a) afirmou:

Nós que estudamos, nosso objeto de estudo é essa questão social, a gente já vai pro atendimento com um novo olhar, um olhar mais crítico, principalmente entendendo o contexto social que essa mulher que tá inserida, essa mulher que tem rosto, que tem cor, que tem classe social essa mulher que sofre violência, principalmente aqui em Fortaleza [...] com esse olhar que o Serviço Social traz, que é pra trazer pelo menos, esse olhar crítico que a gente tem, ele influencia bastante e tanto a minha formação quanto meus objetos de estudos, o grupo de estudos, o laboratório que eu faço parte, todo esse envolvimento e olhar crítico sobre o neoliberalismo, sobre a questão do trabalho, sobre a questão principal que o capitalismo vem trazendo, essa mentalidade forjada de que o sujeito, o ser social ele não precisa de direitos, que ele só tem que ter deveres, isso contribui bastante [...] principalmente aqui no nosso Serviço Social, que somos três estagiários, nós somos uma linha de pesquisa e pensamento e isso vai se complementando e isso influencia completamente (Estagiário (a) 02).

As divergentes respostas refletem as distintas concepções a respeito do que comporta a formação profissional e do que é importante para a atuação junto a esse público específico. A Assistente Social considera a sua participação em laboratórios que trabalhavam a temática de gênero como importante para sua atuação porque, de fato, esse é um tema inerente a intervenção nesse campo. Já o (a) Estagiário (a) 01, embora não tenha tido essa aproximação, cita outros elementos debatidos na academia como contribuintes para atuação nesse campo, compreendendo que não basta ter apropriação do debate de gênero para atuar nesse espaço, os outros elementos também são importantes. Já o (a) Estagiário (a) 02 reconhece o valor da formação crítica, que aguça o olhar e permite uma observação minuciosa da realidade social das usuárias.

Ao serem perguntados se consideram que a formação profissional é suficientemente preparatória para a intervenção junto às múltiplas expressões da questão social, eles também divergiram em alguns pontos. A Assistente Social afirmou que sim, considera, mas com algumas ressalvas. A mesma citou que não se sente totalmente confortável para falar sobre isso porque não tem propriedade sobre

o currículo atual, mas que, quando se formou, há vinte anos, sentiu que era preparatória o suficiente, embora com algumas pequenas falhas, como a questão do estágio<sup>49</sup>.

O (a) Estagiário (a) 01 informou que sim, mas ressaltou a necessidade de buscar sempre a renovação através de novas leituras, porque as demandas surgem a todo o momento, e citou o processo neo-desenvolvimentista como um fator potencializador desse surgimento de novas requisições para o Serviço Social. Já o (a) Estagiário (a) 02 informou que a formação —pincelall tudo o que pode ser considerado expressão da questão social, mas não prepara suficientemente para essa intervenção, até porque isso seria impossível, tendo em vista a multiplicidade de refrações e as nuances que cada uma assume.

De fato, é preciso considerar o que diz o (a) Estagiário (a) 02 sobre a multiplicidade de expressões da questão social. Acrescentaria ainda que, além dessas serem muitas, se reconfiguram e redimensionam a todo o momento em razão de um processo de favorecimento do capital produtivo por parte das políticas governamentais já mencionado por Iamamoto (2013). A intelectual aborda isso quando afirma:

A hipótese é que, na raiz da -questão sociall na atualidade, encontram-se políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições, mercados financeiros e empresas multinacionais, enquanto um conjunto de forças que captura o Estado, as empresas nacionais e o conjunto das classes e grupos sociais, as quais passam a assumir os ônus das chamadas -exigências dos mercadosl. Existe uma estreita relação entre a responsabilidade dos governos nos campos monetário e financeiro e a liberdade dada aos movimentos do capital transnacional para atuar, no país, sem regulamentações e controles, transferindo lucros e salários oriundos da produção para se valorizarem na esfera financeira. Esse processo redimensiona a -questão sociall na cena contemporânea, radicalizando as suas múltiplas manifestações (IAMAMOTO, 2013, p.332).

Nesse sentido, com o redimensionamento e a radicalização da questão social, é compreensível que a formação acadêmica não prepare isoladamente para intervenção junto a cada expressão, no entanto, talvez o seu intuito não seja preparar para cada especificidade, mas sim fornecer elementos teórico-metodológicos e ético-políticos que permitam fazer uma leitura da realidade social relacionando criticidade e sensibilidade para intervir junto a cada faceta da questão social. Vale mencionar também que o essencial é compreender a relação que há

---

<sup>49</sup> A entrevistada informou que não acredita que a formação prepare o profissional para a supervisão de estágio.

entre essas expressões: todas tem a mesma raiz, a contradição entre capital e trabalho. No caso da violência contra mulher, essa contradição fundante se apropria e torna mais agudas as desigualdades de gênero, originadas na relação patriarcal.

Isso é perceptível ao analisar o que dizem as Diretrizes Curriculares de 2002. A articulação proposta por esse documento tem vistas a preparar o profissional para intervir em qualquer campo, junto a qualquer expressão da questão social. Segundo Netto (1999), as diretrizes sempre tiveram como objetivo principal formar um profissional apto a dar respostas eficazes ao enfrentamento das refrações da questão social já conhecidas e, também, às que vinham surgindo na contemporaneidade. Para concretizar tal objetivo, as diretrizes buscaram dar ao novo currículo um aspecto teórico e metodológico mais rigoroso fundamentado na teoria social crítica. Iamamoto (2014) também aponta a proposta das diretrizes quando afirma:

O conteúdo da formação está sustentado em três núcleos temáticos, o que representa uma inovação na maneira de pensar a formação acadêmica. São eles: a) Núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da vida social; b) Núcleo dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do significado do Serviço Social no seu âmbito; c) Núcleo dos fundamentos do trabalho profissional, abrangendo elementos constitutivos do Serviço Social enquanto especialização do trabalho: trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado (IAMAMOTO, 2014, p.620).

Sendo assim, é possível compreender que, mesmo com o redimensionamento da questão social e com as outras questões elencadas nas falas dos (as) entrevistados (as), se dentro das instituições de ensino superior a formação estiver atendendo aos princípios das diretrizes, ela estará sendo suficientemente preparatória para intervenção junto às mais diversas expressões da questão social. Tomando como ponto de partida o fato de o curso de Serviço Social da UECE figurar como um dos melhores<sup>50</sup> do país, acredita-se que a formação nessa instituição venha obedecendo aos ditames das Diretrizes Curriculares de 2002.

---

<sup>50</sup> O curso de Serviço Social da UECE foi considerado, em 2012, um dos melhores do país segundo Ranking Universitário Folha – RUF. A pesquisa se baseou, principalmente, na aceitação dos cursos por parte das instituições no mercado de trabalho. Disponível em: < <https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2012/09/05/noticiafortaleza,2913747/onze-cursos-da-ufc-e-nove-da-uece-estao-entre-os-melhores-do-pais-apo.shtml> > Acesso em 5 de fev. 2018.

### 3.2 O COTIDIANO DO SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO E OS PRINCIPAIS DESAFIOS À ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Vários autores afirmam não existir data específica que demarque historicamente o início da inserção do Serviço Social no campo sóciojurídico. Mas, de acordo com Yamamoto e Carvalho (1982), o Juízo de Menores no Rio de Janeiro foi um dos primeiros espaços sócio-ocupacionais integrados pelo Serviço Social, o que leva a pensar que essa inserção teve início já no período de institucionalização da profissão. Àquela época, a questão social ainda era —caso de polícia e cresciam gradativamente as questões relacionadas à delinquência infanto-juvenil, ocasionando a intervenção estatal, tornando uma situação política, e demandando a intervenção do Serviço Social.

No entanto, vale mencionar que, mesmo este sendo um dos primeiros campos de atuação da profissão, as atividades desempenhadas nele ainda não correspondiam ao que realmente se conhece como atribuições do Serviço Social, como afirma Fávero (2003):

Ainda que o meio sócio-jurídico, em especial o judiciário, tenha sido um dos primeiros espaços de trabalho do assistente social, só muito recentemente é que particularidades do fazer profissional nesse campo passaram a vir a público como objeto de preocupação investigativa. Tal fato se dá por um conjunto de razões, das quais se destacam: a ampliação significativa de demanda de atendimentos e de profissionais para a área, sobretudo após a promulgação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; a valorização da pesquisa dos componentes dessa realidade de trabalho, inclusive pelos próprios profissionais que estão na intervenção direta; e, em consequência, um maior conhecimento crítico e valorização, no meio da profissão, de um campo de intervenção historicamente visto como espaço tão somente para ações disciplinadoras e de controle social, no âmbito da regulação caso a caso (FÁVERO, 2003, p 10-11).

Vale ressaltar ainda que, durante muito tempo a vinculação entre a profissão e o campo jurídico esteve restrita a atuação junto aos chamados -menores delinquentes<sup>51</sup>, mas com o passar dos anos e com os processos que se desdobraram na sociedade e na categoria, essa área de atuação foi se redimensionando e hoje é um espaço bem demarcado pela profissão, que atua nos fóruns, juizados especializados, secretarias de justiça, em centros socioeducativos e em instituições do sistema penitenciário.

---

<sup>51</sup> Termo em desuso. Atualmente é utilizado pelo senso comum para se referir a crianças e adolescentes que cometeram atos infracionais. No entanto, o Serviço Social não se apropria deste termo tendo em vista que ele acaba por estigmatizar esses jovens.

Uma das instituições onde o Serviço Social está presente no âmbito do sóciojurídico é o JVDFCM, atuando junto à temática da violência contra mulher. Nesse sentido, a pesquisa buscou desvendar como é o cotidiano profissional dentro dessa instituição, levantando questionamentos a respeito das demandas que chegam, dos tipos de caso atendidos, dos encaminhamentos realizados, do perfil das usuárias atendidas, dos instrumentais utilizados, do nível de autonomia profissional, da materialização da interdisciplinaridade, entre outros aspectos a serem debatidos em todo o capítulo.

Sobre as atividades e demandas do Serviço Social dentro da instituição, a fala da Assistente Social englobou os elementos citados por todos os sujeitos da pesquisa. Primeiramente, situou onde o trabalho do Serviço Social se insere nesse espaço sócio-ocupacional, informando que ele atua, juntamente com a psicologia, dentro da equipe multidisciplinar prevista pela Lei Maria da Penha e que ambas as profissões realizam trabalhos muito similares, embora tenham objetos de estudo diferentes. A mesma também explicou qual é a principal frente de trabalho da profissão dentro da instituição, conforme consta no trecho a seguir:

Então assim, a demanda que vem pra gente é uma demanda que é da realidade do judiciário. É um juizado da mulher, da violência doméstica e familiar contra a mulher, então aqui entram processos que a mulher denuncia, é... Prestam b.o (boletim de ocorrência), registram b.o na delegacia da mulher, pede medida protetiva e vem pra cá porque quem aprecia é a juíza, né, ela vai julgar se essa mulher vai ter ou não essa medida [...] Então nosso trabalho, mais especificamente falando como Assistente Social, mas é um trabalho muito similar e praticamente assim, o mesmo trabalho da Assistente Social e da Psicóloga, que é, tratar desses processos que a juíza precisa de assessoria. Se ela precisa de assessoria para uma definição, uma decisão, ela manda esse processo, existe um sistema né, informatizado, e existe uma fila, então ela manda esse processo para a equipe, a gente aloca esse processo né, no sentido de se responsabilizar por ele, eu aloco uns, a psicóloga outros... Por conta mesmo de um volume muito grande, não tem como a gente pegar o mesmo processo, pra se fazer a real interdisciplinaridade, no sentido de discutir o caso. Ela pega os casos dela, eu pego os meus e aí a gente vai abrir aquele estudo, aí vai depender de cada caso, mas a gente escuta a pessoa, pode ser atendida aqui, a gente pode fazer visita domiciliar, a gente pode escutar mais de um membro da família. Enfim, terminado o estudo, a gente escreve o relatório e se posiciona com o parecer técnico, né. E aí devolve para que a juíza se manifeste. Essa é uma das frentes do nosso trabalho, que o é o que a gente chama de demanda judicial (Assistente Social).

Além disso, tanto a Assistente Social como ambos (as) os (as) estagiários citaram principais demandas que chegam até eles (as): atendimento às mulheres que solicitam medida protetiva; atendimento àquelas que solicitam arquivamento da medida protetiva; assessoramento à juíza quando ela necessita de posicionamento

de outros profissionais a respeito de determinados casos; encaminhamentos à outras instituições; ações socioeducativas em colégios, praças, terminais e outras instituições; realização de estudo social e parecer social, realização de grupos com socioeducativos com as usuárias atendidas, realização de relatórios para construção do perfil das usuárias atendidas e do número de casos atendidos durante o ano, dentre outras atividades.

Algumas das atividades relatadas pelos (as) entrevistados (as) são elencadas na cartilha do conjunto CFESS-CRESS (2014) como atribuições privativas do Assistente Social no campo sóciojurídico. Além das atividades citadas, a cartilha lista atribuições como estudos e perícias sociais; atendimento e orientação ao público; acompanhamento social dos promoventes e promovidos de processos; participação em audiências, no intuito de contribuir com opinião técnica; planejamento, execução e avaliação de projetos inerentes ao serviço social das instituições nas quais atuam; desenvolvimento e assessoramento de pesquisas, projetos, programas e atividades relacionadas à prática profissional dos/as assistentes sociais, no âmbito do Poder Judiciário, dentre outras atividades.

Sobre qual o perfil das usuárias atendidas, a Assistente Social repassou o último relatório feito pela equipe, no qual constam todos os dados que compõem esse perfil, mas informou que pelo que observa, a maioria são mulheres de baixa renda, mas que têm uma renda e não dependem financeiramente do companheiro; com uma escolaridade variante entre ensino médio completo ou incompleto e que na maioria das vezes sofreu mais de um tipo de violência, tendo o marido como principal agressor. Os (as) estagiários (as) também relataram esse mesmo perfil, acrescentando o fato de que a maioria das mulheres tem entre 29 e 50 anos.

Ao acompanhar alguns atendimentos durante a pesquisa de campo e também ao analisar rapidamente alguns instrumentais que continham informações a respeito do perfil das usuárias, percebi essas mesmas representações. Uma pesquisa do Datasenado<sup>52</sup>, já citada aqui, comprova alguns traços desse perfil sugerido pelos (as) entrevistados (as), entre eles, a questão das vítimas sofrerem mais de um tipo de violência e terem o marido como principal agressor.

---

<sup>52</sup> Ver tópico 1.2 do presente trabalho.

Quando questionados sobre quais são os tipos de casos que atendem, todos (as) deram, basicamente, a mesma resposta: casos familiares, nos quais ressaltaram que os casos de agressores irmãos são maioria, nas quais, na maior parte das vezes, a questão patrimonial é a causadora do conflito; casos afetivos, nos quais o agressor é o cônjuge, companheiro, namorado e etc.; e também casos homoafetivos, os quais são minoria, mas também aparecem, visto que, como afirma Safiotti (2015) violência de gênero concerne, preferencialmente às relações homem-mulher, mas não se exclui a possibilidade de haver violência de gênero entre duas mulheres ou mesmo entre dois homens.

Sobre a realização de encaminhamentos, informaram que são feitos e citaram as seguintes instituições: Centro de Referência da Mulher – CRM, Núcleo de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar – NUDEM, Faculdade Integrada do Ceará Estácio de Sá – FIC, Clínica de Psicologia da UFC, Alcoólicos Anônimos – AA<sup>53</sup>, CAPS e Coordenadoria Especial de Políticas sobre Drogas – CPDrogas.

Os (as) entrevistados (as) também foram questionados sobre como eles caracterizavam o trabalho do Serviço Social na instituição. Sobre isso, a Assistente Social informou que é um trabalho desafiador, baseado na reflexão e orientação sobre a violência doméstica, direcionado especificamente para as mulheres, na perspectiva de fazê-las compreender esse problema como algo que é histórico, cultural e passado de geração em geração. Também o considera um trabalho que visa o empoderamento feminino, que procura mostrar às usuárias que só o fato de já estarem ali, de procurarem a lei, é algo que faz delas sujeitos de superação.

A Assistente Social ainda ressaltou que a equipe não trabalha na perspectiva de tratar as mulheres agredidas somente como vítimas, que isso é uma visão do olhar jurídico, mas que o Serviço Social tenta enxergá-la como um sujeito de direitos e um sujeito de superação daquela situação, compreendendo que pra isso é necessário um suporte familiar, social, psicológico e jurídico.

O (a) Estagiário (a) 01 afirmou que é um trabalho bem respeitado dentro da instituição, quando comparado à outra instituição onde estagiou, na qual o

---

<sup>53</sup> A Assistente Social pontuou que a maioria desses encaminhamentos realizados para o CPDrogas são solicitados pela juíza, porque há um grande número de casos nos quais é notado que o agressor faz uso desse tipo de substância. Nesta direção, eles encaminham para as instituições possíveis.

Serviço Social era subestimado e acabava por realizar tanto suas atribuições privativas quanto tarefas de outras profissões.

Já o (a) Estagiário (a) 02 informou que considera esse trabalho essencial e que exige muita responsabilidade, tendo em vista a atual conjuntura do Juizado, caracterizada pela grande demanda de processos e o pequeno número de profissionais capacitados para abrangê-los. O (a) Estagiário (a) também acrescentou que acredita que o trabalho é bastante respeitado na instituição, tendo em vista que a juíza requisita com bastante frequência o parecer do Serviço Social para reforçar, ou até mesmo para influenciar suas decisões. Para o (a) entrevistado (a), esse reconhecimento é resultado de um trabalho feito com muita responsabilidade e comprometimento com os direitos dos usuários.

Através da análise da narrativa dos (as) entrevistados (as) o que se percebe é que os apontamentos feitos pela Assistente Social e alguns dos aspectos levantados pelo (a) Estagiário (a) 02, de fato, foram perceptíveis durante a observação do cotidiano da profissão no JVDFCM. É um trabalho desafiador que exige momentos de reflexão a todo o momento e também é um trabalho essencial que demanda responsabilidade, visto que são poucos sujeitos para atender a grandes contingentes.

No entanto, o que se nota ao analisar o discurso do (a) Estagiário (a) 01 e o final da fala do Estagiário (a) 02 é uma noção modesta do que vem a ser um trabalho respeitado. Acredito, de fato, que há uma estima pela profissão dentro da instituição em decorrência dos próprios aspectos apontados pelo (a) Estagiário (a) 02 – a necessidade da atuação dessa profissão, a responsabilidade que o trabalho exige –, contudo, o fato de uma outra profissão solicitar um parecer técnico quando ele é necessário não representa uma grande expressão de respeito ao trabalho do Serviço Social. Representa, no máximo, a responsabilidade que essa profissão tem com o próprio trabalho.

No presente estudo, é considerado trabalho respeitado aquele que goza de autonomia para atender às demandas dos usuários e para propor mudanças na própria instituição, que não têm a maioria das suas ações diretamente subordinadas às de outras profissões, que a instituição não lhes solicita realização de atividades que nada têm relação com seu objeto de trabalho e que não precisa ficar medindo forças com outras profissões para demarcar o seu próprio espaço. Conforme será visto mais adiante, através da própria fala dos sujeitos da pesquisa, nada disso que

foi citado se materializa na instituição. Analisando por esse viés, é possível questionar o respeito supracitado na fala dos (as) entrevistados (as).

Sobre o nível de autonomia profissional do Serviço Social dentro da instituição, principalmente no que se refere a propor e realizar mudanças no ambiente profissional, só a Assistente Social se sentiu confortável para responder ao questionamento feito. Os (as) estagiários (as) informaram que não se sentiam totalmente capazes de opinar sobre isso, tendo em vista que ainda são profissionais em formação e estão sob supervisão da Assistente Social, que é a única que poderia efetivar mudanças junto a administração da instituição. Ressaltaram ainda que há bastante diálogo com a supervisora e que têm abertura para propor mudanças junto a ela, embora não possam efetivá-las de modo independente por ainda estarem em processo de formação profissional.

Nesse sentido, a Assistente Social afirmou que acredita ter autonomia para elaborar e sugerir mudanças, mas não sabe se teria condições de implantá-las e se seriam acatadas, já que ela acredita que dispõe de certa liberdade no JVDFCM, mas que essa liberdade só é garantida quando está no seu -lugar social<sup>54</sup> estabelecido pelas relações hierárquicas da instituição.

Também afirmou que às vezes se exime de fazer certas colocações e de realizar propostas em razão dessa questão hierárquica, por receio de reações negativas, já que as relações de poder nesse local são bem demarcadas, principalmente pelo fato de ser um ambiente judiciário. Sobre isso, ainda afirmou que acredita que a equipe pode e deve ousar mais, e deu um simples exemplo de coisas que a incomodam, mas que ainda não teve coragem de sugerir mudanças, como expresso no trecho a seguir:

Lá fora, na recepção, fica uma televisão ligada naqueles programas policiais piores que têm, que mostram sangue, gente morta... Aí o argumento do senso comum vai ser: 'Ah, mas esse povo vê isso todo dia'. Vê isso lá fora, lá na casa deles, isso aqui é uma instituição pública, é uma instituição que já cuida da violência contra a mulher, a mulher já chega aqui arrasada de problema, então era pra ter outro tipo de audiovisual. Então isso aqui, a gente já podia ter feito um projeto, que a gente nunca fez, ou uma sugestão ou alguma coisa, nesse sentido... E a gente fica nesse rolo compressor do dia-a-dia e vai deixando as coisas pra lá e é esse o grande perigo da prática profissional, que é você automatizar e você ficar fazendo tarefismo, que eu detesto. Já disse isso pros meninos, porque esse negócio da gente escutar, fazer relatório, dar parecer, não deixa de ter um pouco de viés de tarefismo,

---

<sup>54</sup> Isso reforça o que foi levantado sobre o respeito à profissão na instituição. Não é possível existir uma plena relação de respeito quando já se determina o -lugar social de uma profissão embasado, principalmente, em questões hierárquicas.

porque são ações que se repetem, apesar de que cada caso é um caso, mas os casos repetem as estatísticas, repetem as situações, mas você não pode automatizar. Você tem que ter aquele olhar ali, de tentar aprofundar o máximo que você puder, porque às vezes a gente precisa ficar na superficialidade por que a gente não tem tempo, porque a gente tem outros esperando na fila, é... Mas eu acho que isso aí a gente podia ser mais... É aquela velha história do Serviço Social que quando faz as coisas, que é galinha e pato: a galinha bota um ovo desse tamanho e cacareja bem alto e a pata bota um ovo desse tamanho e não fala nada. Nessa história o Serviço Social é pato (Assistente Social).

A fala da Assistente Social corrobora o que já foi falado sobre o respeito à atuação da categoria. O fato de se isentar de propor mudanças por temor às reações de terceiros reflete as tendências neoliberais que precarizam tanto as condições de trabalho, ao ponto de causar essa apatia que impossibilita os sujeitos de combaterem os ataques à autonomia profissional. Iamamoto (2009) destaca alguns elementos que podem fortalecer a defesa dessa *relativa autonomia*:

Na defesa de sua relativa autonomia, no âmbito dos espaços ocupacionais, esse profissional conta, a seu favor, com sua qualificação acadêmico-profissional especializada, com a regulamentação de funções privativas e competências e com a articulação com outros agentes institucionais que participam do mesmo trabalho cooperativo, além das forças políticas das organizações dos trabalhadores que aí incidem (IAMAMOTO, 2009, p.353).

A autora também indica o que pode ser feito no intuito de expandir os horizontes da autonomia profissional no mercado de trabalho:

Na direção de expansão das margens de autonomia profissional no mercado de trabalho, é fundamental o respaldo coletivo da categoria para a definição de um perfil da profissão: valores que a orientam, competências teórico-metodológicas e operativas e prerrogativas legais necessárias à sua implementação, entre outras dimensões, que materializam um projeto profissional associado às forças sociais comprometidas com a democratização da vida em sociedade. Este respaldo político-profissional mostra-se, no cotidiano, como uma importante estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação do trabalho assalariado (IAMAMOTO, 2009, p.353).

Nesse ponto, é possível perceber que as dificuldades de exercício da autonomia dentro da instituição estão para além desse espaço. Decorrem, principalmente, da própria conjuntura política, já que, como afirma Montaño (1997, p.4), os impactos dos avanços neoliberais —afetam substantivamente a base de sustentação funcional ocupacional do Serviço Social. Para o referido autor, isso origina-se, principalmente, de processos como a mundialização do capital, a contra-reforma do Estado e das várias mudanças ocasionadas pelo projeto neoliberal no mundo do trabalho. Sobre isso, ele afirma:

Efetivamente, as transformações ocorridas no mundo do trabalho não são alheias aos fundamentos da proposta neoliberal, nem a seus impactos políticos. Estas alterações- na organização da produção, no gerenciamento da indústria, nas relações contratuais de trabalho, na comercialização – tem como fundamento a reestruturação produtiva (particularmente, o modelo de produção japonês, concebido inicialmente por Ohno, na indústria automobiliz Toyota) (MONTAÑO, 1997, p.4).

Contudo, o fato da Assistente Social reconhecer que isso não é aceitável e entender a necessidade de *ousar mais* já é um avanço. Pior do que estar no *rolo compressor* do cotidiano é não querer sair dele. É óbvio que muitos podem interpretar isso como conformismo frente aos desafios, um aspecto negativo da prática profissional. Mas é preciso entender que esse elemento não necessariamente deve ser observado dessa forma. A entrevistada não está presa a uma atuação pragmática que a impede de reconhecer a necessidade de enfrentar isso. Ao contrário, ela demonstra insatisfação diante dos fatos, principalmente no que se refere ao não reconhecimento dos feitos do Serviço Social neste espaço, ainda que necessite de coragem ou de uma correlação de forças favorável para enfrentar a estrutura hierárquica da instituição.

Essa ausência de coragem para enfrentar os sistemas hierárquicos e as manifestações do ideário neoliberal no cotidiano profissional não é um problema individual da Assistente Social entrevistada. Isso é perceptível nos mais variados espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. Observei isso no meu próprio campo de estágio e também em visitas institucionais durante a graduação. É preciso muita coragem para entrar nessas disputas. Coragem essa que é inviabilizada pelas próprias condições de trabalho, pelos vínculos informais, pela escassez de vagas no mercado que gera o medo de ficar sem emprego e etc.. Mesmo reconhecendo tais dificuldades, é preciso se fortalecer coletivamente para lutar, pois essa é a principal característica da profissão. Segundo Mota (2017), foram as lutas e as manifestações de resistência que fizeram da profissão o que ela é hoje. A autora aponta isso ao afirmar que:

O legado de rebeldia e resistência nessas últimas três décadas e meia revela o Serviço Social que hoje conhecemos: uma profissão que se insurgiu contra o lugar que as classes dominantes lhe definiram na realidade brasileira — uma sociedade herdeira do escravismo, meritocrática, patrimonialista, machista e conservadora (MOTA, 2017, p. 47).

Um dos aspectos que também compõem a atuação profissional do Serviço Social é a articulação com outras categorias no espaço sociocupacional.

Nesse sentido, os (as) entrevistados (as) foram questionados (as) acerca da materialização da interdisciplinaridade dentro da instituição. Sobre isso, as respostas se distanciaram um pouco.

A Assistente Social respondeu que acredita que a multidisciplinaridade se materializa porque são profissionais de áreas diferentes e afins, que têm uma atuação muito parecida do ponto de vista metodológica, mas divergente nos aspectos conceituais e ético-políticos, já que são profissões distintas e cada uma tem seu próprio embasamento teórico e suas opções políticas, apesar de existirem alguns pontos em comum. Já a interdisciplinaridade, ela acredita que não vem se materializando e ainda é algo a ser atingido, por conta da carga de trabalho, das demandas, dentre outras determinações que são dadas pela própria dinâmica institucional.

O (a) Estagiário (a) 01 afirmou que não acredita que a interdisciplinaridade venha se materializando de nenhuma forma, porque o Serviço Social e a Psicologia não se comunicam em nenhum momento. Relatou que nas reuniões que acontecem entre ambos, o que mais entra na pauta são questões de organização e não a discussão dos casos propriamente. Ainda afirmou que não há comunicação para fazer um relatório, ou para discutir um caso e dar um parecer em conjunto.

O (a) Estagiário (a) 02 disse, ao mesmo tempo, que sim e que não, visto que o Serviço Social e a Psicologia formam uma equipe multidisciplinar, que têm a realização da interdisciplinaridade como objetivo comum. Contudo, pelo fato de serem muitos processos e cada profissão ter que se responsabilizar por um diferente, não existe tempo hábil para ter um diálogo interdisciplinar. Em contraponto, afirmou acreditar que haja interdisciplinaridade junto aos profissionais do Direito, já que sempre que há interações quando os profissionais do Serviço Social têm dúvidas a respeito de questões jurídicas, ou quando os profissionais do Direito querem esclarecimento de questões sociais ou econômicas. Ainda assim, informou que essa interação não acontece com frequência.

Para Coimbra (2000, p.56) interdisciplinaridade é definida como —vínculo não apenas entre saberes, mas, principalmente, de um saber com outro saber, ou dos saberes entre si, numa sorte de complementaridade, de cumplicidade solidária, em função da realidade estudada e conhecida. De fato, ao tomar por base esse conceito, a interdisciplinaridade dentro da equipe multidisciplinar não se realiza na

referida instituição. O que se realiza é uma divisão de tarefas que é ocasionada pelo alto número de demandas. Não existe a vinculação dos saberes para estudo dos casos, já que na própria fala, a Assistente Social ressalta que o Serviço Social e a Psicologia estudam casos diferentes. Nesse sentido, a realização dessa interdisciplinaridade também se configura como um desafio à prática profissional.

No entanto, ainda considerando o que diz Coimbra (2000) sobre esse conceito, é possível afirmar que a interdisciplinaridade vem se materializando fora da equipe multidisciplinar, visto que, de acordo com o que foi mencionado pelo (a) Estagiário (a) 2, o Direito e o Serviço Social realizam essa troca de saberes. Vale ressaltar ainda que a própria frente de trabalho dentro da instituição já sugere a interdisciplinaridade, visto que a profissão atua, principalmente, no sentido de assessorar o núcleo jurídico fornecendo seu posicionamento em relação aos casos solicitados.

Sobre as principais dificuldades encontradas no cotidiano profissional e as possíveis estratégias usadas para enfrentá-las, os (as) entrevistados (as) pontuaram coisas semelhantes. A Assistente Social elencou a dificuldade de grande volume de trabalho e de sobrecarga ocasionada pela equipe de profissionais reduzida, composta apenas por um profissional de cada área. Mencionou novamente a grande dificuldade de comunicação entre as profissões que compõem a equipe multidisciplinar, o que impossibilita a materialização da interdisciplinaridade, como já foi relatado. Sobre as formas de enfrentamento dessas dificuldades, citou que a organização interna, entre ela e os (as) estagiários (as) é a forma que vem sendo mais eficaz para atender a esse grande volume de trabalho e garantir uma atuação responsável.

O (a) Estagiário (a) 01 relatou que uma das principais dificuldades é a hierarquia, porque tudo o que a equipe faz ou tem que fazer necessita da autorização de outras profissões, e citou também que essa estrutura hierárquica acaba por atribuir tarefas meramente administrativas ao Serviço Social, que não compõem o seu objeto de trabalho e a sua área de atuação. Sobre como eles (as) combatem isso, ela afirmou que a única solução é mostrar que a equipe já está ocupada fazendo atribuições que realmente fazem parte da sua atuação.

Já o (a) Estagiário (a) 02, citou como principal dificuldade a grande demanda de processos, informando que, no momento da entrevista, havia 460 processos na fila para serem analisados, além dos atendimentos diários e das

outras atividades dentro da instituição. Sobre as estratégias utilizadas para combater isso, ele (a), assim como a Assistente Social, citou a organização interna da equipe do Serviço Social.

As dificuldades relatadas pelos sujeitos da pesquisa já foram aqui elencadas, ainda que brevemente, quando foi problematizada a questão do respeito à profissão no contexto do JVDFCM. De modo geral, o que se percebe é que há um problema central – a sobrecarga de trabalho – que leva a outras dificuldades como a falta de comunicação com a outra profissão que compõe a equipe multidisciplinar e a consequente não concretização da interdisciplinaridade.

No entanto, é necessário ter em mente que a sobrecarga é uma característica da precarização do trabalho no sistema de produção capitalista e que o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, é alvo desse sucateamento. Sobre isso, Faermann e Val de Mello (2016) afirmam:

Situados em uma dinâmica societária, orientada pelos preceitos da reestruturação produtiva, os assistentes sociais, assim como os demais trabalhadores, submetem-se à lógica da flexibilização e da precarização do trabalho, consequência das mudanças gestadas no conjunto da vida social, notadamente no mundo do trabalho a partir dos anos 1970 (FAERMANN; VAL DE MELLO 2016, p.99).

Nesse contexto, as dificuldades apresentadas não aparecem como específicas desse campo e nem da profissão, ao contrário disso, são comuns não só aos espaços ocupados pelo Serviço Social, mas por diversas outras categorias. Em razão disso, ao analisar as respostas dadas a esse questionamento, senti certa superficialidade, visto que, as respostas às outras indagações sempre vinham carregadas de problematizações sobre as condições de trabalho, sobre a conjuntura política, dentre outros elementos.

Exemplo disso é que nenhum dos (as) entrevistados (as) colocou como dificuldade a questão dos ataques às políticas públicas que anunciam os cortes de verbas e acabam por sucatear as instituições, tendo como expressão a própria precarização da Rede de Atendimento à Mulher, citada pela Assistente Social. A ausência de elementos conjunturais como esse na menção às dificuldades da intervenção já oferece pistas sobre como vem se dando a articulação entre as três dimensões da instrumentalidade, tendo em vista que os aspectos políticos devem também ser considerados como determinantes das ações profissionais.

### 3.3 DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL AO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL: INTERLOCUÇÃO ENTRE CAMPO E ACADEMIA

Antes de adentrar propriamente os aspectos a respeito da compreensão de instrumentalidade e da articulação entre as suas três dimensões, foram feitos questionamentos a respeito de como foi ou como está sendo a formação acadêmica dos (as) entrevistados (as), a fim de compreender as influências que ela tem sobre a atuação específica nessa instituição.

Nessa direção, a primeira indagação foi se os sujeitos da pesquisa consideravam a formação acadêmica em Serviço Social suficientemente preparatória para inserção no mercado de trabalho. Sobre isso, as respostas divergiram. A Assistente Social afirmou que não sabe se hoje ainda é suficientemente preparatória, mas na época em que se formou, em 1997, sim. Ainda acrescentou que a formação marxista que recebeu na universidade fundamenta, até hoje, a sua prática profissional e a sua visão de mundo.

O (a) Estagiário 01 relatou que não se sente suficientemente preparado (a) e acredita que a formação deixa muito a desejar no que se refere à prática. O (a) Estagiário (a) 02 também informou que a formação deixa a desejar, principalmente pelo fato de que o Serviço Social vem se ramificando e integrando novos espaços sócio-ocupacionais. Nesse sentido, ele (a) acredita que é necessário mais que uma graduação para se sentir preparado (a) para ingressar no mercado de trabalho.

Se comparar as falas e considerá-las verdades absolutas, é possível perceber que elas sugerem que a formação tenha retrocedido em relação à preparação para o mercado de trabalho. No entanto, considero esse pressuposto demasiado remoto. Sendo assim, nesta modesta análise, o que os discursos sugerem é que hoje os estudantes têm mais sede de conhecer a prática. Basta observar que, ao contrário da Assistente Social nenhum (a) dos (as) estagiários (as), considerou os aspectos teórico-metodológicos ou ético-políticos da formação, apenas o técnico-operativo. Afirmando isso enquanto estudante que também já caiu na armadilha de pensar que a formação não conseguiria aparelhar para inserção no mercado de trabalho porque apresentava muita teoria e pouca prática.

Atualmente, acredito que não seja necessário um ensino do passo a passo da prática profissional para inserção no mercado de trabalho – isso seria até inviável, tendo em vista a dinâmica da sociedade e o redimensionamento da questão social já citado aqui –, mas sim uma compreensão dos fundamentos teórico-

metodológicos e ético-políticos da profissão, que permitam compreender a realidade social e manusear os instrumentais entendendo as suas finalidades como é assinalado pelas próprias diretrizes curriculares (ABREU, 2011). Ter essa compreensão é o elemento indispensável à inserção no mercado de trabalho, o resto será aprendido no ritmo em que as experiências forem acontecendo.

Como já abordado na visão de Santos (2006), no capítulo anterior, essa problemática é uma questão antiga no Serviço Social. A autora atribui isso a uma compreensão equivocada da relação teoria e prática no materialismo dialético, que resulta, também, na compreensão equivocada do que é a prática profissional. Nesse sentido, para a autora, é fundamental que se compreenda a teoria como integrante da ação. Sobre isso, ela aponta:

A teoria pode oferecer – não somente ela, haja vista a importância dos valores dos sujeitos – subsídios para as escolhas entre alternativas, tanto da finalidade, quanto dos meios necessários. É ela que vai oferecer um conhecimento sobre as determinações que envolvem o -objeto da ação; é ela que ajuda a compreender e analisar o resultado real, a partir da análise dos elementos intervenientes durante o processo; é ela que permite compreender que o projeto ideal nunca poderá ser igual ao produto real e, dessa forma, compreender esse resultado final (SANTOS, 2006, p.197).

Nesse sentido, o pensamento da autora supracitada corrobora a análise de que o fundamental para a prática/inserção no mercado de trabalho é o entendimento correto dos fundamentos teóricos, das indicações metodológicas e dos princípios éticos e políticos da profissão.

Ainda sobre a interlocução entre campo e academia, indaguei, especificamente à Assistente Social se ela considera importante que o profissional estude cotidianamente e se consegue fazer isso. A mesma afirmou que considera fundamental, mas que não consegue fazer isso frequentemente e que compreende que outros profissionais também não consigam, porque o cotidiano faz de tudo para empurrá-los para o pragmatismo.

Contudo, disse que se esforça para conseguir realizar, ressaltando que tem horror a cair no trefismo. Ainda pontuou que dentro da instituição, há uma proposta de realizar, junto aos estagiários, grupo de estudos para debater temas relacionados à gênero e violência contra a mulher, mas que devido a grande demanda cotidiana, isso não tem sido possível, o que revela mais um rebatimento da sobrecarga de trabalho sobre a atuação profissional.

Os sujeitos da pesquisa também foram questionados a respeito dos últimos materiais que leram na área do Serviço Social, gênero ou violência contra a

mulher. Sobre isso, a Assistente Social informou que leu recentemente —Gênero, patriarcado e violência da Safiotti (2015) e artigos variados sobre violência contra a mulher. O (a) Estagiário (a) 01 também citou o referido livro da Safiotti (2015) e elencou artigos sobre gênero e família. O (a) Estagiário (a) 02 relatou que o último livro que leu foi sobre questão social e violência contra a mulher, mas não recordou de quem era a autoria.

Quando questionados se a instituição oferecia algum espaço de capacitação, a Assistente Social relatou que às vezes aparecem cursos em áreas administrativas, ou de informática, mas na área do Serviço Social ou mesmo de gênero e violência contra a mulher, nunca apareceu. Já os (as) estagiários (as) informaram apenas que não, em nenhuma área.

Quando indagados se têm ido a eventos do Serviço Social, as respostas diferiram. A Assistente Social informou que tem ido pouco, e que a última vez foi na Semana do Assistente Social do CRESS, há alguns anos. O (a) Estagiário (a) 01 informou que vai com frequência, principalmente porque também tem que cumprir a carga horária de atividades complementares e relatou que o último evento que foi o III Diálogos sobre a Violência Doméstica e Familiar e I Diálogos sobre Relações de Gênero, em 2017. O (a) Estagiário (a) 02 relatou que também vai com frequência e que o último foi a Semana do Assistente Social do CRESS, em 2017.

Em nova pergunta específica para Assistente Social, foi indagado se a atuação no juizado tinha exigido algum conhecimento que não havia sido contemplado na formação profissional. A mesma respondeu que sim, que a própria questão de gênero só foi contemplada porque ela foi buscar conhecimento nessa área, tendo em vista que esse foi o tema do seu trabalho de conclusão de curso. Ainda ponderou, afirmando que isso foi algo notado na sua graduação, mas que imagina que hoje a academia deve tocar mais no debate da questão de gênero.

Os dados revelados acima mostram que a interlocução entre campo e academia vem se dando de maneira delicada. As condições de trabalho na instituição não dão bases para o incentivo a uma formação continuada, visto que não oferecem capacitações e cursos na área e também não estimulam leituras, pesquisas científicas, participações em eventos, entre outros aspectos que poderiam apoiar o estudo contínuo e a interlocução com a universidade. O que sugere que isso deva partir do profissional, que além de estar sobrecarregado de demandas e sufocado pelo cotidiano, deve encontrar tempo para procurar cursos fora do

ambiente profissional para buscar a atualização, mesmo que isso traga consequências mais graves, como adoecimento mental<sup>55</sup>. Vale lembrar que, conforme afirma Faleiros (2014), essa ideia de responsabilização do sujeito e de esforço individual faz parte do discurso neoliberal.

Os (as) entrevistados (as) também foram indagados sobre a existência de identidade com a profissão. Sobre isso, todos afirmaram que sim, mas apenas a Assistente Social e o (a) Estagiário (a) 01 justificaram a resposta. A Assistente Social explicou que chega a ser engraçado, porque até quando ela tenta se distanciar do Serviço Social, ele parece estar —nas suas veias. Relatou que embora não acredite que seja uma profissional extremamente atualizada e que isso até a preocupa um pouco, sua identidade com a profissão é muito forte e que sua formação acadêmica é um arcabouço que até hoje lhe dá suporte não só na sua atuação profissional, mas também em outros aspectos da vida. Ainda pontuou que o fato de ter que se dividir entre ser artista<sup>56</sup> e ser Assistente Social demanda muita energia, mas que acredita que uma coisa complete a outra, já que a subjetividade artística acaba proporcionando a sensibilidade que alguns casos exigem e a atuação profissional influencia muitas das suas composições. Sobre sua identidade com a profissão, ela afirma:

[...] é muito engraçada essa pergunta, por que... Esse livro que eu tô lendo é do Jessé num sei das quantas, que é sobre o golpe né, que teve agora, -Elite do atrasol, o nome do livro, não sei se tu já viu, aí eu morrendo de ler o livro, não sei o que falando com meu marido, aí eu disse assim 'rapaz, é muito engraçado, viu, as vezes já tentei negar o Serviço Social, mas ele tá no meu sangue', porque assim, esse livro não é um cara do SS, é um teórico, não sei se ele é sociólogo, alguém dessa área de humanas, mas assim, ele vai falar justamente, da formação brasileira, aí fala que as pessoas agora, com esse negócio, tudo é a corrupção, acorruptão, mas no fundo as pessoas se sentiram incomodadas porque no fundo as pessoas das camadas menos favorecidas tiveram algum progresso, foi lançado um olhar sobre elas, etc e tal... Aí eu brincando, disse que já tentei, mas não adianta não [...] Então não sou aquela profissional, confesso a você, isso às vezes até me preocupa um pouco, eu não sou aquela profissional que tá o tempo todo se reciclando no Serviço Social propriamente dizendo, mas, por exemplo, na área que eu tô atuando, e é claro, como eu te disse, a minha formação acadêmica até hoje é um arcabouço muito forte pra mim, que é importante, mas eu não sou aquela profissional que tá todo tempo se reciclando. Mas na área que eu tô eu tento minimamente assim, ler né, tem até um livro aí da Safiotti, mas mesmo assim, eu acho que era pra ser mais, mas como eu me divido muito entre ser artista e ser a.s, você acaba dividindo muito as energias também, mas por outro lado, também é bom porque uma coisa entra dentro da outra, por exemplo, o Serviço Social acaba entrando dentro das minhas composições quando por exemplo eu

<sup>55</sup> Ver artigo de Faermann e Val de Mello (2016) sobre as condições de trabalho dos Assistentes Sociais e suas contribuições para o adoecimento mental.

<sup>56</sup> Além de Assistente Social, a entrevistada também é cantora e compositora.

faço uma composição sobre uma mulher que é chefe de família e tudo mais, a questão da mulher né, e a música entra no Serviço Social, por exemplo, no grupo de reflexão quando a gente faz, a metodologia que a gente usa, às vezes eu trago o violão ou a gente vê alguma música, enfim... (Assistente Social).

O (a) Estagiário (a) 01 relatou que atualmente se identifica com a profissão, mas quando ingressou no curso não possuía essa relação de identidade e que só passou a ter quando começou a estagiar, quando percebeu o quão significativo é o trabalho do Serviço Social para as pessoas que o procuram.

Já o (a) Estagiário (a) 02 menciona que a sua identidade com a profissão teve início quando começou a ver como o Serviço Social poderia atuar frente aos usuários, o que revela que a aproximação com a prática foi um fator determinante na criação dessa identidade com a profissão.

Novamente, as respostas dos (as) entrevistados (as) os (as) subdivide entre os (as) que privilegiam a prática e os que privilegiam a teoria e os fundamentos ético-políticos. Na resposta dada pela Assistente Social, ela incorpora elementos políticos e afirma que a formação acadêmica influencia, até hoje, vários aspectos da sua vida e que o Serviço Social está -no seu sangue. Tal afirmação remete a pensar que sua identidade profissional se dá mais pelo viés teórico e político do que propriamente pelo prático, embora também mencione a atuação profissional.

### 3.4 SOBRE INSTRUMENTALIDADE E ARTICULAÇÃO ENTRE AS TRÊS DIMENSÕES

Como visto na seção anterior, alguns dos sujeitos da pesquisa mostraram acreditar em um descompasso entre a formação profissional e o mercado de trabalho, o que levou a pensar em uma possível compreensão equivocada sobre teoria e prática no materialismo dialético. A presente seção entrará novamente nessa pauta – relação teoria e prática – tendo em vista que ela também é importante para análise da compreensão de instrumentalidade e da articulação entre os três pilares da atuação profissional.

Nesse sentido, os (as) entrevistados (as) foram indagados sobre como compreendem essa articulação entre teoria e prática. Sobre isso, a Assistente Social informou ter —horror!! ao discurso que diz que teoria e a prática são incompatíveis. Para ela, a teoria existe para ser aplicada na prática e a prática, para fazer refletir sobre a teoria. O (a) Estagiário (a) 01 referiu que acredita que essa articulação se

materializa na atuação profissional, na medida em que os conhecimentos teóricos são utilizados para embasar as intervenções. Já o (a) Estagiário (a) 02, informou acreditar nessa relação, mas fez ponderações, afirmando que há um descompasso, porque a teoria não tem como se igualar à prática, dadas as especificidades e o movimento dinâmico do cotidiano.

Tomando como base a fala do (a) Estagiário (a) 02, pode-se perceber, então, que articular teoria e prática no cotidiano profissional também se apresenta como um desafio. Iamamoto (1998) já sinalizava isso ao apontar que:

O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social (IAMAMOTO, 1998, p. 52).

Nesse sentido, é notável que essa não é uma dificuldade específica da atuação no JVDFCM, mas que é cara à profissão como um todo. Aplicar a aparelhagem teórica e metodológica, com comprometimento ético e posicionamento político, junto às técnicas da prática profissional é uma tarefa demasiado complexa, tanto que é um assunto abordado não só por Iamamoto (1998), mas por inúmeros autores, no intuito de tornar essa articulação o mais fortalecida possível.

Um dos principais pontos da entrevista foi quando adentrei a temática da instrumentalidade bem como a sua compreensão, a articulação das três dimensões, os principais instrumentos e técnicas, entre outros aspectos. O primeiro questionamento foi sobre a compreensão de instrumentalidade. No que se refere a isso, as respostas se distanciaram.

A Assistente Social afirmou que era difícil conceituar instrumentalidade, dada a complexidade dessa categoria e a quantidade de tempo que se passou desde o período em que esse assunto foi abordado na sua graduação. Ainda assim, mostrou que compreende um pouco do real sentido da instrumentalidade, ao citar que ela se configura como um meio para chegar a objetivos profissionais concretos. Sobre isso, ela afirma:

A minha compreensão do que é a instrumentalidade do Serviço Social. Instrumental, né? É assim, se você pensa nas profissões, se você pensa no instrumental do dentista... É aquele instrumental que ele vai usar para... Então eu vejo mais ou menos isso, isso que eu acabei de falar pra você, é um instrumental pra gente chegar ao nosso objetivo, pra gente chegar, né, que vai intermediar, a minha abordagem, vamos dizer assim, junto àquele usuário, vamos dizer, aquela usuária, da política que eu estou atuando, do serviço, eu vejo isso como um meio, como um instrumento mesmo, um meio

pra que se chegue a... Um conhecimento, a uma determinada ação, né, porque a partir daquele meio eu vou ter resultados, que eu vou refletir sobre a minha prática e tal... Acho que é mais ou menos isso, eu não me lembro muito bem assim definição não (Assistente Social).

Na fala da Assistente Social, é possível perceber que são elencados elementos a respeito do caráter teleológico da profissão, principalmente quando cita que a instrumentalidade é um meio para chegar a resultados concretos. Sobre isso, Guerra (2000) afirma:

A instrumentalidade do Serviço Social remete a uma determinada capacidade ou propriedade que a profissão adquire na sua trajetória sócio-histórica, como resultado do confronto entre teleologias e causalidades. Estamos, pois, nos referindo às propriedades e às capacidades sócio-históricas que a profissão vai adquirindo na sua trajetória no confronto entre as condições objetivas e as posições teleológicas de seus agentes profissionais e dos agentes sociais que demandam o exercício profissional, *entre as respostas profissionais e as demandas colocadas à profissão*, as quais atribuem-lhe determinados significados e reconhecimento social, que precisam ser compreendidos (GUERRA, 2000, p.6).

Ainda sobre o conceito de instrumentalidade, o (a) Estagiário (a) 01 associou a categoria ao debate dos instrumentos e técnicas e afirmou que a compreende como algo que diferencia, instrumentaliza e pode dar embasamento ao trabalho, visto que as perguntas contidas nos instrumentais são as informações necessárias ao estudo dos casos das usuárias.

Já o (a) Estagiário (a) 02, afirmou que a compreende como tudo aquilo que está envolto no âmbito profissional e que pode auxiliar a colher os resultados. Relatou também acreditar que, independente do campo de atuação, o profissional de Serviço Social é pesquisador e precisa de ferramentas para coletar os dados e que é nesse sentido que a instrumentalidade se materializa.

Analisando as respostas dos sujeitos da pesquisa também foi possível verificar que a compreensão de instrumentalidade ainda é uma deficiência tanto na academia quanto no campo. Das três falas, a da Assistente Social é a que contempla mais elementos que de fato compõem a instrumentalidade, ainda que não mencione as três dimensões. Para corroborar o fato de que a profissional tem uma compreensão correta, ainda que limitada, sobre o que é instrumentalidade, vale lembrar a conceituação de Guerra (2007):

[...] instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. Ao alterarem o

cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade (GUERRA, 2007, p.2).

Embora no início da narrativa, a entrevistada tenha associado instrumentalidade ao instrumental, no decorrer do seu discurso foi possível captar que ela incorpora o pensamento de Guerra (2007), quando aponta instrumentalidade como um meio que objetiva as ideias na abordagem profissional. Ela ainda indica, mesmo que sem articular às produções de Guerra (2007), aspectos elencados pela autora, como o fato de que todas as profissões possuem instrumentalidade. A entrevistada faz menção a isso quando reflete sobre o instrumental em outras profissões, como no caso dos dentistas.

Os (as) entrevistados (as) também foram questionados se faziam uso de instrumentais na instituição e quais seriam. Sobre isso, a resposta da Assistente Social contempla os instrumentais citados por todos, quando diz:

Sim, sim, é, a gente tem uma ficha de atendimento que traça esse perfil, da mulher, que a gente chama de promovente, em termo jurídico né, promovente, que tá promovendo o processo. É... Essa ficha, ela, uma face dela, tem vários dados direcionados pra traçar esse perfil, se ela segue religião, cor, escolaridade, se ela tem filhos, se ela tem filhos com o agressor, o tempo de relacionamento, o tipo de violência que ela sofreu, o grau de parentesco com esse agressor, enfim, são várias vertentes, que vão traçar esse perfil, e, no verso da ficha, o histórico, né, que aí já é mais dissertativo, o histórico dessa violência, quanto tempo desse relacionamento, quanto tempo ela observa essa violência, o que que ela observa como violência, porque as vezes a pessoa nem observa que sofre violência, porque a lei tipifica né, cinco tipos. Aí por exemplo, isso no geral, quando a gente tá fazendo estudo, especificamente quando a mulher pede pra desistir, é a mesma ficha, mas aí além da gente pegar o histórico, a gente vai pegar os motivos pelos quais ela quer desistir: então, é por isso e por isso, porque retomou, por que quer dar uma chance, porque tem filhos, porque não sei o que, a gente anota... Encaminhamentos que a gente faz também, pra grupo, pra reflexão, é bom anotar na ficha, como se fosse um prontuário, vamos dizer assim, né... Não é bem o termo, mas... E temos um outro instrumental que é, que a gente chama ficha de desistência, que essa é anônima, assim, a gente não coloca dados da mulher, mas coloca motivos que quer desistir, tipo de violência que sofreu, se é a primeira vez que denuncia. Essa é pra estatística, é... Todas duas né, uma traça o perfil e outra é esse perfil mais específico da desistência em si, entendeu? (Assistente Social).

Um aspecto observado é que, ao serem questionados sobre os instrumentais, os sujeitos da pesquisa só mencionam aqueles que são quase que específicos da instituição. Por exemplo, a *ficha de atendimento* citada tem um nome

dentro do Serviço Social: entrevista social. Quando é mencionada a parte de trás da ficha, onde a entrevistada afirma ter uma parte reservada para relatar o *histórico*, isso também tem um nome: relatório social.

Outro aspecto observado é que o instrumental mais importante dessa atuação não é mencionado: o parecer social. Em uma das respostas dadas pela Assistente Social ela afirma que a principal frente de trabalho é assessorar o núcleo jurídico com a emissão de parecer sobre os processos solicitados. No entanto, nenhum (a) dos entrevistados cita esse instrumental. Também não são citados como instrumentais ou técnicas, as visitas domiciliares, os grupos de reflexão e os encaminhamentos realizados pela equipe.

Isso leva a percepção de outro elemento: os (as) entrevistados (as) têm uma compreensão limitada do que são os instrumentos e técnicas e o que ambos representam. Para Sarmiento (1994) instrumento se refere a algo que é utilizado com a finalidade de atender a determinados objetivos, o que reafirma o caráter teleológico da instrumentalidade já mencionado aqui. Segundo o autor, —é através do instrumento que vamos experimentando a teoria social, na medida em que permite que se vá objetivando as categorias da realidade (SARMENTO, 1994, p.245). Já as técnicas são caracterizadas como elementos que podem se modificar conforme a utilização dos instrumentos. Para Trindade (2001, p. 23) -as técnicas se aprimoram a partir da utilização dos instrumentos, diante da necessidade de sua adequação às exigências de transformação dos objetos, visando o atendimento das mais variadas necessidades humanasl.

Se tomarmos como base a conceituação de Sarmiento (1994), perceberemos que nas falas dos (as) entrevistados (as), de fato são elencados alguns instrumentos. No entanto, nota-se que eles percebem os instrumentos próprios do Serviço Social como instrumentos próprios da instituição. Além do que, não reconhecem os outros já mencionados aqui.

Também foi questionado se o instrumental utilizado pelo Serviço Social é o mesmo utilizado pelas outras profissões que compõem a equipe multidisciplinar, já que a atuação da Psicologia é muito semelhante a do Serviço Social dentro da instituição. Nesse sentido, as respostas destoaram um pouco, como se percebe a seguir:

Não, não é o mesmo formato, nem a mesma escrita, assim, é basicamente uma narrativa do caso e um posicionamento, mas, mas é diferente, assim, elas tem uma forma diferente de se colocar, mas enfim, é um pouco

diferente assim, não sei se é porque a psicologia tem um objeto de estudo e o serviço social tem outro, não sei se é por isso, mas é diferente, a redação, e claro que isso aí influi mas especificamente pensando no nosso ambiente aqui, aí não sei, porque a nossa psicóloga aqui tá estudando direito, aí ela traz muitos elementos da jurisprudência pro relatório dela, que eu já não faço isso, mas basicamente é narrar e se posicionar (Assistente Social).

É o mesmo formato, mas não é a mesma escrita, a gente se baseia mais nas informações tais como as promoventes falam do jeito que a gente escuta, a gente coloca no relatório e por final tem o parecer, que é o parecer da Assistente Social, que é analisar todo o contexto da violência e aí a gente dá um parecer, a favor ou a desfavor. Já o da psicologia também é um relatório que tem um parecer só que ela se baseia mais em leis, ela usa muito a jurisdição, aí se diferencia um pouco nesse âmbito (Estagiário (a) 01).

Não. O relatório psicossocial, que é o da equipe, cada profissional vai redigir um, junto com os seus estagiários, numa forma diferente. Assim, o Serviço Social, ele olha mais pra questão social da mulher, tendo em vista todo o contexto social que ela se envolve e é totalmente diferente, se você pegar os dois relatórios vai ver que a escrita é totalmente diferente, as formas são diferentes, então não é igual (Estagiário (a) 02).

Confrontando as respostas dadas com o observado na instituição, o que se compreende é que o instrumental tem o mesmo formato para as duas profissões, já que é instrumental da equipe multidisciplinar. Contudo, não é a mesma escrita, já que, como afirmado pelos (as) entrevistados (as), o Serviço Social e a Psicologia incorporam elementos diferentes nas suas redações.

Quando perguntados se o tema instrumentalidade foi ou vem sendo bem debatido na formação, eles também discordaram um pouco. A Assistente Social informou que não acredita que tenha sido bem debatido na época da sua graduação. Afirma que foi algo pontuado, mas que ficou muito vago e que não sentiu aprofundamento nesse debate. Acrescentou como sugestão que trouxessem para a sala de aula, na disciplina cabível, os instrumentais de cada área de atuação, de modo que os alunos tivessem mais contato com isso.

O (a) Estagiário (a) 01 afirmou que acredita que tenha sido bem debatido, tanto na Oficina III<sup>57</sup>, como nas outras disciplinas. Já o (a) Estagiário (a) 02, informou que não acredita que tenha sido debatido o suficiente e que acha que é necessário aprofundar mais esse tema, desenvolver a Oficina III e a forma como essa disciplina é dada – apenas uma vez na semana –, tendo em vista que a maioria dos estudantes e profissionais não compreende de fato o que é instrumentalidade.

---

<sup>57</sup> Oficina que debate a temática da instrumentalidade no fluxo curricular da Universidade Estadual do Ceará.

As respostas dadas pela Assistente Social e pelo (a) Estagiário (a) 02 reforçam o apontamento de Guerra (2000) sobre o fato de a instrumentalidade ter entrado para o conjunto de temas polemizados na profissão em decorrência do seu papel de coadjuvante na formação acadêmica que o faz ser pouco debatido, principalmente na graduação. No entanto, embora não seja bem demarcado em cadeiras específicas sobre o tema, a instrumentalidade é debatida em outras disciplinas como as que falam sobre trabalho, sociologia, ética e etc. A não compreensão dessa relação também é parte da compreensão limitada sobre instrumentalidade.

Nesse sentido, foi perguntado se eles acreditavam ter compreendido esse tema e, no caso de resposta afirmativa, qual meio teria proporcionado tal compreensão – a própria disciplina, algum curso extracurricular, leituras realizadas por conta própria, entre outros. Sobre isso, o (a) Estagiário (a) 01 alegou que sim, compreendeu e que esse entendimento se deu a partir de algumas leituras e de um grupo de estudos que participou, mesmo não sendo a instrumentalidade o tema central do grupo.

Já a Assistente Social e o (a) Estagiário (a) 02, informaram não ter compreendido totalmente e ressaltaram a necessidade de entender mais sobre o tema. Nesse sentido, afirmaram:

[...] eu não sei se eu compreendi o que é instrumentalidade não, vai ver, eu acho que eu compreendi e talvez não tenha compreendido totalmente, entendeu? Porque eu estou dizendo que, aqui na nossa entrevista a gente fala de instrumentalidade, eu falei das fichas que a gente usa, mas eu acho que instrumentalidade é mais do que isso e eu lembro que tinha essa polêmica, porque cada vez que alguém falava, dizia: ai, mas isso não é instrumentalidade, instrumentalidade é mais, é não sei o que... Então assim, eu não posso nem dizer que eu compreendi totalmente o que é... Mas com certeza, pelo pouco que acho que compreendo a formação profissional ajudou a compreender claro, não só a da faculdade, mas a dos cursos que eu fiz depois, pra me preparar pra concurso e tudo, mas eu acho que ainda não compreendo a contento, entende? Eu acho que ainda tenho que ler e tal, pra compreender essas nuances da instrumentalidade. Fica como sugestão aí das leituras da sexta-feira (Assistente Social).

[...] eu preciso entender mais sobre instrumentalidade, eu tenho uma noção muito vaga, mas o pouco que tenho é devido à cadeira de Oficina III, também pelas conversas em laboratório, e por causa dos seminários (Estagiário (a) 02).

As respostas dadas a essa indagação pelos referidos sujeitos comprovam o que já haviam citado no questionamento anterior: a instrumentalidade precisa

receber um trato maior na graduação<sup>58</sup>, tendo em vista que tanto sujeitos formados na grade antiga como na atual mostram deficiência ao tratar do referido tema.

Em relação a articulação das três dimensões da instrumentalidade – técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política –, os entrevistados foram perguntados se compreendiam essa relação e se consideravam que essa articulação está presente na atuação no JVDFCM. Os três afirmaram que sim, compreendiam a relação, mas sobre o fato dessa articulação se concretizar ou não na instituição, todos afirmaram que não, e justificaram.

Ao ser questionada, a Assistente Social, imediatamente lembrou da resposta que havia dado quando perguntada sobre a compreensão de instrumentalidade e lamentou o fato de não ter mencionado as três dimensões, mas informou que acredita totalmente que essa articulação exista e que tenta viabilizar sua materialização na instituição, mas que isso aparece como um desafio. Nesse sentido, afirmou:

Olha aí, tá vendo? Eu não te disse que tava faltando coisa, isso que é instrumentalidade, ou seja, eu falei besteira, eu falei do instrumental... Não, mas porque antes tinha uma pergunta que falava dos instrumentais, né? Porque instrumental é uma coisa, instrumentalidade é outra. Instrumental é só na dimensão técnico-operativa, instrumentalidade é tudo. Se eu acredito na articulação entre essas três? Totalmente, totalmente! Se eu tenho um arcabouço teórico-metodológico eu vou utilizar na minha abordagem, ele também tem que está respaldado numa questão ético-política, e o terceiro que é a técnico-operativa, que é a forma que eu vou, né, me referir a pessoa enfim, na prática ali do cotidiano profissional, pra mim, tudo isso está ligado e não tem como separar. E eu acredito que a gente tenta materializar isso aqui, mas pra começo de história, ninguém é perfeito, né, todo mundo é ser humano, né, e por mais que você tenha, é como é que se diz, excelência na sua área ou, né, tem hora que você vai pisar na bola mesmo, e de repente você pode até faltar com a ética sem saber que tá faltando, ou você pode, sei lá... Mas a gente tenta, e esse é um grande desafio e é uma tecla que eu bato muito com os meninos, com as estagiárias e o estagiário (Assistente Social).

Já o (a) Estagiário (a) 01, afirmou compreender a relação entre as três, mas acha que elas não se praticam tais como são, que é como se elas viessem acontecendo de forma isolada ou como se algumas se sobressaíssem em relação às outras. O (a) entrevistado (a) expressa essa opinião no trecho a seguir quando diz:

[...] elas não caminham pra se concretizar, o ético-político... Acho que assim, principalmente no momento que a gente está, que estamos deixando muito de lado a questão do ético-político, o Brasil tá pegando fogo e a gente

<sup>58</sup> Aqui tratamos da graduação específica da UECE, visto que todos os sujeitos entrevistados estudaram/estudam nessa instituição.

não tem forças pra tá acompanhando os movimentos. Acredito que se materializa a técnico-operativa e a teórico-metodológica quando a gente vai elaborando esse relatório e a gente utiliza das leis, do LOAS, é... Dessas leis que a gente vê a formação toda, aí já tá se materializando ali e o ético-político, é... A técnico-operativa se materializa a partir desses nossos instrumentais, né? (Estagiário (a) 01).

O (a) Estagiário (a) 02 também afirmou compreender essa articulação, mas ponderou que no âmbito do trabalho é complicado concretizá-la, tendo em vista a sua complexidade e que, muitas vezes, o cotidiano faz com que a equipe não tenha artifícios para realizar, de fato a instrumentalidade.

Ao analisar tais discursos, pode-se perceber que os sujeitos mostram compreender, ainda que sumariamente, o modo como se dá essa relação. No entanto, reconhecem a dificuldade de manter as três dimensões articuladas no cotidiano da atuação.

Os sujeitos da pesquisa também foram indagados sobre o que eles compreendem do projeto ético-político do Serviço Social. Sobre isso, afirmaram:

É algo que tem a ver como uma visão de mundo, né, de sociedade, que o Serviço Social encara como sendo uma sociedade igualitária, para todos, de oportunidades mesmo, de crescimento social e humano, esse projeto ético-político [...] tem como arcabouço teórico mesmo, conceitual ainda o marxismo né, então eu acho que, esse projeto ético-político profissional do Serviço Social, o que eu compreendo dele é que a gente tem que tentar, mesmo que minimamente, utopicamente, dentro de todas essas contradições da sociedade capitalista, dentro de todas essas expressões horrorosas da questão social, fazer valer pelo menos que as pessoas tenham voz, entendeu, que as pessoas sejam ouvidas, que as pessoas sejam respeitadas, né, nas suas diferenças, nas suas vulnerabilidades, tentar minimizar isso aí, [...] então, é o grande desafio da profissão, fazer valer esse projeto ético-político, não é todo profissional que atua nessa frente, nessa perspectiva, entendeu, de fazer valer isso aí. Agora, isso pra mim, eu posso até não saber conceituar do jeito que tá escrito lá no código, mas isso aí pra mim é muito tranquilo e muito claro, e é muito importante e necessário (Assistente Social).

Eu acho assim, que a gente tem todo um arcabouço, todo aqueles tim-tim por tim-tim mas que é bem difícil materializar, né, essas questões, no projeto ético-político, por que são visões diferentes, a gente entra na academia mas há algo além da profissão, há outra visão além da profissão e aí se a gente não seguir aquela lógica a gente é como se fosse reprimido, tá entendendo? Acho que o projeto ético-político precisa ser mais discutido (Estagiário (a) 01).

De forma bem sucinta, né... É essa necessidade e essa capacidade de sermos agentes políticos no nosso ambiente de trabalho, tendo em vista que toda essa situação que gera a questão social que é a situação trabalho-trabalhador, capital-trabalho... E aí nós precisamos ser esses agentes políticos, tendo em vista todo o nosso código de ética, a gente precisa ter esse posicionamento político dentro da nossa instituição, hoje em dia a gente vem sofrendo com esse golpe quase militar que a gente vê, essa questão da tara e dos cortes que a gente vem sofrendo principalmente no

nosso processo de construção política e a gente não pode deixar que isso interfira no nosso profissional, e aí eu acho que é isso (Estagiário (a) 02).

Antes de analisar propriamente os discursos proferidos pelos (as) entrevistados (as), é necessário resgatar o que, de fato, caracteriza esse projeto profissional. Sendo assim, vejamos o que afirma Netto (1999):

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. [...] A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. Do ponto de vista estritamente profissional, o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto) formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa. Em especial, o projeto prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais: é seu componente elementar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, aí incluída a publicidade dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais à participação dos usuários (NETTO, 1999, p.104-105).

O que se apreende diante do afirmado por Netto (1999) é que o referido projeto engloba variados aspectos: a prática profissional, a sua dimensão política, a visão de mundo dos profissionais e a construção de um novo modelo societário que proporcione uma sociedade livre e igualitária. Nesse sentido, analisando os discursos, pode-se perceber que dentre os sujeitos entrevistados, a Assistente Social é a que melhor compreende o real significado desse projeto.

Já as falas dos (as) estagiários apresentam limitações ao associarem o projeto ético-político apenas à atuação profissional, esquecendo-se do fato de que esse não é apenas um projeto para uma profissão, mas sim para uma sociedade. No entanto, é preciso reconhecer que o projeto ético-político pode se materializar de várias formas e todos os sujeitos da pesquisa mostraram atuar em consonância com os princípios do mesmo. Nesse sentido, o que se percebe é que o debate sobre

esse projeto carece de maior atenção na formação acadêmica, dada a sua importância para a formação de profissionais que o tenham como norteador da atuação.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do presente estudo foi investigar como vem se dando a atuação do Serviço Social junto às mulheres vítimas de violência, bem como os limites e possibilidades dessa atuação no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Fortaleza. Para isso, foi realizado um amplo resgate bibliográfico no intuito de demarcar a violência contra a mulher como fenômeno social que necessita da intervenção do Serviço Social, de problematizar as condições de trabalho da profissão e de compreender a influência das relações de gênero como elemento fundante dessa problemática.

Na fase de estudo bibliográfico, foi possível perceber que a realidade desse fenômeno vai muito além do que é mostrado pela mídia, do que é visto nos espaços que frequentamos e da compreensão do senso comum. Para este, a violência contra a mulher é apenas mais uma expressão da violência que acomete a maioria das pessoas e que acontece cotidianamente, como um assalto. Não se considera que esse fenômeno aconteça especificamente por questões decorrentes das desigualdades de gênero. E essa foi uma questão que ficou muito clara ao fazer o estudo teórico das categorias gênero e violência contra a mulher.

Através do resgate bibliográfico foi possível compreender, também, o porquê da instrumentalidade ser um tema no qual as pessoas encontram dificuldades de compreensão: há pouca produção de conhecimento na área, como sinalizado por Guerra (2014). Contudo, o estudo dessa categoria foi fundamental para a pesquisa de campo, uma vez que embasou a formulação das perguntas do roteiro de entrevista e proporcionou um olhar crítico sobre a abordagem do Serviço Social no JVDFCM.

É válido mencionar que a pesquisa aqui realizada e as discussões apresentadas incitam o surgimento de novas investigações, tendo em vista o quão inquietante é esse debate e a infinidade de novos questionamentos que sugere, principalmente ao considerar o contínuo processo de redimensionamento da questão social. Nesse sentido, mesmo reconhecendo que esse estudo é apenas uma modesta investigação frente a um grande fenômeno que exige pesquisas mais aprofundadas, foi possível apresentar algumas singelas contribuições.

Tomando como ponto de partida a violência contra a mulher, o pressuposto elencado quando do início da pesquisa era de que existissem

particularidades na atuação do Serviço Social junto a esse público e a essa temática. No entanto, o notado foi que a maioria dos desafios e demais aspectos pesquisados são comuns a atuação profissão em outras áreas, basta analisar outras pesquisas que foquem na prática profissional. Não foi citado e nem observado, em nenhum momento, dificuldades decorrentes da atuação específica com mulheres vítimas de violência, mas sim da atuação no campo sóciojurídico e integrada a uma equipe multidisciplinar que não estabelece comunicação frequente.

No entanto, foi possível perceber que os (as) entrevistados (as) compreendem a violência contra a mulher como refração da questão social, dado o seu recorte de classe mostrado pelas estatísticas e sua caracterização como questão de saúde pública. Também mostraram compreender que, sendo uma refração da questão social, conseqüentemente, esse tema se coloca como objeto de intervenção do/a Assistente Social, que necessita mesclar os conhecimentos advindos da formação e da própria experiência profissional para dar conta de atender a todas as demandas que lhes aparecem, considerando as particularidades de cada uma.

Nesse sentido, partindo do pouco que já se conhecia sobre a realidade e as condições de trabalho do Serviço Social, foi traçada uma discussão sobre instrumentalidade que deu abertura para refletir sobre os desafios contemporâneos postos a atuação profissional. Foi possível notar que ainda permanece a tendência de priorizar a dimensão técnico-operativa em detrimento das outras duas, mesmo com as diretrizes curriculares afirmando a necessidade de articulação entre aspectos teóricos, metodológicos, éticos e políticos. Ainda que essa constatação tenha sido notória, foi interessante observar que os sujeitos da pesquisa compreendem o quão importante é essa articulação, mesmo não conseguindo materializá-la cotidianamente.

Também é interessante perceber que a relação entre teoria e prática é valorizada na instituição e que os (as) entrevistados (as) compreendem, basicamente, os princípios do projeto ético-político da profissão. Um resultado que ficou claro, mas que é sempre difícil aceitar, principalmente enquanto futura Assistente Social é o fato de que a profissão vem sofrendo cada vez mais com os ataques neoliberais que precarizam o trabalho e estimulam uma atuação mecânica e pragmática. Isso se reflete na visível dificuldade que a profissional tem de conseguir realizar uma formação continuada, comparecendo a eventos da profissão e

participando dos espaços viabilizados pelas entidades da categoria. No entanto, vale ressaltar que o esforço da profissional em tentar realizar grupos de estudo dentro da instituição mostra que ela vem tentando resistir a essa ofensiva vanguardista.

Sendo assim, a concretização do idealizado foi efetivada e o objetivo geral da pesquisa – que era investigar como vem se dando a atuação profissional nessa instituição – foi atingido. Foi possível perceber que é uma atuação desafiadora e limitada pela estrutura hierárquica da instituição, mas que está sempre atenta a não se permitir cair na armadilha do trefismo.

Contudo, é preciso reconhecer a pesquisa também deixou algumas lacunas. Houve questões nas quais não foi possível um aprofundamento maior em virtude dos próprios limites teóricos e práticos da pesquisa, por isso fica aqui a provocação para suscitar novos estudos em torno disso. Uma dessas questões se refere ao fato de que a instrumentalidade não vem sendo bem compreendida, tanto por profissionais formados no currículo antigo, como pelos sujeitos que ainda estão em processo de formação. Onde estaria a raiz desse problema? Será que esse é um tema tão complexo assim? Por quê? O que é necessário para que essa categoria seja compreendida por um número maior de estudantes e profissionais? O debate da instrumentalidade na formação profissional na UECE – e nas instituições de ensino superior em geral – é cada vez mais emergente.

Por fim, espera-se que este trabalho possa oferecer alguma contribuição para a prática profissional, seja para a atuação junto às mulheres vítimas de violência ou junto a qualquer outro público. Também se espera que ele possa instigar a ampliação do debate sobre instrumentalidade tanto na formação acadêmica quanto na prática profissional, já que essa foi uma necessidade percebida.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. A formação profissional e o fortalecimento do serviço social como área de conhecimento: estratégias e desafios da ABEPSS no biênio 2007-2008. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 22, p. 67-80. 2011.

ALMEIDA, A. A. **Possibilidades e Limites da Teoria do Serviço Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1980.

ALMEIDA, J. P. **As multifaces do patriarcado**: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, 2015, n. 23., p. 33-58, 2015. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/consideracoes-sobre-genero-reabrindo-o-debate-sobrepatriarcado-eou-capitalismo>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 449-69, maio/ago. 2014.

BANDEIRA, R. Justiça concedeu mais medidas protetivas a mulheres em 2015. **Conselho Nacional de Justiça**, 26 ago. 2016. Notícias. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83252-justica-concedeu-mais-medidas-protetivas-a-mulheres-em-2015>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BIROLI, F.; MIGUEL, L.F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **MEDIAÇÕES**, Londrina, v. 20 n. 2, p. 27-55, JUL./DEZ. 2015

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Qualitative Research for Education: An Introduction to Theory and Methods**. Boston: Allynand Bacon, 1982.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Jusbrasil. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>>. Acesso em: 20 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil. 2017. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>>. Acesso em 20 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Portal Brasil. Mais de mil relatos de violência física contra a mulher foram registrados no Carnaval. Brasília, 06 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/mais-de-mil-relatos-de-violencia-fisica-contra-a-mulher-foram-registrados-no-carnaval>>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRITO, W. Alexandra Kollontai, uma mulher do século 25. **Diário Liberdade**, Ferrol, Espanha, 29 mar. 2017. Mundo. Disponível em: <<https://gz.diarioliberalidade.org/mundo/item/143018-alexandra-kollontai-uma-mulher-do-seculo-25.html>>. Acesso em: 20 jan.2018.

CARVALHO, J. R.; OLIVEIRA, V.H. **Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher –PCSVDF Mulher**: Violência Doméstica e seu Impacto no Mercado de Trabalho e na Produtividade das Mulheres. Relatório Executivo II – primeira onda – 2016. Fortaleza, 2017. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/11/violencia\\_domestica\\_trabalho\\_ago\\_17.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/11/violencia_domestica_trabalho_ago_17.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2018.

CEARÁ (Estado). **Lei 13.230 de 27 de junho de 2002**. Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Disponível em: <<http://dh.sdh.gov.br/download/conferencias/legislacao-LGBT/CE.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 13.925 de 26 de julho de 2007**. Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2007/13925.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da violência 2017**. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: <[http://ipea.gov.br/portal/images/170602\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2018.

CISNE, M. **Marxismo**: uma teoria indispensável à luta feminista. In: COLÓQUIO MARX E ENGELS, 4, 2005, Campinas, SP. **Anais...** Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COIMBRA, J. Á. A. Considerações sobre a interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JUNIOR, A. *et al.* (orgs.) **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus, 2000. p. 52-70.

COMISSÃO PARA CIDADANIA E IGUALDADE DE GÊNERO. A violência doméstica: caracterização do fenômeno e respostas à sua erradicação. In: GUERRA, P.; GAGO, L. (orgs.) **Violência doméstica**: implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenômeno, Manual Pluridisciplinar. Caderno Especial. Centro de Estudos Judiciários, 2016. Disponível em: <[http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/Violencia-Domestica-CEJ\\_p02\\_rev2c-EBOOK\\_ver\\_final.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/Violencia-Domestica-CEJ_p02_rev2c-EBOOK_ver_final.pdf)> Acesso em: 20 jan. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2012.

\_\_\_\_\_. **Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico**: subsídios para reflexão. Brasília, DF: CFESS, 2014.

\_\_\_\_\_. **Código de ética do assistente social**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

COSTA, R. G. **Serviço social, instrumentalidade e relações de gênero**: uma análise da atuação profissional na rede de atendimento à mulher em situação de violência de Fortaleza-CE. 2013. 225 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2013.

CZAPSKI, A. R. S. O assistente social no atendimento à violência doméstica contra mulher. **Revista Travessias**, Cascavel, v. 6, n. 1, p. 313-328. 2012.

DANTAS, M. F. P.; CISNE, M. -Trabalhadora não é o feminino de trabalhador: superexploração sobre o trabalho das mulheres. **Argumentum**, Vitória, ES, v. 9, n.1 p. 75-88, 2017.

DRABKINA, S. Figuras do Movimento Operário: Clara Zetkin — A Vida e os Ensinamentos de Uma Revolucionária. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, 1950, n. 30, out. 1950, não paginado. Disponível em: <[https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/30/zetkin.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/30/zetkin.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ENGELS, F. **A origem da família, do Estado e da Propriedade Privada**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

FAERMANN, L. A.; VAL DE MELLO, C. C. As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 96-133. 2016.

FALEIROS, V. P. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. **Serviço social e sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014.

FÁVERO, E. T. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (org.) **Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. São Paulo: Cortez Editora, 2003.p. 9-51.

FERNANDES, M. Mais de 60% dos registros de crimes de violência contra mulher ignoram o machismo. **Huffpost Brasil**, 11 mar. 2017. Mulheres. Disponível em: <[http://www.huffpostbrasil.com/2017/03/11/mais-de-60-dos-registros-de-crimes-de-violencia-contra-mulher-i\\_a\\_21879200/](http://www.huffpostbrasil.com/2017/03/11/mais-de-60-dos-registros-de-crimes-de-violencia-contra-mulher-i_a_21879200/)>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

G1 AM. Casos de violência doméstica contra mulher aumentam mais de 15% em Manaus. **G1**, Manaus, 21 jan. 2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/casos-de-violencia-domestica-contramulher-aumentam-mais-de-15-em-manaus.ghtml>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

G1 PA. Números de feminicídio no Pará continuam alarmantes. **G1**, Belém, 27 dez. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/numeros-de-feminicidio-no-para-continua-alarma.ghtml>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

G1 CE. Ceará registra média de 3,5 casos de violência doméstica por dia em janeiro. **G1**, Fortaleza, 05 fev. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/02/ceara-registra-media-de-35-casos-de-violencia-domestica-por-dia-em-janeiro.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Ceará tem 173 casos de feminicídio em 12 meses. **G1**, Fortaleza, 10 mai. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ceara/noticia/ceara-tem-173-casos-de-feminicidio-em-12-meses.ghtml>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GROSSI, M. P. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Coleção Antropologia em Primeira Mão. PPGAS/UFSC, 1998.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: Santos, Claudia Monica; Backx, Sheila; Guerra Yolanda. (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016, v. 1, p. 49-76.

\_\_\_\_\_. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 4., 2007, Belo Horizonte, maio, 2007. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. A Instrumentalidade do processo de trabalho e o Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, v.62, p.5-33, São Paulo, 2000.

HANADA, H; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L.B. Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n.1, p. 33-59, janeiro-abril/2010.

HARTMAN, Heidi. The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More progressive Union. **Capital and Class**, v.3, n.8, p.1-33, jul. 1979.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639. 2014.

\_\_\_\_\_. O Brasil das desigualdades: — questão social III, trabalho e relações sociais. **SER social**, Brasília, v.15, n. 33, p. 261-384. 2013.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.341-376.

IAMAMOTO, M. ; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

INSTITUTO AVON; DATA POPULAR. **Percepções dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher**. Disponível em: <[http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/12/folderpesquisa\\_instituto22x44\\_5.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/12/folderpesquisa_instituto22x44_5.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2017.

INSTITUTO EUVALDO LODI. **O que é o IEL**. Brasília. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/iel/institucional/o-que-e-o-iel/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. **Perfil da Mulher Vítima de Violência Doméstica 2016**. Relatório Anual 2016. Fortaleza, 2017.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <[http://www2.tjce.jus.br:8080/jmulher/?page\\_id=3](http://www2.tjce.jus.br:8080/jmulher/?page_id=3)>. Acesso em: 22 jan. 2018.

JUNG, E. **Animus e Anima**. 5.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

KOLLONTAI, A. **A nova mulher e a moral sexual**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **Autobiografía de una mujer emancipada**. Trad. Elena Herrero e Juan del Solar. 3. ed. Editorial Fontamara: Barcelona, 1978

LISBOA, T. K.. Democracia de Gênero: é possível um pacto entre as mulheres?. **Revista Feminismos**, Bahia, v. 4, n. 1, p. 4-13, 2016.

\_\_\_\_\_; PINHEIRO, E. A. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. **Revista Katálysis**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v. 8, n. 2, jul./dez. 2005.

LOBO, E. S. **A classe trabalhadora tem dois sexos: trabalho, dominação e resistências**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura; Brasiliense, 1991.

MARTINELLI, M. L. Reflexões sobre o serviço social e o projeto ético-político profissional. **Revista Emancipação**, v. 6, n.1, p.9-23, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. Org. de Osvaldo Coggiola. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉDIA é de 62 denúncias de violência contra a mulher por dia no CE. **O Povo**, Fortaleza, 16 jun. 2017. Disponível em:

<<https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/06/media-e-de-62-denuncias-de-violencia-contra-a-mulher-por-dia-no-ce.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

MINAYO, M. C. Z.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MONTEIRO, M. P. A mulher negra escrava no imaginário das elites do século XIX. **CLIO**, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1989, n. 12, p. 93-102, 1989.

MONTAÑO, C. O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, 1997, n. 53.1997, não paginado.

MORAES, M. L. Q. Pós-modernismo, marxismo e feminismo. **Margem esquerda – ensaios marxistas**, 2003, n.2, p. 95-111, 2003. Disponível em: <<https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2015/03/margem-esquerda-2-maria-lygia-quartim-de-moraes-feminismo-posmodernismo-marxismo.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

MORGAN, L. H. A sociedade antiga ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização. (1877). In: CASTRO, Celso (org.). **Evolucionismo Cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p.41-67.

MOTA, A. E. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. **Serviço Social e Sociedade**, n. 128, p.39-53, jan./abr. 2017.

NETTO, J. P. —A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Brasília: CFESS; ABEPSSCEAD; UnB, Módulo 01, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS afirma: violência contra a mulher é a violação de direitos humanos mais tolerada no mundo. ECO Brasília, Brasília, 25 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.ecobrasilia.com.br/2015/11/25/onu-afirma-violencia-contra-a-mulher-e-a-violacao-de-direitos-humanos-mais-tolerada-no-mundo/>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

ONZE cursos da UFC e nove da UECE estão entre os melhores do país, aponta ranking. **O Povo**, Fortaleza, 05 set. 2012. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2012/09/05/noticiafortaleza,2913747/onze-cursos-da-ufc-e-nove-da-uece-estao-entre-os-melhores-do-pais-apo.shtml>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher**. Belém, 09 jul. 1994. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm>>. Acesso em: 20 jan.2018.

PESQUISA DATASENADO. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília, 2017. 79 p. Disponível em: <<http://www.justicadesaia.com.br/wp-content/uploads/2017/06/VIOL%C3%AANCIA-DOM%C3%89STICA-E-FAMILIAR-CONTRA-A-MULHER-2017.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, A. G. Sexo Tropical. Comentários sobre gênero, raça e outras categorias de diferenciação social em alguns textos da mídia brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Campinas, v. 6/7, p. 9-35, 1996.

RAGO, M. Descobrir historicamente o Gênero. **Cadernos Pagu**, São Paulo, Unicamp, 1998, n. 11. p. 89-98, 1998.

ROWBOTHAM, S. Caro Dr. Marx: Carta de uma Feminista Socialista. **Cadernos Pagu**, Campinas, 2009, n. 32, p. 159-182 jan./jun. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332009000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332009000100006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ROWBOTHAM, S.; SEGAL, L. ; WAINWRIGHY, H. **Além dos fragmentos: o feminismo e a construção do socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RUBIN, G. **O tráfico de Mulheres: notas sobre a —economia política do sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, H. I. B. **O trabalho da mulher no Brasil**. Perspectivas. São Paulo, Universidade Estadual Paulista, v.5, s/n, p. 115-135, 1982.

\_\_\_\_\_. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, s/v, n.16, p.115-136, 2001.

\_\_\_\_\_. **Gênero, Patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, C. M. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social do Brasil**. 2006. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SARMENTO, H. B. M. **Instrumentos e técnicas em Serviço Social: elementos para uma rediscussão**. 1994. 329 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. Instrumentais e Serviço Social, é preciso continuar o debate!. **Conexão Geraes**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 19-24. 2013.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 72-99, jul/dez., 1995.

SENA, J. M. Fortaleza é a 3ª Capital do NE em violência física contra mulher. **O Povo**, Fortaleza, 09 dez. 2016. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/radar/2016/12/09/noticiasjornalradar,3673791/fortaleza-e-a-3-capital-do-ne-em-violencia-fisica-contra-mulher.shtml>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

SORJ, B.; GOLDENBERG, M. Entrevista com Sheila Rowbotham. **Revista Estudos Feministas**, v. 6, n. 2, 1998, não paginado. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12012/11298>>. Acesso em: 20 jan.2018.

SOUZA, V. B.. Gênero, Marxismo e Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, v. 14, n.27, p. 13-31, 2014.

TELES, M. A. A.; MELO, M. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

TJ do Rio registra aumento de casos de feminicídio em 2017. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 08 jan. 2018. Rio. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2018/01/08/tj-do-rio-registra-aumento-de-casos-de-feminicidio-em-2017/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

TRINDADE, R. P. **Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do serviço social**. 1999. 340 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. Desvendando as determinações sócio históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Temporalis**, Rio de Janeiro, v. 1, n.4, p. 21-42, 2001. Disponível em <<http://cressrn.org.br/files/arquivos/65N06Bp3L00el373q8j6.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALE. E. S. **A reprodução do ideário neoliberal no cotidiano acadêmico: reiteraões e resistências do trabalho docente na UECE**. 2012. 237 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

VASCONCELOS, H. Processos de feminicídios subiram 36% no RS em 2017. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 17 jan. 2018. Segurança. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/01/processos-de-feminicidios-subiram-36-no-rs-em-2017-cjcjq8hg3028v01ke5whpsic9.html>>. Acesso em: 18 jan.2018.

VIEIRA, B. O. **Serviço Social: processos e técnicas**. 4.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1978.

WEBER, M. **Economya e sociedad**. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1964.

WOOD, E. M. O que é a agenda "pós-moderna"? In: WOOD, E. M., FOSTER, L. B. (Org.). **Em defesa da história**: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 7-23.

ZETKIN, C. Notas do meu diário: Assim foi Lenin. Moscou, 1934. In: MARX, K.; ENGELS, F.; LENIN, V. I. U. **Sobre a mulher**. São Paulo: Global, 1979, p. 124-138.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ASSISTENTE SOCIAL E ESTAGIÁRIOS (AS)

### **1. Identificação:**

1.1. Nome:

1.2. Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

1.3. Idade:

1.4. Ano de formação acadêmica:

1.4.1 Instituição:

1.5. Tempo de profissão:

1.6. Cargo na instituição:

1.7. Tempo de trabalho na Instituição:

1.8 Vínculo empregatício: ( ) concursada ( ) contrato temporário ( ) terceirizada

( ) outro \_\_\_\_\_

1.9 Renda:

1.10. Onde já trabalhou? Quanto tempo?

### **2. Sobre violência contra mulher**

2.1. O que entende sobre questão social?

2.2. Qual a articulação que faz da questão social e violência contra a mulher?

2.3. Considera que haja articulação entre relações de gênero e violência contra a mulher? Quais?

2.4. O que acha da rede de atendimento à mulher em situação de violência de Fortaleza? Por quê acha isso?

2.5. Considera algo que poderia melhorar na rede de atendimento?

2.6. Como sua formação acadêmica contribuiu para sua intervenção na área da violência contra mulher?

2.7. Considera que a formação acadêmica em serviço social prepara o/a profissional para a intervenção nas múltiplas expressões da questão social contemporânea? Por quê?

### **3. Sobre a atuação profissional e instrumentalidade**

3.1. Quais as demandas para o serviço social na instituição?

3.2. Qual o perfil socioeconômico das usuárias atendidas?

- 3.3. Quais os tipos de casos que atende?
- 3.4. Realiza encaminhamentos? Quais?
- 3.5. Faz uso de instrumentais? Quais?
- 3.6. O relatório usado pelo serviço social e psicologia é o mesmo formato, a mesma escrita?
- 3.7. Qual a sua compreensão do que é instrumentalidade do serviço social?
- 3.8. Como percebe a articulação entre teoria e prática?
- 3.9. Como você definiria o trabalho do Serviço Social na instituição?
- 3.10. Como se percebe enquanto assistente social? Você se identifica com a profissão?
- 3.11. Possui dificuldades em sua intervenção cotidiana? Quais?
- 3.12. Quais as estratégias usadas para ultrapassar essas dificuldades?
- 3.13. Seu vínculo empregatício condiciona seu fazer profissional de maneira positiva ou negativa? Por quê?
- 3.14. Você considera importante que o/a profissional de serviço social estude cotidianamente? Consegue fazer isso?
- 3.15. Quais os últimos livros que leu na área do serviço social, gênero e violência?
- 3.16. A instituição oferece algum tipo de capacitação?
- 3.17. Participa dos encontros e eventos do serviço social? Qual o último de que participou?
- 3.18. Como você definiria seu nível de autonomia profissional na instituição? Você tem autonomia para elaborar ou sugerir mudanças no ambiente profissional?
- 3.19. Você acredita que a sua formação profissional foi suficientemente preparatória para inserção no mercado de trabalho?
- 3.20. Você acredita que o tema instrumentalidade foi bem debatido durante a sua formação? Se não, tem alguma sugestão?
- 3.21. Você considera que compreendeu o que é instrumentalidade? Se sim, qual foi o meio que lhe proporcionou esse entendimento? Ex.: A própria disciplina, algum evento extracurricular, leituras realizadas por conta própria, grupo de estudo ou pesquisa e etc.
- 3.22. Você acredita na relação entre as três dimensões da instrumentalidade? Você acredita que essa relação se materializa no seu cotidiano profissional? Se sim, de que forma?
- 3.23. A atuação nessa instituição exigiu de você algum conhecimento/habilidade que não foi contemplada na sua formação?

3.24. Você acredita que a interdisciplinaridade se materializa nessa instituição? Por quê?

3.25. O que você compreende do projeto ético-político profissional do Serviço Social?

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Estou desenvolvendo uma pesquisa intitulada —A intervenção do Serviço Social junto às mulheres vítimas de violência doméstica: uma análise da atuação profissional no Juizado da Mulher de Fortaleza-CEII, tendo por objetivo analisar como vem se dando a atuação profissional do Serviço Social dentro dessa instituição e junto a esse público.

Sua participação é voluntária, não lhe causando nenhum dano a sua qualidade de vida. A pesquisa será realizada na instituição na qual você trabalha, por meio de observação participante e entrevista semi-estruturada, a entrevista será aplicada na instituição, em local da sua preferência, que resguarde o sigilo das informações e a sua integridade. Ressaltamos que a entrevista é individual e que será gravada para que não haja perda ou esquecimento de informações. A qualquer momento, poderá desistir de participar do estudo sem qualquer prejuízo e todas as informações obtidas serão mantidas em sigilo assim como sua identidade.

Os dados coletados serão utilizados somente para a pesquisa e os resultados poderão ser veiculados através de artigos científicos, em revistas especializadas e/ou encontros científicos, sem a identificação do entrevistado. Em caso de dúvidas ou para outras informações, poderá entrar em contato comigo, a pesquisadora responsável, Rayane Lima Duda, pelo telefone (85) 98655-3903.

Este termo terá duas vias iguais, sendo uma para o sujeito participante da pesquisa ou para seu responsável legal e outro para o arquivo da pesquisadora.

Desse modo, tendo tomado conhecimento sobre o teor da pesquisa concordo em participar dela de forma livre e esclarecida.

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

---

Assinatura da pesquisadora responsável